



SESCOOP/TO

Serviço Nacional de Aprendizagem
do Cooperativismo no Estado do Tocantins



RELATÓRIO DE GESTÃO

2012



PALMAS (TO) - ABRIL/2013

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO SESCOOP/TO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Relatório de Gestão do exercício 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nºs 119/2012 e 121/2012, Portaria TCU 150/2012 e das orientações da Controladoria Geral da União Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/2010.

PALMAS (TO), ABRIL/2013

SUMÁRIO

CUMPRINDO A MISSÃO DO SESCOOP	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	12
1.1 CONSTITUIÇÃO E NATUREZA DA ENTIDADE.....	12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	13
1.3 SETORES DA ECONOMIA – RAMOS DO COOPERATIVISMO	14
1.4 ORGANOGRAMA E MACROPROCESSOS	16
FONTE: SESCOOP/TO, 2012.	23
CAPÍTULO 2: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.	24
2.1 PLANO ESTRATÉGICO DO SESCOOP NACIONAL 2010-2013.....	25
2.2 CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO SESCOOP/TO	28
2.3 – ESTRATÉGIAS ADOTADAS	30
2.3 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA (PRESTAÇÃO DE CONTAS).....	33
2.4 ATUAÇÃO FINALÍSTICA	34
2.4.2 INVESTIMENTO EM PROMOÇÃO SOCIAL	44
2.5 GESTÃO DO SISTEMA	56
IV. DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO.....	58
2.6 INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	59
CAPÍTULO 3: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	62
3.1 RELAÇÃO DE DIRIGENTES E CONSELHEIROS	63
3.2 REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA E DE CONSELHOS	64
3.3 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS	64
3.4 ESTRUTURA E ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO DA UNIDADE.....	65
3.5 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UNIDADE.....	65
CAPÍTULO 4: PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	66
4.1 RECEITAS	66
4.2 DESEMPENHO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	67
4.3 EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO, POR NATUREZA E POR ELEMENTOS DE DESPESA	68
4.4. TRANSFERÊNCIAS REGULAMENTARES DE CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS ANÁLOGOS.....	68
CAPÍTULO 5: GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	69
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	69
5.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (PERFIL DO CORPO FUNCIONAL).....	69
5.3 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	72
CAPÍTULO 6: GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	72
6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS	72
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	72
CAPÍTULO 7: GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	72
CAPÍTULO 8: GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	73
8.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE ADOTADOS	73
8.2 MEDIDAS PARA USO RACIONAL DOS RECURSOS.....	73
CAPÍTULO 9: CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	73

9.1 ATENDIMENTO ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU	73
9.2 ESTRUTURA DA ÁREA DE AUDITORIA INTERNA	73
9.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DA LEI 8.730/93	74
CAPÍTULO 10: INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	74
10.1 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS	74
10.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	74
10.3 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
ANEXOS	76
ANEXO I - ÁRVORE ESTRATÉGICA DO SESCOOP 2010-2013	76
ANEXO II - ÁRVORE ESTRATÉGICA DO SESCOOP/TO 2011-2013.....	77
ANEXO III – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	78
ANEXO IV - HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO E DAS DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS - 2009 A 2012.....	81
ANEXO V - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO SESCOOP/TO.....	83
ANEXO VI – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU E DEMAIS ÓRGÃOS DE CONTROLE ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	84
ANEXO VII - INFORMAÇÕES SOBRE ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DO SESCOOP/TO	88
ANEXO VIII – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	90
ANEXO IX - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS SESCOOP/TO.....	91
ANEXO X - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA UNIDADE	93
ANEXO XI – PROJETOS POR OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS 2012 SESCOOP/TO	102
ANEXO - XII - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SESCOOP/TO.....	105
ANEXO – XIII – PARECER AUDITORIA EXTERNA.....	120
ANEXO – XIV - PARECER DO CONSELHO FISCAL	122
ANEXO - XV - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SESCOOP/TO.....	123
ANEXO - XVI – RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SESCOOP	124

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

1. Dados do Cooperativismo no Tocantins
2. Identificação da Unidade
3. Organograma do SESCOOP/TO
4. Macroprocessos SESCOOP/TO
5. Desafios do Cooperativismo
6. Projetos e iniciativas por Objetivo Estratégico
7. Realizações Financeiras por Área de Atuação
8. Números da Área Finalística
9. Consolidação das atividades em Formação Profissional
10. Módulos do FORMACOOOP/2012
11. Módulo do GESCOOP/2012
12. Ações do MBA/2012
13. Consolidação das atividades em Promoção Social – 2012
14. Reestruturação do Programa Cooperjovem 2012
15. Consolidação das atividades em Monitoramento – 2012
16. Recurso de Suporte a Área Finalística
17. Síntese da Remuneração dos Administradores
18. Receitas Realizadas
19. Demonstrações das Receitas em 2012.
20. Evolução das Despesas
21. Comparação das Despesas 2012 – Previstas x Realizadas
22. Descrição do Corpo Funcional do SESCOOP/TO
23. Comparativo: Pessoal Envolvido em Ações Finalística/ações de Suporte
24. Folha de Pagamento Exercício 2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Abreviações e Siglas	Descrição
AGAB	Associação Gurupi Amigos do Bsketball
AGEST	Assessoria em Gestão Estratégica
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANS	Agencia Nacional de Saúde
CGU	Controladoria Geral da União
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COAPA	Cooperativa Agroindustrial do Estado do Tocantins
COED	Cooperativas de Educadores de Pedro Afonso
COOPAGRIFAT	Cooperativa de Desenvolvimento de Agricultores Familiares dos Trabalhadores Agrícolas no Norte do Tocantins Ltda
COOPEFA	Cooperativa dos Educadores de Formoso do Araguaia
COOPERCRISTAL	Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Cristalândia
COOPERGEMAS	Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Monte Santo
COOPERLAGO	Cooperativa dos Produtores de Arroz da Lagoa
COOPERNORTE	Cooperativa Agropecuária do Tocantins
COOPERSANTO	Cooperativa dos Garimpeiros de Monte Santo do Tocantins
COPEFA	Cooperativa dos Educadores de Formoso do Araguaia
COPERCATO	Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique do sudeste do Tocantins Ltda
COPERFRIGU	Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi
CPA 10	Certificação Profissional ANBIMA Série 10
DN	Decisão Normativa
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPTO	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
FORMACOOOP	Programa de Formação Cooperativista
FUNDECOOP	Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo
GESCOOP	Programa de Gestão Empresarial em Cooperativas
IN	Instrução Normativa
JUCETINS	Junta Comercial do Estado do Tocantins
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBA	Magister in Business Administration
MBA	Master in Business Administration.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB/TO	Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins
OCB/TO	Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins
OQS	Organização do Quadro Social
PAGC I	Programa de Acompanhamento da Gestão de Cooperativas I
POC	Programa de Orientação Cooperativista - POC
SEAGRO	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP	Serviço nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESCOOP/TO	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICOOB CREDIPAR	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Paraíso do Tocantins
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
TCU	Tribunal de Contas da União
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIMED	Cooperativa de Trabalho Médico
UNIMED PALMAS	Cooperativa de Trabalho Médico de Palmas
VALLECOOP	Cooperativa de Produtores do Vale do Araguaia

CUMPRINDO A MISSÃO DO SESCOOP

A função e a razão de ser do SESCOOP estão contempladas em sua missão: “Promover o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável, por meio da formação profissional, da promoção social e do monitoramento das cooperativas respeitando sua diversidade, contribuindo para sua competitividade e melhorando a qualidade de vida dos cooperados, empregados e familiares”.



SUMÁRIO EXECUTIVO

O cooperativismo é um movimento voltado para formas associativas e democráticas de organização da produção, do trabalho e do consumo, com o foco no atendimento às necessidades comuns dos seus associados e não apenas no lucro, no que se diferencia dos demais empreendimentos.

A importância do cooperativismo pode ser avaliada em razão de recente estudo da ACI Aliança Cooperativa Internacional que apontou que as cooperativas somam aproximadamente 1 bilhão de membros em 90 países do mundo, o que equivale a 1/7 da população da Terra. De cada, sete pessoas no mundo, uma está associada a uma cooperativa. No Brasil, estima-se em 30 milhões de pessoas envolvidas com o cooperativismo.

O estado de Tocantins conta com 40 (quarenta) cooperativas e 1.108 (um mil, cento e oito) empregados e com mais de 13.000 (Treze mil) cooperados.

Embora sejam sociedades sem fins lucrativos, as cooperativas atuam numa economia de mercado e em concorrência com empresas essencialmente privadas. Apesar das diferenças na propriedade do capital, na destinação dos resultados, e na relação com as comunidades, as cooperativas agem em um ambiente competitivo em que predominam o mercado e as empresas capitalistas e, portanto, devem estar bem preparadas. Diante disso, o sistema cooperativista depara-se com o desafio de atender às demandas sociais de seus cooperados e de seu entorno e, ao mesmo tempo, desenvolver-se em conformidade com um mercado altamente competitivo.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), criado em 1998, faz parte do denominado “Sistema S” e tem como objetivo integrar o Sistema Cooperativista Nacional e auxiliá-lo a vencer seus desafios. Cabe ao SESCOOP organizar, administrar e executar:

- ✓ O ensino de formação profissional cooperativista para cooperados, empregados de cooperativas e familiares;
- ✓ A promoção social de cooperados, empregados de cooperativas e familiares; e
- ✓ O monitoramento das cooperativas em todo o território nacional.

O grande desafio é apoiar de modo efetivo cooperativas de 8 (oito) diferentes ramos que atuam no nosso estado, conforme apresentado abaixo:

Tabela 1 - Dados do Cooperativismo no Tocantins

Ramo	Nº de Cooperativas	Part. %	Cooperados	Part.%	Nº de empregados	Part.%
Agropecuário	14	35	3.167	24	670	60
Crédito	3	8	6.951	52	107	10
Educacional	4	10	225	2	44	0
Mineração	3	8	390	3	3	0
Produção	1	3	141	1	0	0
Saúde	7	18	1.740	13	318	29
Trabalho	4	10	207	2	0	0
Transporte	4	10	599	4	6	1
Total	40	100	13.420	100	1.108	100

Fonte: Dados Sistema OCB/TO, 2012.

Como se percebe, o SESCOOP/TO atua em um ambiente de elevada complexidade. Para viabilizar o atendimento do seu público, desenvolvemos ações focadas na formação profissional, promoção social e monitoramento e desenvolvimento de Cooperativas.

Dentre a multiplicidade de ações desenvolvidas no ano de 2012, destacamos pela importância e impacto na realidade do cooperativismo local a implantação do Programa de Acompanhamento da Gestão de Cooperativas I (PAGC-I), os cursos e palestras de caráter técnico focado na área de atuação das cooperativas, bem como a realização do Programa de Pós Graduação *Lato Sensu* – MBA em Gestão de Cooperativas, e ainda, as campanhas de qualidade de vida e a reestruturação do Programa Cooperjovem junto às escolas públicas e as cooperativas parceiras.

Em 2012, em sintonia com o Planejamento Estratégico do SESCOOP Nacional 2011-2013, o SESCOOP/TO, também construiu seu planejamento estratégico de forma participativa, envolvendo a área estratégica, operacional e tática, ou seja, conselheiros, dirigentes, cooperados, empregados e colaboradores e ainda, representantes de universidade e de órgãos públicos estadual, no intuito de contemplar as reais necessidades do cooperativismo no Tocantins.

Assim, com base nos objetivos estratégicos traçados, elaborou-se um plano de trabalho junto as cooperativas tocantinenses com o propósito de fortalecer: o sistema cooperativista, o negócio cooperativo, o quadro social e o aprimoramento dos processos gerenciais nas cooperativas. Deste modo, destacamos a seguir as principais ações/projetos que foram destaque em 2012 em conformidade com os objetivos estratégicos:

- Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo o Brasil;
- Ampliar o acesso das cooperativas à formação em gestão cooperativista, alinhada as suas reais necessidades, com foco na eficiência e na competitividade;
- Contribuir para viabilizar soluções para as principais demandas das cooperativas na formação profissional;
- Promover a adoção de boas práticas de governança e gestão nas cooperativas;
- Monitorar e desenvolver o resultado com foco na sustentabilidade das cooperativas;
- Promover um estilo de vida saudável entre cooperados, empregados e familiares; e
- Intensificar a adoção da responsabilidade socioambiental na gestão das cooperativas brasileiras

Dessa forma, o SESCOOP/TO almeja em curto e médio prazo trabalhar com programas e projetos que fortaleçam as demais cooperativas no Estado de acordo com os ramos de atuação e especificamente nas atividades dos cooperados.

Abaixo destacamos algumas áreas de atuação iniciadas com trabalhos em 2011 e que se destacaram em 2012 e estão no planejamento para 2013:

- **Atuação junto ao público jovem**

O Jovem é o futuro do cooperativismo. São eles que se tornarão cooperados e assumirão cargos de gestão nas organizações cooperativas. O Jovem faz parte do SESCOOP/TO, e para que isso ocorra de modo satisfatório nas cooperativas é preciso dedicação e acompanhamento do jovem com informações que contribuam para a sua formação cidadã. Nesse sentido, o SESCOOP/TO atua com o Programa Cooperjovem nas cooperativas educacionais e escolas públicas do Estado. São 11 escolas inseridas e um público jovem de 3.317 alunos.

- **Atuação voltada para o social**

O SESCOOP/TO enxerga a responsabilidade social como uma oportunidade de ultrapassar os objetivos da instituição, participando efetivamente da transformação da sociedade. Afinal, a cultura solidária que sustenta o cooperativismo não se limita a aspectos técnicos de gestão. Ela afeta positivamente a vida das pessoas em seus relacionamentos sociais e as leva a adotar uma postura mais positiva em relação ao outro e ao meio ambiente. É perceptível também essa preocupação das

cooperativas, na interação cooperativa e comunidade, onde são desenvolvidas ações que buscam maior participação das mulheres e jovens no dia-a-dia da cooperativa, destacamos o projeto Organização do Quadro Social, em execução desde 2010 que, além de envolver e incentivar a participação das mulheres cooperadas visa à inserção das esposas e filhos de cooperados no dia-a-dia da cooperativa.

Para 2012, a Unidade Estadual pretende criar o “LiderCoop” um programa de formação de líderes em que os núcleos femininos formados a partir do Projeto de Organização do Quadro Social possam também ser inseridos.

Vale ressaltar também, que são adotados critérios nos processos licitatórios, visando impedir a participação de empresas que utilizam de trabalho infantil, de parentes até 2º grau de membros do Conselho e da Comissão de licitação do SESCOOP/TO.

- **Atuação voltadas para a Responsabilidade ambiental**

É perceptível também a preocupação das cooperativas em relação ao meio ambiente, interação comunidade e meio ambiente, com destaque para o projeto Cooperar, da Cooperfrigo de Gurupi, projeto que já está na 8ª edição, trabalha com os cooperados, empregados e seus familiares com foco na educação e responsabilidade socioambiental.

Como ação interna, o SESCOOP/TO, preocupado com o desperdício recomenda para seus colaboradores a reutilização de papel, e uso consciente de materiais descartáveis, e posteriormente a doação desses materiais para cooperativas e instituições que trabalham com coleta seletiva e reciclagem. Hoje, essa ação também já é adotada em algumas cooperativas.

A equipe do SESCOOP enxerga a responsabilidade socioambiental como uma oportunidade de ultrapassar os objetivos da instituição, participando efetivamente da transformação da sociedade. Afinal, a cultura solidária que sustenta o cooperativismo não se limita a aspectos técnicos de gestão. Ela afeta positivamente a vida das pessoas em seus relacionamentos sociais e as leva a adotar uma postura mais positiva em relação ao outro e ao meio ambiente. Conforme evidenciado no anexo IX, verificamos a necessidade e ao mesmo tempo oportunidade de aprimorar nossas práticas de gestão ambiental e licitações sustentáveis.

INTRODUÇÃO

Este relatório de gestão do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, no Estado do Tocantins relata o desempenho e os resultados das atividades e ações da instituição no apoio ao cooperativismo.

O documento apresenta princípios e valores que conduzem a atuação do SESCOOP, bem como suas estratégias e compromissos perante seus diversos públicos de relacionamento.

As informações contábeis são relativas ao período compreendido entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012.

Todos os dados contidos neste Relatório mantêm as mesmas fontes e métodos de cálculo utilizados na edição anterior a este documento (Relatório de Gestão de 2011), disponível no formato eletrônico (pela Internet), nos endereços <http://www.ocbto.coop.br> ou <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/transparenciaSESCOOP/index.html>

Este Relatório de Gestão Individual está estruturado em tópicos conforme abaixo:

- ✓ Cumprindo a missão: apresentação numérica resumida das realizações do SESCOOP em relação a sua missão.
- ✓ Sumário Executivo: apresenta síntese do desempenho da unidade no exercício.
- ✓ Capítulo 1 - Identificação da Unidade: dados e informações sobre a identificação da Unidade Estadual
- ✓ Capítulo 2 - Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações. Apresenta comentários e informações sobre a construção do plano estratégico, das estratégias adotadas, da execução física e financeira além dos indicadores de desempenho operacional da Unidade;
- ✓ Capítulo 3 - Estrutura de Governança e de Autocontrole. Apresenta informações e comentários sobre a relação e remuneração dos dirigentes e membros da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal. Comenta ainda sobre a estrutura funcionamento dos controles internos da Unidade;
- ✓ Capítulo 4 - Programação e Execução Orçamentária e Financeira. Apresenta os dados, informações e comentários a respeito da programação e execução orçamentária e financeira da Unidade, além das transferências regulamentares mediante convênios e outros instrumento análogos;
- ✓ Capítulo 5 - Gestão de Pessoas. Considerações a respeito da estrutura de pessoal da unidade e do quadro de estagiários e terceirizados.
- ✓ Capítulo 6- Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário. Apresenta considerações a respeito da gestão da frota de veículos e do patrimônio imobiliário da Unidade.
- ✓ Capítulo 7 - Gestão da Tecnologia da Informação. Considerações sobre a condução dos serviços relativos à tecnologia da informação;
- ✓ Capítulo 8 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental. Comentários sobre medidas e critérios adotados para o uso racional dos recursos;
- ✓ Capítulo 9 - Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas. Considerações e informações sobre o atendimento às deliberações do TCU e sobre a estrutura da Auditoria Interna;

- ✓ Capítulo 10 – Informações Contábeis. Informações e comentários sobre critérios e procedimentos contábeis adotados além das demonstrações contábeis e parecer da auditoria independente;
- ✓ Considerações Finais. Considerações sobre a atuação da unidade frente aos objetivos traçados e sobre as principais dificuldades enfrentadas para implementação de tais objetivos e as propostas de solução.

Além disso, constam deste relatório **15** Anexos, que contribuem para a elaboração e fundamentação deste Relatório de Gestão.

CAPÍTULO 1: IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1 Constituição e Natureza da Entidade

A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo foi oficializada pela Medida Provisória 1.715, de 3 de setembro de 1998. O Decreto 3.017, de 06 de abril do ano seguinte, complementou a medida provisória, instituindo regulamentos e dispositivos que disciplinam a atuação do SESCOOP.

O SESCOOP/TO foi implantado em 30 de setembro de 1999, com aprovação do regimento interno. Como órgão descentralizado pelo Conselho do SESCOOP Nacional é vinculado ao Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO. Seu Regimento Interno foi alterado posteriormente em 12/12/2005, averbado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos da Comarca de Palmas/TO. Protocolizado e digitalizado sob o nº 17.662 – averbado sob nº 006 à margem do Registro 781 – Palmas 12/12/07.

Tabela 2 – Identificação da Unidade

Identificação da Unidade			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE			Código SIORG: 002844
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins			
Denominação abreviada: SESCOOP/TO			
CNPJ: 07.330.977/0001-16		Situação: ativa	
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo			
Finalidade: Organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, e o monitoramento das cooperativas.			Código CNAE: 85.99.6-99
Telefones/Fax de contato:	(63) 3215-3291	(63) 3215-4115	(63) 8105-0400
E-mail: superintendencia@ocbto.coop.br			
Página na Internet: http://www.ocbto.coop.br			
Endereço Postal: Avenida JK 110 Norte Lote 11, Centro, 77006-130 Palmas/TO.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Medida Provisória 1.715, de 03 de setembro de 1998 e suas reedições e Decreto 3.017, de 07 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 07.04.1999 (Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- SESCOOP); Lei 11.524/2007 de 23/11/2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO, foi instituído nos termos da Medida Provisória nº 1.715, de 03 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 1998 e suas edições, e do Decreto nº 3.017, de 07 de abril de 1999, tendo sido instalado efetivamente em 30 de setembro de 1999, como órgão descentralizado pelo Conselho do SESCOOP Nacional é vinculado ao Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO. O Regimento Interno foi aprovado em 30/09/1999, e alterado em 12/12/2005 averbado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos da Comarca de Palmas/TO. Protocolizado e digitalizado sob o nº 17.662 – averbado sob nº 006 à margem do Registro 781 – Palmas 12/12/07.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Res. 043/2006 + 753/11, e 850/2012 - SESCOOP Nacional(Regulamenta Proc. Licitação), 28/02/2012; Normas de Controle de bens permanentes, SESCOOP, 04/08/99; Portaria 002/99 – Fixa valores do Fundo fixo e critérios de utilização, SESCOOP, 10/09/99; Autorização para instalação do SESCOOP TO, SESCOOP, 14/09/99; Portaria 04 2000 (Ajuda de custo participante), SESCOOP/TO, 22/08/00; Res. 25/02 – Aquisição e utilização de veículo, SESCOOP/TO, 04/07/02; Portaria 06 2003 (Ajuda de custo Cooperjovem), SESCOOP/TO, 05/12/03; Regimento Conselho Fiscal vigente, SESCOOP/TO, 19/12/05; Portaria 09 2007 (Concessão de diárias e benef.), SESCOOP/TO, 31/08/07; Regimento Interno do Conselho de Administração, SESCOOP/TO, 30/11/07; Portaria 01 2008 (Km			

rodado), SESCOOP/TO, 07/02/08; Portaria 06 2008 (pagto diárias), SESCOOP/TO, 01/07/08; Portaria 07/2008 (Norma Controle Bens Permanentes, 01/07/2008; Resolução nº 300-08-SESCOOP Nac-Processo Seletivo, 01/10/08; 20/11/08; Ata OCB TO 49 indicação Conselho Adm e Fiscal SESCOOP TO (2009 a 2013), 15/05/2009; Ata SESCOOPTO 62 (26062009) Nomeação Conselhos e superintendente, 26/06/09; Portaria 03 2009 (Ressarcimento despesas), SESCOOP/TO, 26/06/09; Portaria 04 2009 (define valor h aula), SESCOOP/TO; 26/06/09; Portaria 07 2009 (Comissão Seleção de Pessoas), SESCOOP/TO; 13/07/09; Contrato de gestão entre SESCOOP/TO x OCB/TO vigente, SESCOOP/TO; 28/08/09; Portaria 12 2009 (Transposição Orçamentária) SESCOOP/TO, 18/12/09; Portaria 06 2010 (concessão de ajuda de custo para Conselheiros em 2011), SESCOOP/TO, 26/11/10; SESCOOP/TO, 14/01/11; Portaria 03 2011 (Processo de Compras), SESCOOP/TO, 18/02/11; Portaria 04 2011 (CIPA), SESCOOP/TO, 31/03/11; Portaria 05 2011 (Comissão Perm. Licitação), SESCOOP/TO, 15/04/11; Portaria 10 2011 (Concessão diária), SESCOOP, 19/08/11; Resolução 660/10 – Define critérios de repasse de recursos Fundecoop, SESCOOP, 28/09/11; Portaria 11 2011 (subst. contadora Licença Maternidade e Férias), SESCOOP/TO, 30/09/11; Portaria 12 2011 (subst. depto financeiro), SESCOOP/TO, 30/09/11; Portaria 13 2011 (Comissão Inventário e Patrimônio), SESCOOP/TO, 30/09/11; Portaria 14 2011 (Homologa adoção Res. 753 2011 UN _ Licitações e Contratos), SESCOOP/TO, 30/09/11; Portaria Nº 15/2011(Laudos de Revisão da Vida Útil, Valor Residual e Índícios de Impairment de bens do Ativo Imobilizado e Intangível), SESCOOP/TO, 30/11/11; Portaria 01 2012 (km rodado), 27/01/2012; Portaria 02 2012 (concessão de ajuda de custo para Conselheiros), 05/02/2012; Portaria 03 2012 (Comissão Perm Licit), 05/03/2012; Portaria 04 2012 (Revoga portaria 01 2012 Km rodado), 20/03/2012; Portaria 05 2012 (subst. Assinatura Presi), 01/06/2012; Portaria 06 (subst. Depto Financeiro), 29/06/2012; Portaria 07 (subst. assinatura superintendente ferias), 11/07/2012; Portaria 08 2012 (Comissão Inventário e Patrimônio), 04/09/2012; Portaria 09 2012 (concessão de Diárias), 04/09/2012; Portaria 10 2012 (valor hora aula e ressarcimento de despesas), 22/11/2012; Res. 0012012 (acordo coletivo), 05/03/2012; Res. 022012 (Prestação de Contas 2012), 20/04/2012; Res. 032012 (reformulação orçamentária), 24/08/2012; Res. 042012 (Aprovação Plano trabalho 2013), 19/10/2012 Res. 05 2012 (Dispensa e inexigibilidade Licitação), 23/11/2012.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro, fornecendo-lhe suporte em formação profissional - técnica e gerencial. A entidade atua também na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, bem como no monitoramento/desenvolvimento das cooperativas.

Do ponto de vista formal, o SESCOOP é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o regimento de serviço social autônomo. A Instituição é mantida por recursos de natureza parafiscal. Os valores das contribuições, feitas pelas cooperativas, são definidos a partir de um percentual sobre as folhas de pagamento.

Composto por uma Unidade Nacional e por 27 unidades estaduais é considerado uma entidade "paraestatal", pois desempenha serviços não exclusivos do Estado, em colaboração com ele, recebendo incentivos do poder público. Por essa razão, está sujeito a controle pela Administração Pública e pelo Tribunal de Contas da União.

Em linhas gerais, a Unidade Nacional do SESCOOP é responsável pela normatização de procedimentos e pela definição das linhas de atuação a serem adotadas pelas unidades estaduais. Estas, por sua vez, devem seguir essas diretrizes sem, contudo, deixar de atender às demandas específicas de sua região.

Constituem objetivos do SESCOOP, segundo o seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 3.017, de 06.04.1999:

- a) Organizar, administrar e executar o ensino e formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, e o monitoramento das cooperativas em todo o território nacional;

- b) Operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme aprovado em Assembleia Geral da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;
- c) Assistir às sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização da aprendizagem metódica e contínua;
- d) Estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional e à promoção social do empregado de cooperativa, do dirigente de cooperativa, do cooperado e de seus familiares;
- e) Exercer a coordenação, a supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em cooperativas, para empregados, cooperados e seus familiares;
- f) Colaborar com o poder público em assuntos relacionados à formação profissional e à gestão cooperativista e outras atividades correlatas;
- g) Divulgar a doutrina e a filosofia cooperativista como forma de desenvolvimento integral das pessoas;
- h) Promover e realizar estudos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento humano, ao monitoramento e à promoção social, de acordo com os interesses das sociedades cooperativas e de seus integrantes.

1.3 Setores da Economia – Ramos do Cooperativismo

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) faz parte do denominado Sistema S. Tem como finalidade integrar o Sistema Cooperativista Nacional e auxiliá-lo a vencer seus desafios.

O SESCOOP atua em um ambiente de elevada complexidade, pois busca apoiar de modo efetivo cooperativas de 13 (treze) diferentes ramos econômicos (da agricultura aos serviços, passando pelo comércio e pela indústria), com portes distintos (das grandes às pequenas) e distribuídas espacialmente por todo o País (nos 26 estados e no Distrito Federal).

Ramos do cooperativismo

O segmento cooperativista brasileiro abrange treze ramos econômicos. O agrupamento por atividade facilita a visualização das peculiaridades e especificidades dos diversos setores econômicos. Confira:

1. **Agropecuário:** composto por cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao associado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização.
2. **Consumo:** constituído por cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados. É o ramo mais antigo no Brasil e no mundo.
3. **Crédito:** cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos de seus cooperados. Atuam no crédito rural e urbano.
4. **Educacional:** cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins. O papel da cooperativa de ensino é ser mantenedora da escola.

5. **Especial:** cooperativas de pessoas que precisam ser tuteladas (menor de idade ou relativamente incapaz) ou as que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999. A atividade econômica mais comum neste ramo é a produção artesanal de peças de madeira, roupas ou artes plásticas.
6. **Habitacional:** compõe-se de cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social.
7. **Infraestrutura:** atende direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria deste ramo, aos poucos estão deixando de ser meros repassadores de energia, para se tornarem geradoras de energia.
8. **Mineral:** constituído por cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
9. **Produção:** compõe-se por cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção.
10. **Saúde:** constituído por cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana em seus variados aspectos.
11. **Trabalho:** engloba todas as cooperativas constituídas por categorias profissionais (professores, engenheiros, jornalistas e outros), cujo objetivo é proporcionar fontes de ocupação estáveis e apropriadas aos seus associados, através da prestação de serviços a terceiros.
12. **Transporte:** composto pelas cooperativas que atuam no transporte de cargas e/ou passageiros.
13. **Turismo e lazer:** cooperativas prestadoras de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria. Atendem direta e prioritariamente o seu quadro social nestas áreas.

Considerando todos os ramos, existem no país, 6.587 cooperativas, 10.377.392 cooperados e 304.398 associados, números que demonstram a complexidade e dificuldades enfrentadas pelo SESCOOP.

No estado do Tocantins, âmbito de atuação do SESCOOP/TO, atuamos com os seguintes ramos do cooperativismo: Agropecuário, Crédito, Educacional, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho e Transporte. A tabela 1 apresenta o número de cooperativas, no Estado, por ramo e sua evolução ao longo dos anos.

É importante destacar que o número de cooperativas em alguns ramos diminuiu devido a alianças estratégicas formadas e às incorporações, como ocorreram no ramo crédito. Atualmente este é representado por três sistemas: SICOOB, SICREDI e UNICRED. Com ampla atuação e presentes em 14 municípios do Estado do Tocantins. A variação do ramo crédito em número de cooperativos no período 2011/2012 diminuiu em 25%, no entanto, a variação do número de cooperados e de empregados no mesmo período aumentou em 58,7% e 40,8%, respectivamente.

O ramo saúde é representado por 7 cooperativas e a variação do número de cooperados no período de 2011/2012 foi de 108,4%, demonstrando a potencialidade do ramo e representando o maior crescimento de cooperados em relação a outros ramos cooperativos.

Outro ramo de destaque é o ramo agropecuário, além de maior representatividade no Estado, 14 cooperativas, se destacam por conter cooperativas de grande porte e que exportam para outros

países, como é o caso da COAPA, com a atividade de grãos (soja) e a COOPERFRIGU, com a atividade de carnes.

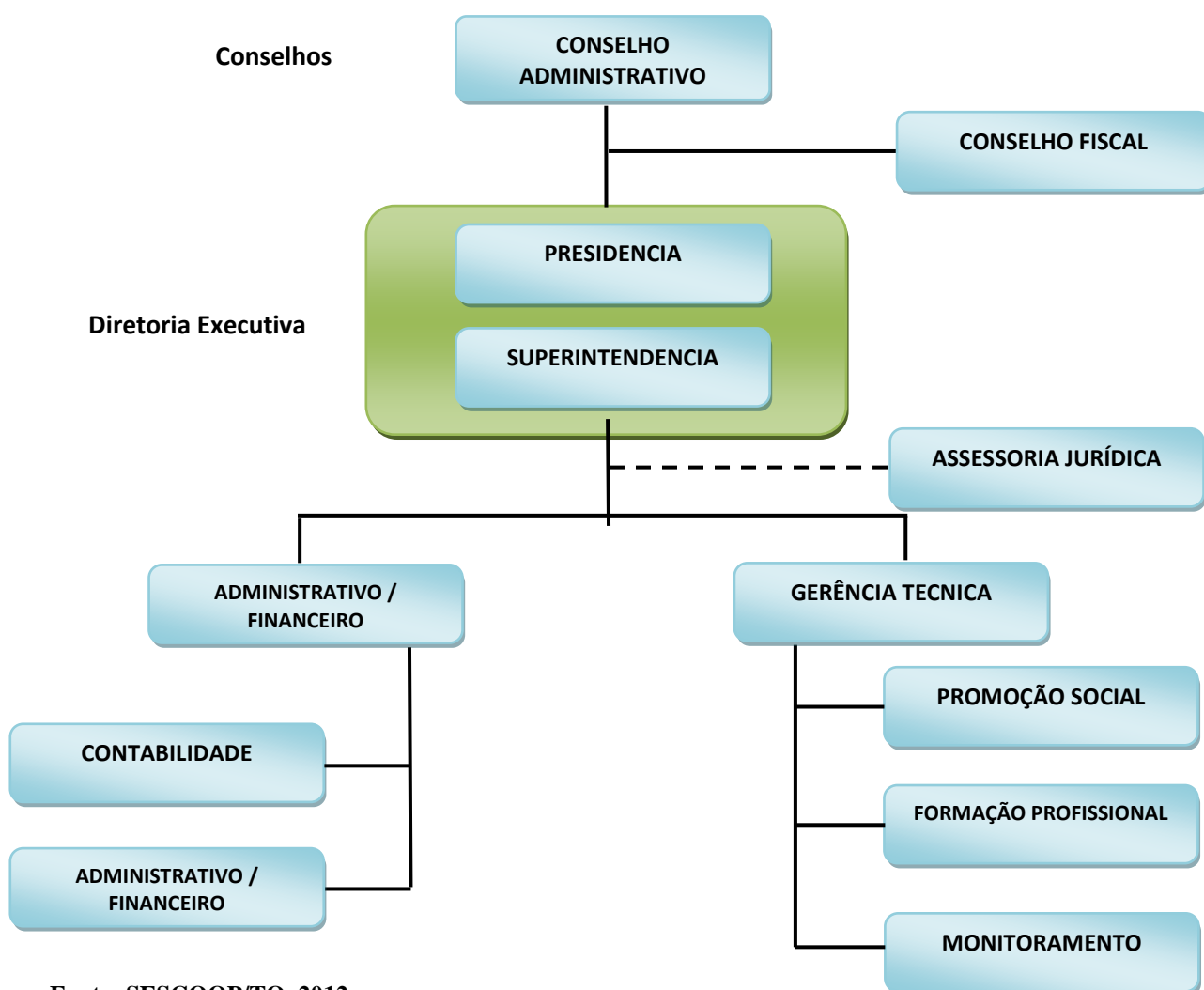
1.4 Organograma e Macroprocessos

1.4.1 Estrutura Organizacional

Em razão, principalmente do Plano Estratégico 2011-2013 aprovado, procedemos à reflexão sobre a estrutura organizacional de forma a estabelecer o suporte necessário ao cumprimento da nossa missão e alcance dos objetivos estabelecidos.

Nesse sentido, apresentamos a seguir o organograma funcional deste SESCOOP.

Figura 1 - Organograma do SESCOOP/TO



Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

Conselhos: Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração têm os mesmos deveres dos Administradores e respondem pelos danos resultantes da omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com dolo ou culpa, ou com violação da lei e do Regimento Interno do SESCOOP/TO.

Conselho de Administração - Órgão máximo da administração do SESCOOP/TO é composto por 05 (cinco) membros, um presidente e quatro conselheiros e seus respectivos suplentes, assim constituídos: Pelo Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO, na condição de Presidente nato do SESCOOP/TO; 02 (dois) representantes de cooperativas contribuintes do SESCOOP/TO; 01 (um) representante dos trabalhadores em sociedades cooperativas; 01 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional do SESCOOP. Em 2012 realizaram 6 (seis) reuniões ordinárias. Tem a competência de:

I. Fixar a política de atuação e estabelecer as normas operacionais do SESCOOP/TO, bem como, estabelecer as diretrizes gerais a serem adotadas;

II. Aprovar os planos anuais e plurianuais de trabalho, os orçamentos e as reformulações que se fizerem necessárias, encaminhando-os à Unidade Nacional do SESCOOP para consolidação;

III. Aprovar os balanços, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório anual das atividades e encaminhá-los ao Conselho Nacional para aprovação;

IV. Aprovar quando houver o plano de cargos, salários e benefícios, o quadro de pessoal e a tabela de remuneração correspondente à contratação dos empregados do quadro efetivo do SESCOOP/TO.

V. Decidir, com base em parecer interno, a aquisição, alienação, cessão ou gravame de bens imóveis;

VI. Autorizar a assinatura de convênios, contratos e ajustes ou outros instrumentos jurídicos, exigindo-se para a assinatura de convênios internacionais a autorização do Conselho Nacional do SESCOOP;

VII. Fixar outras competências ao Presidente do Conselho de Administração, além das estabelecidas no artigo 23 do Regimento Interno;

VIII. Aplicar penalidade disciplinar a seus membros, inclusive de suspensão ou de cassação do mandato, conforme a natureza, repercussão e gravidade da falta cometida;

IX. Fixar o valor da cédula de presença e ajuda de custo, quando for o caso, para os seus membros e também do Conselho Fiscal;

X. Fixar a verba de representação do Presidente do Conselho de Administração;

XI. Dar posse aos conselheiros fiscais, formalmente indicados pelo Conselho Diretor da OCB/TO;

XII. Estabelecer limite máximo de remuneração do Superintendente;

XIII. Aprovar o Regimento Interno e suas alterações, no qual deverá constar a estrutura organizacional e as principais funções;

XIV. Solucionar casos omissos no Regimento Interno do SESCOOP/TO;

XVI. Fazer cumprir as normas de licitação aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP, que disciplinam as contratações de obras, serviços, compras, alienações e as situações de sua dispensa ou inexigibilidade.

XVII. Fazer cumprir as demais normas e resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP.

Conselho Fiscal – O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelo Conselho Diretor da OCB/TO. Em 2012 realizaram 6 reuniões ordinárias. Compete ao Conselho Fiscal:

I. Acompanhar e fiscalizar a execução financeira, orçamentária e os atos de gestão;

II. Examinar e emitir pareceres sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras;

III. Solicitar ao Conselho de Administração a contratação de assessoria de auditores ou peritos, sempre que tais serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;

IV. Elaborar o seu Regulamento de Funcionamento, compatível com o Regimento Interno do Conselho Nacional;

V. Indicar entre seus pares um Coordenador e um Secretário para coordenar e relatar as atividades;

VI. Dar conhecimento dos seus relatórios à Diretoria Executiva do SESCOOP/TO e, se for o caso, ao Conselho de Administração.

Diretoria Executiva: A Diretoria Executiva é o órgão gestor e de administração central do SESCOOP/TO, consoante diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. É dirigida, coordenada e supervisionada pelo Presidente do Conselho de Administração e exercida pelo Superintendente, por ele indicado e nomeado após aprovação do Conselho de Administração. Compete à Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do SESCOOP/TO e as deliberações do Conselho de Administração.

Presidente – Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO, na condição de Presidente nato do SESCOOP/TO. Tem as seguintes competências:

I. Executar a política de atuação do SESCOOP/TO, emanada do Conselho Nacional, respondendo perante o Tribunal de Contas da União pelos atos da sua gestão;

II. Representar a Administração em juízo ou fora dele e constituir procuradores;

III. Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;

IV. Assinar os convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos jurídicos;

V. Assinar os cheques e os documentos de abertura e movimentação de contas bancárias em conjunto com o Superintendente ou com funcionário especialmente designado, por intermédio de instrumento particular de procuração que estabeleça os limites dos poderes conferidos e a vigência da procuração, cujo período não deverá exceder o mandato em exercício;

VI. Indicar e nomear o Superintendente e estabelecer sua remuneração, mediante aprovação do Conselho de Administração;

VII. Cumprir as normas de licitações aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP, que disciplinam as contratações de obras, serviços, compras, alienações e as situações de sua dispensa ou inexigibilidade.

VIII. Dar posse aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, fazendo registro do ato na ata da reunião;

IX. Nomear os assessores e gerentes dos órgãos internos da administração, por proposta do Superintendente;

X. Fixar outras competências e atribuições ao Superintendente, além das estabelecidas no artigo art. 26 deste Regimento;

XI. Avocar à sua análise de julgamento ou decisão quaisquer questões em assuntos que não sejam da competência do Conselho de Administração ou que não tenham sido por este avocados.

XII. Cumprir as demais normas e resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP;

XIII. Editar e promover o cumprimento das portarias, resoluções e deliberações do Conselho Administrativo Estadual; aprovar regulamentos internos e suas alterações, definindo a atribuição, organização e competência dos setores administrativos e operacionais, observando as normas e deliberações expedidas pelo Conselho Nacional do SESCOOP.

Superintendente – O Superintendente é indicado e nomeado pelo Presidente após aprovação do Conselho de Administração. Compete ao Superintendente:

- I. Organizar o cadastro, o monitoramento, o controle, a consultoria, a auditoria e a supervisão em cooperativas;
- II. Exercer a coordenação, a supervisão e a fiscalização da execução dos programas e dos projetos de formação profissional, de gestão cooperativista e de promoção social no Estado;
- III. Articular-se com órgãos e entidades públicas ou privadas estabelecendo instrumentos de cooperação;
- IV. Encaminhar ao Conselho de Administração relatórios trimestrais e anuais, com base no plano de trabalho;
- V. Dirigir, ordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da administração, praticando os atos pertinentes de sua gestão, por meio da expedição de ordem de serviço;
- VI. Assinar, juntamente com o Presidente do Conselho de Administração, ou seus procuradores devidamente constituídos, cheques e documentos de abertura e movimentação de contas bancárias;
- VII. Cumprir e fazer cumprir as normas em vigor da administração, do Conselho de Administração e do seu Presidente;
- VIII. Praticar os atos de admissão, gestão e demissão dos empregados, sob a supervisão do Presidente do Conselho de Administração;
- IX. Encaminhar ao Conselho de Administração, por intermédio do Presidente, as propostas de planos de trabalho, os planos anuais e plurianuais, o planejamento estratégico contendo os objetivos, as ações e as datas de execução, os balanços e demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório anual de atividades, cujas peças deverão ser apreciadas e aprovadas até o final do primeiro trimestre do ano subsequente ao da prestação de contas, ou conforme determinar a lei;
- X. Secretariar as reuniões do Conselho de Administração;
- XI. Elaborar e submeter ao Presidente do Conselho de Administração os projetos de atos e normas cuja decisão não seja de sua competência;
- XII. Expedir instruções de serviço visando o cumprimento eficiente dos objetivos do SESCOOP/TO e das normas editadas pelo Conselho de Administração;
- XIII. Difundir metodologias para a formação profissional e para a promoção social dos empregados e cooperados nas sociedades cooperativas.

Administrativo Financeiro: Abrange a área de contabilidade e do financeiro. Seu papel principal é zelar pelo cumprimento das normas e portarias adotadas e/ou editadas pelos dirigentes do SESCOOP/TO.

Compete a área de Contabilidade:

- I. Realizar os registros contábeis, referentes aos lançamentos financeiros, provisões de folha e depreciações;
- II. Assinar as peças Contábeis do SESCOOP/TO, responsabilizando-se pelas informações contidas nos mesmos;
- III. Atuar como consultor das Cooperativas registradas, nos assuntos relacionados ao setor contábil;
- IV. Atender aos auditores, fornecendo informações e disponibilizando os dados para conferência;
- V. Auxiliar a Superintendência na coordenação de desligamento dos empregados, garantindo o cumprimento dos aspectos normativos de caráter legal e institucional;
- VI. Fornecer informações sobre aspectos legais para contratação de serviços de terceiros, bem como a incidência de retenção de tributos;

VII. Auxiliar e disponibilizar todos os dados e informações para a elaboração do Relatório Anual de Atividades do Sistema (Prestação de Contas), bem como a prestação de contas de convênios;

VIII. Avaliar o desempenho dos processos envolvidos na gestão financeira com relação a metas e indicadores previamente estabelecidos;

IX. Elaborar os demonstrativos de final de mês e apresentá-los para os conselhos de administração e fiscal;

X. Efetuar os registros da previsão das receitas e despesas no sistema orçamentário, atendendo aos normativos e instruções para a elaboração do processo orçamentário;

XI. Efetuar o controle orçamentário dos dispêndios previstos e realizados, analisando as inconsistências e informando os resultados à superintendente.

Compete a área do Financeiro:

I. Formalizar os processos de compras, atendendo aos normativos do SESCOOP/TO;

II. Gerenciar o recebimento e conferência das notas fiscais, a verificação da regularidade fiscal, a formalização do processo de pagamentos;

III. Gerenciar e realizar pagamentos;

IV. Controle de contas a pagar, contas a receber e conciliação bancária;

V. Prestação de contas do movimento mensal para a contabilidade;

VI. Fechamento da folha de pagamento;

VII. Auxílio na apuração de impostos municipais e federais e contabilização de documento;

VIII. Gerenciar os recursos do fundo fixo de caixa;

IX. Gerenciar a prestação de contas financeiras, de viagens, convênios e recuperação de despesas;

X. Exercer o controle de bens patrimoniais;

XI. Responsabilizar pelo acervo bibliográfico, zelando pelo empréstimo e devoluções de cada exemplar.

Gerência Técnica: Tem a responsabilidade de elaborar o plano de trabalho, realizar as atividades de prestação de contas de convênios e auxiliar na elaboração do relatório de gestão, além de exercer a coordenação das áreas de Promoção Social, Formação Profissional e Monitoramento.

Compete a área de Promoção Social:

I. Desenvolver as ações de promoção social voltados aos empregados de cooperativas, cooperados e seus familiares;

II. Acompanhar a execução de todas as ações de promoção social previstos no plano de trabalho do SESCOOP/TO;

III. Avaliar as ações de promoção social, com relação às metas e indicadores estabelecidos;

IV. Sensibilizar o público alvo quanto à adesão às ações de promoção social planejada pelo SESCOOP/TO;

Compete a área de Formação Profissional:

I. Coordenar a manutenção e desenvolvimento das cooperativas alinhadas com as melhores práticas de mercado e a divulgação da doutrina cooperativista;

II. Sensibilizar o público alvo quanto à adesão às ações de formação e qualificação profissional planejado pelo SESCOOP/TO;

III. Acompanhar a execução de todas as ações de formação e qualificação profissional previstos no plano de trabalho do SESCOOP/TO;

IV. Avaliar as ações de formação e qualificação profissional, com relação às metas e indicadores estabelecidos;

V. Desenvolver as ações de formação e qualificação profissional voltado aos empregados de cooperativas, cooperados e seus familiares;

Compete a área de Monitoramento:

I. Promover estudos e pesquisas voltados ao desenvolvimento e à melhoria da gestão das cooperativas;

II. Propor e coordenar a implementação de políticas e instrumentos de monitoramento da gestão de cooperativas;

III. Avaliar o desempenho dos processos de desenvolvimento e modernização das cooperativas, em relação às metas e indicadores estabelecidos;

IV. Estruturar, desenvolver, implementar e manter atualizado o cadastro de cooperativas do SESCOOP/TO.

1.4.2 - Macroprocessos

Abaixo identificamos os macroprocessos pelos quais cada uma das áreas do organograma é responsável e as principais atividades decorrentes dos processos executados. A definição quanto aos macroprocessos foram conduzidas pela própria Unidade Estadual. No entanto, não há ainda um mapeamento concluído, pois o mesmo será realizado após o desenvolvimento das competências alinhadas à estratégia do SESCOOP que já vem sendo realizado pela consultoria contratada da Fundação Getúlio Vargas – FGV, que garantirá uma nova estrutura organizacional.

Tabela 3 – Macroprocessos do SESCOOP/TO

Macroprocessos do SESCOOP/TO			
Macroprocesso de Apoio			
<i>Macroprocesso</i>	<i>Processo</i>	<i>Atividades</i>	<i>Sequencia</i>
Conselho de Administração	Deliberativo	Fixa a política de atuação e estabelecer normas operacionais do SESCOOP/TO	1
		Aprova os planos anuais, orçamento e reformulações	2
		Aprova balanços e demonstrações financeiras	3
Conselho Fiscal	Fiscalização	Acompanhar e fiscalizar a execução financeira, orçamentária e os atos de gestão	1
		Examinar e emitir pareceres sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras	2
		Solicitar ao Conselho de Administração a contratação de assessoria de auditores ou peritos, sempre que tais serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções	3
Diretoria Executiva	Executivo	Executa a política de atuação do SESCOOP/TO	1
		Representa a administração	2
		Dirige, ordena e controla as atividades técnicas e administrativas	3
Assessoria Jurídica	Jurídico	Prestação de serviços jurídicos	1
		Consultoria e Assessoria	2
		Emissão de Pareceres	3
Administrativo/Financeiro	Compras e Licitações	Requisição de produtos e serviços	1
		Elaboração de editais	2
		Consulta em parceria com área jurídica	3
		Realiza Orçamentos	4
		Formalizar contrato de bens e Serviços	5
		Finalizar o processo de compra	6
	Contabilidade	Concilia as demonstrações contábeis	1
		Elabora demonstrativos gerenciais, balancetes e demonstrações contábeis	2
		Elabora documentos exigidos pelos conselhos e órgãos de controle	3
	Financeiro	Emissão de boletos	1
		Contabilizar operações	2
	Recursos humanos	Processo Seletivo	1

		Folha de Pagamento	2
		Programar Férias	3
		Formaliza demissões	4
	Administrativo	Dar apoio ao processo de formação profissional e promoção social	1
		Elaboração de minuta de documentos	2
		Elaboração e acompanhamento da emissão de Notas Técnicas	3
		Operacionaliza os sistemas informatizados	4
		Monitoramento e movimentação de processos	5
		Elaboração de Relatórios	6
Macroprocessos Finalísticos			
Gerência Técnica	Formação Profissional	Estudos e Pesquisa	1
		Planejamento das demandas solicitadas pelas Cooperativas	2
		Implementação do Plano de Trabalho	3
		Elaboração de Notas Técnicas para contratação de bens e serviços	4
		Execução do Plano de Trabalho	5
		Acompanhamento das capacitações	6
		Avaliação	7
		Elaboração de Relatório Final	8
	Promoção Social	Estudos e Pesquisa	1
		Elaboração de Projetos Sociais	2
		Implementação do Projeto	3
		Elaboração de Notas Técnicas para contratação de bens e serviços	4
		Execução	5
		Acompanhamento das ações	6
		Avaliação do Projeto	7
		Elaboração de Relatório Final	8
	Monitoramento	Programa de orientação Cooperativista	1
		Constituição e Registro	2
		Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista I	3
		Visitas Técnicas	4
		Certificação	5
	Marketing e Comunicação	Levantamento das ações de Marketing e comunicação	1
		Execução dos projetos de Marketing e comunicação	2

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

CAPÍTULO 2: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.

Os alvos da atuação do SESCOOP são as cooperativas, seus associados e empregados, bem como os respectivos familiares. O trabalho da entidade organiza-se a partir de quatro áreas de atuação. São elas:

- Formação/capacitação profissional;
- Promoção social;
- Monitoramento e desenvolvimento de cooperativas; e
- Gestão interna.

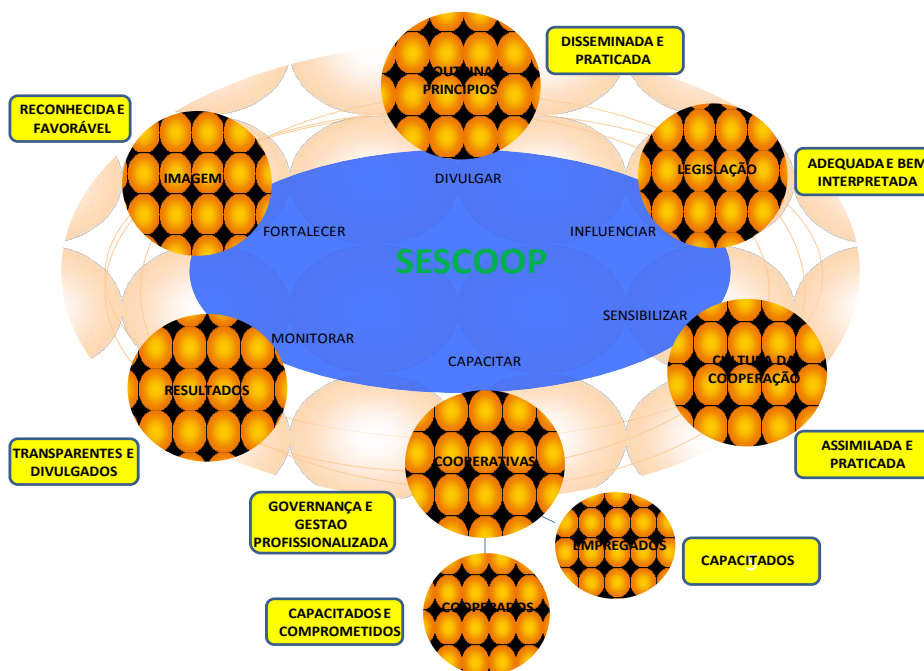
As ações do SESCOOP para fortalecimento das cooperativas englobam capacitação, valorização e melhor aproveitamento dos cooperados e empregados. Desse modo, a entidade busca alçá-los a patamares mais elevados de inovação e excelência, favorecendo a competitividade dos produtos e serviços.

No cumprimento da sua missão, o SESCOOP atua visando criar condições favoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo e propiciar a superação dos desafios encontrados pelas entidades cooperativistas em seus ambientes de atuação.

1. **Doutrina e Princípios:** realiza ações no sentido de tornar a doutrina e princípios do cooperativismo conhecidos e praticados;
2. **Legislação:** atua em parceria com entidades, principalmente OCB, buscando tornar a legislação, sua interpretação e aplicação pelos órgãos julgadores e fiscalizadores, adequada aos preceitos cooperativistas;
3. **Cultura da cooperação:** realiza atividades visando sensibilizar a sociedade sobre a importância da cultura da cooperação, como forma de propiciar desenvolvimento econômico e social;
4. **Cooperativas:** propicia condições para a implantação de governança e gestão profissionalizadas das cooperativas, possibilitando atuação em ambientes competitivos, por intermédio da capacitação dos dirigentes, cooperados e empregados. Assim, trabalha no sentido da sustentabilidade dos empreendimentos cooperativos.
5. **Resultados:** realiza ações de monitoramento do desempenho das cooperativas, propondo as medidas adequadas à obtenção de resultados econômicos e sociais positivos. Cuida, em parceria com a OCB, da transparência e divulgação dos resultados do sistema cooperativista.
6. **Imagem:** atua, em parceria com a OCB, no sentido de divulgar, zelar e fortalecer a imagem do cooperativismo junto à sociedade.

Figura 2 – Desafios do Cooperativismo

SESCOOP E OS DESAFIOS DO COOPERATIVISMO



Fonte: SESCOOP/Unidade Nacional – AGEST – Assessoria em Gestão Estratégica

2.1 Plano Estratégico do SESCOOP Nacional 2010-2013

O Plano Estratégico do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo foi aprovado pelo Conselho Nacional em agosto de 2010 e apresenta como desafio impulsionar a atuação do SESCOOP em prol do desenvolvimento das cooperativas brasileiras, dando maior visibilidade aos resultados gerados em favor do público-alvo.

Por ser um plano corporativo, as macroestratégias nele definidas representam um esforço conjunto entre as unidades estaduais e a unidade nacional para a concretização de resultados. Os principais fundamentos do referido plano corporativo encontram-se descritos a seguir.

Missão e visão

A função e a razão de ser do SESCOOP estão contempladas em sua missão: *"Promover o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável, por meio da formação profissional, da promoção social e do monitoramento das cooperativas, respeitando sua diversidade, contribuindo para sua competitividade e melhorando a qualidade de vida dos cooperados, empregados e familiares"*.

A visão de futuro é a imagem que descreve a situação desejada para o SESCOOP, no horizonte do plano, no ano de 2020, é, portanto, a síntese dos desejos e das aspirações quanto ao novo perfil institucional da organização. A visão deve ser conquistada por meio de esforços coordenados de todos que trabalham e fazem a instituição, veja a seguir a visão corporativa do SESCOOP.

"Ser reconhecido por sua excelência em formação profissional cooperativista, como promotor da sustentabilidade e da autogestão das cooperativas e como indutor da qualidade de vida e bem-estar social de cooperados, empregados e familiares".

Objetivos Estratégicos Finalísticos

Os objetivos estratégicos do SESCOOP revelam as principais escolhas da instituição para o período do plano e são orientados ao alcance da Visão de Futuro e cumprimento da missão organizacional.

Neste Plano Estratégico o SESCOOP definiu treze objetivos estratégicos, sendo oito finalísticos e cinco Administrativos e de Apoio.

Objetivo Estratégico 1 – Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo o Brasil.

O desenvolvimento sustentável do cooperativismo somente será possível se apoiado em sólidos pilares, representados aqui pela doutrina, pelos princípios e valores do cooperativismo. É preciso garantir que todos os cooperativistas os conheçam e os pratiquem, desde o momento da criação da cooperativa.

Além disso, muitas vezes, a população não sabe distinguir o cooperativismo dos demais tipos societários, o que acaba retirando vantagens e igualando as cooperativas às demais formas de produção, notadamente às empresas. Desse modo, faz-se importante a difusão da doutrina, dos princípios e dos valores do cooperativismo em todo o Brasil como elementos integradores de uma organização social competitiva, mas que produz frutos sociais aos seus associados e demais atores relacionados.

Objetivo Estratégico 2 – Ampliar o acesso das cooperativas à formação em gestão cooperativista, alinhada às suas reais necessidades, com foco na eficiência e na competitividade.

Em um ambiente de cada vez maior competitividade, a eficiência da gestão é instrumento central para a sustentabilidade das organizações. A formação em gestão cooperativista se volta para a preparação em governança e em gestão profissional das cooperativas e para a formação de lideranças cooperativistas. Difere das abordagens empresariais à medida que se alinha à doutrina, aos princípios e valores do cooperativismo.

Objetivo Estratégico 3 – Contribuir para viabilizar soluções para as principais demandas das cooperativas na formação profissional.

Além da formação em gestão cooperativista, as cooperativas necessitam de cooperados e empregados em outras áreas administrativas e em suas áreas de atuação específicas.

Tendo em vista a grande diversidade de ramos de negócio no sistema cooperativista, dispersos em todo o País, não é possível nem adequado que o SESCOOP desenvolva programas de formação profissional para todas as necessidades de todas as cooperativas. O SESCOOP focará seus esforços na identificação das diversas demandas, formação de parcerias e viabilização de soluções de formação profissional para as cooperativas.

Objetivo Estratégico 4 – Promover a adoção de boas práticas de governança e gestão nas cooperativas.

Um dos princípios do cooperativismo é a gestão democrática. Como a cooperativa é uma entidade que agrega no mínimo 20 associados, tendo cada um o mesmo poder de voto nas decisões estratégicas, uma boa governança é fundamental para sua sustentabilidade e seu crescimento. Além disso, organizações com modelos mais complexos de governança tendem a refletir essa complexidade também em sua gestão.

O SESCOOP irá contribuir para a governança e a gestão das cooperativas, por meio da disseminação de conhecimento sobre o tema, da identificação, disseminação e incentivo à adoção de boas práticas, tudo atrelado à doutrina, aos princípios e aos valores do cooperativismo.

Objetivo Estratégico 5 – Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas.

As cooperativas precisam desenvolver sua governança e suas competências técnicas, além de incorporar métodos, instrumentos e boas práticas de gestão. Devem se pautar em metas de desempenho e resultados.

Como forma de aumentar as chances de sucesso, é importante que as cooperativas contem com mecanismos de monitoramento externo que as auxiliem na identificação de pontos de melhoria, oportunidades e boas práticas em gestão e governança.

Sendo assim, o SESCOOP atuará no desenvolvimento de um modelo de monitoramento que analise as cooperativas e forneça informações sobre boas práticas e padrões de qualidade em gestão e governança, contribuindo de maneira pró-ativa para a minimização de riscos, a profissionalização da gestão e a sustentabilidade das cooperativas.

Objetivo Estratégico 6 – Incentivar as cooperativas na promoção da segurança no trabalho.

Para reduzir os riscos de acidentes, as cooperativas precisam concentrar esforços na promoção de ações e medidas de segurança no trabalho cooperativista, seja ele realizado dentro ou fora das cooperativas e por cooperados ou empregados das cooperativas. Mais do que apenas cumprir a legislação, cooperativas que adotam práticas de segurança no trabalho reduzem gastos com acidentes e assistência à saúde, melhoram a relação com empregados e fortalecem a imagem perante o público.

A atuação do SESCOOP nesse âmbito se propõe a desenvolver programas e competências para a disseminação de informações e conceitos de segurança no trabalho e para apoio e incentivos à prevenção de acidentes e à melhoria das condições de trabalho.

Objetivo Estratégico 7 – Promover um estilo de vida saudável entre cooperados, empregados e familiares.

A promoção social tem por finalidade desenvolver ações que favoreçam um estilo de vida saudável e possibilitem o alcance da melhoria da qualidade de vida dos empregados de cooperativas, associados e seus familiares.

A atuação do SESCOOP se dará por meio da articulação de parcerias para campanhas e do desenvolvimento de programas orientados para apoiar as cooperativas na promoção da saúde dos cooperados, empregados e familiares.

Objetivo Estratégico 8 – Intensificar a adoção da responsabilidade socioambiental na gestão das cooperativas brasileiras.

Com a preocupação cada vez maior da sociedade com o impacto das organizações nas questões sociais e do meio ambiente, é fundamental que o cooperativismo desempenhe ações para mitigar seus efeitos negativos, promovendo a responsabilidade socioambiental das cooperativas.

Por isso, o SESCOOP atuará com foco não só na melhoria do desempenho interno das cooperativas, mas também na adoção por estas de conceitos e boas práticas de responsabilidade socioambiental. Essa atuação é convergente com o princípio cooperativista do interesse pela comunidade, que

orienta o trabalho das cooperativas também para o desenvolvimento sustentado de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Objetivos Estratégicos de Administração e Apoio

Objetivo Estratégico 9 – Intensificar o desenvolvimento de competências alinhadas à estratégia do SESCOOP.

O SESCOOP possui um quadro de funcionários qualificado. No entanto, para que os objetivos finalísticos estabelecidos sejam alcançados, o SESCOOP precisa desenvolver competências aderentes aos novos desafios propostos. A ampliação das competências deverá ser viabilizada também pela ampliação quantitativa das redes de colaboradores, internos e externos, visando ao aumento da capacidade de realização orientada para resultados para o público-alvo.

Objetivo Estratégico 10 – Desenvolver e implementar a gestão do conhecimento no SESCOOP.

O aumento da eficiência, da inovação e da capacidade de gerar resultados abrange uma gestão do conhecimento. Gerir conhecimento requer processos bem definidos e eficazes de identificação, seleção, armazenamento e disponibilização de dados, informações e boas práticas. Essas práticas são ainda mais necessárias em organizações com elevado grau de descentralização das ações e atuação distribuída por regiões e setores com elevada heterogeneidade.

Objetivo Estratégico 11 – Gerar sinergias e integração do Sistema SESCOOP.

Um sistema não é de fato um sistema se suas partes seguem em direções distintas e de maneira descoordenada. Por isso, as diversas unidades e áreas do SESCOOP devem estar alinhadas em seus objetivos e ações. É preciso que haja integração e busca de sinergia no Sistema SESCOOP.

Mantendo a autonomia das partes, trata-se de garantir a integração no sentido estratégico e o alinhamento de grandes iniciativas e das estratégias de comunicação, para dentro e para fora do Sistema.

Objetivo Estratégico 12 – Assegurar adequada utilização da tecnologia de informação e comunicação.

O fluxo crescente de informações, as demandas por informações e a velocidade cada vez maior dos processos de tomada de decisão ampliaram radicalmente a relevância das tecnologias de informação e comunicação. A tecnologia de informação e comunicação passou a ser elemento estratégico para o bom desempenho de qualquer organização nos dias atuais. Ela deve ser orientada para o alinhamento e integração do Sistema, assim como para o melhor atendimento do público-alvo.

Objetivo Estratégico 13 – Assegurar qualidade e transparência na divulgação das ações e na comunicação dos resultados.

O Anexo I contempla a Árvore Estratégica corporativa do Plano SESCOOP 2010-2013.

2.2 Construção do Plano Estratégico SESCOOP/TO

A partir do plano corporativo do SESCOOP Nacional 2010-2013, o SESCOOP/TO realizou a construção do seu Plano Estratégico para o Exercício 2011-2013.

O processo de construção do Plano, que se deu de forma participativa, observou as seguintes etapas;

- a. Análise do Plano Estratégico SESCOOP 2010-2013;
- b. Análise dos desafios do cooperativismo no estado;
- c. Análise dos ambientes de atuação do SESCOOP (externo e interno);
- d. Formulação da Visão de Futuro do SESCOOP/TO;
- e. Escolha dos Objetivos Estratégicos, Linhas e Ação e Indicadores, para o horizonte do plano estratégico;
- f. Proposta de Projetos para implementação do Plano Estratégico.

Após a os estudos realizados e o alinhamento com a Unidade Nacional do SESCOOP, foi aprovado o Plano Estratégico do SESCOOP/TO cujos fundamentos estão apresentados a seguir:

Plano Estratégico SESCOOP/TO 2011-2013.

Missão: Promover o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável, por meio da formação profissional, da promoção social e do monitoramento das cooperativas, respeitando sua diversidade, contribuindo para a sua competitividade e melhorando a qualidade de vida dos cooperados, empregados e familiares.

Visão: Ser reconhecido por sua excelência em formação profissional cooperativista, como promotor da sustentabilidade e da autogestão das cooperativas e como indutor da qualidade de vida e bem-estar social de cooperados, empregados e familiares.

Objetivos Estratégicos Finalísticos:

- Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo Brasil;
- Ampliar o acesso das cooperativas à educação em gestão cooperativista, alinhada as suas reais necessidades, com foco na eficiência e na competitividade;
- Contribuir para viabilizar soluções para as principais demandas das cooperativas na formação profissional;
- Promover a adoção de boas práticas de governança e gestão nas cooperativas;
- Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas;
- Promover um estilo de vida saudável entre cooperados, empregados e familiares;
- Intensificar a adoção da responsabilidade socioambiental na gestão das cooperativas brasileiras.

Objetivos Estratégicos de Administração e de Apoio:

- Intensificar o desenvolvimento de competências alinhadas à estratégia do SESCOOP;
- Desenvolver e implementar a gestão do conhecimento no SESCOOP; (previsto)
- Assegurar a qualidade e transparência na divulgação das ações e na comunicação dos resultados.

No Anexo II incluímos a árvore estratégica do Plano Estratégico SESCOOP/TO, contemplando as metas para o exercício 2012.

Cumpra-se destacar que as referidas metas (Anexo II) foram elaboradas no processo de formulação do plano estratégico em 2011 e devidamente ajustadas ao final do primeiro semestre de 2012.

O SESCOOP/TO está inserido no contexto de um planejamento estratégico Corporativo, e foi adotado em seu plano **07** objetivos estratégicos finalísticos e dos **03** previstos de administração e apoio, foram adotados **02** constantes do Plano SESCOOP 2010-2013, conforme apresentado em nossa árvore estratégica – Anexo I.

2.3 – Estratégias Adotadas

Destaca-se que, no momento da escolha dos objetivos estratégicos, foram considerados e avaliados os riscos que poderiam impedir ou prejudicar sua implementação no exercício 2012. Esta análise ocorreu principalmente no momento de identificação de ameaças e oportunidades, inclusive com análise de seus impactos e probabilidades de ocorrência.

Para implementação do seu Plano, no ano de 2012, o SESCOOP utilizou como estratégia a construção de projetos alinhados a seus objetivos estratégicos.

Após a análise dos riscos inerentes ao trabalho com projetos, foram elaborados, por objetivo estratégico, rol de projetos estratégicos finalísticos que apresentamos a seguir (Anexo XI).

Tabela 4 – Projetos e iniciativas por Objetivo Estratégico

Objetivo Estratégico	Linha de Ação	Projeto/iniciativa	Metas alcançadas	Valor total
Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo Brasil.	<p>1. Organizar conteúdos e preparar instrutores e multiplicadores para disseminação da cultura da cooperação e do cooperativismo.</p> <p>2. Sensibilizar cooperados, empregados e famílias para intensificar a participação na organização do quadro social.</p> <p>3. Disseminar a doutrina, princípios e valores do cooperativismo em todas as atividades do SESCOOP.</p>	<p>Divulgação da Doutrina do Cooperativismo.</p> <p>Projeto OQS – Elemento de sustentação das Cooperativas Tocantinenses.</p> <p>Divulgação da Doutrina do Cooperativismo.</p> <p>Programa Cooperjovem.</p>	<p>Público atendido nas ações: 1.158 pessoas.</p> <p>11 Escolas no Programa Cooperjovem.</p> <p>200 professores capacitados.</p> <p>85 professores atuando no Programa.</p> <p>3.317 alunos beneficiados com novos materiais didáticos.</p> <p>07 grupos interessados em constituir cooperativas.</p>	R\$ 255.148,08
Ampliar o acesso das cooperativas à formação em gestão cooperativista, alinhada as suas reais	1. Mapear, coletar e analisar as demandas das cooperativas em formação sobre gestão e definir	Diagnóstico das reais necessidades das cooperativas	21 pessoas capacitadas no Programa FORMACOOP (9 Cooperativas	R\$ 601.395,82

necessidades, com foco na eficiência e na competitividade.	prioridades.		beneficiadas). 21 pessoas capacitadas o Programa GESCOOP (9 cooperativas beneficiadas). 25 colaboradores das cooperativas tocaninenses concluíram o MBA em Gestão de Cooperativas. Produção do Livro do MBA com os artigos da conclusão do curso elaborado pelos alunos acerca das cooperativas no Tocantins. Participação de 6 pessoas do SICREDI União Cerrado no Seminário de Governança.	
Contribuir para viabilizar soluções para as principais demandas das cooperativas na formação profissional.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir política para participação e apoio do SESCOOP na viabilização de soluções para formação profissional das cooperativas. 2. Mapear, coletar e analisar as demandas das cooperativas em formação profissional e definir prioridades. 3. Estabelecer rede de parceiros para a viabilização das demandas das cooperativas na formação profissional. 	<p>Diagnóstico das reais necessidades das cooperativas</p> <p>Formalizar termo de cooperação entre parceiros</p>	Participaram das 31 ações relacionadas a esse objetivo estratégico: 1.151 pessoas	R\$ 170.751,86
Promover a adoção de boas práticas de governança e gestão nas cooperativas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar programa de identificação e disseminação de boas práticas de gestão e governança em cooperativas (intercâmbios, 	<p>Disseminação de boas práticas entre as cooperativas.</p> <p>Incentivo da</p>	<p>Visita Técnica Internacional na ICA EXPO: 10 pessoas.</p> <p>Intercâmbio entre as 2 cooperativas do Ramo Educacional</p>	R\$ 130.618,42

	<p>fóruns, publicações etc).</p> <p>2. Orientar e incentivar a adoção de boas práticas de gestão e governança nas cooperativas.</p>	Intercooperação entre as cooperativas.	<p>no Estado do Tocantins.</p> <p>Intercambio entre 3 cooperativas do Ramo Mineral no Estado do Tocantins com 1 cooperativa do mesmo ramo situada no Rio Grande do Sul.</p>	
Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas.	<p>1. Estabelecer cadastro consistente e ampliado (informações de gestão e governança) das cooperativas em cada estado.</p>	<p>Programa de Orientação a Cooperativas</p> <p>Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativa I</p>	<p>Acompanhamento de 24 Assembleias.</p> <p>Visita técnica e acompanhamento direto a 7 cooperativas.</p> <p>Assessoria e Consultoria a 4 cooperativas.</p> <p>Aplicação do IAGC em 7 cooperativas.</p>	R\$ 84.948,65
Promover um estilo de vida saudável entre cooperados, empregados e familiares.	<p>1. Articular parcerias para campanhas focadas na promoção da saúde dos cooperados, empregados e familiares.</p>	Projeto OQS – Elemento de Sustentação das Cooperativas Tocantinense.	<p>Campanha de Qualidade de Vida realizada em parceria com a Unimed: 93 beneficiários.</p>	R\$ 1.005,00
Intensificar a adoção da responsabilidade socioambiental na gestão das cooperativas brasileiras	<p>1. Identificar e disseminar conceitos e boas práticas de responsabilidade socioambiental do cooperativismo.</p>	Responsabilidade Socioambiental	<p>Realização da VIII Edição do Programa Cooperar em Gurupi/TO: 600 participantes</p>	R\$ 14.478,51
Intensificar o desenvolvimento de competências alinhadas à estratégia do SESCOOP.	<p>1. Mapear e desenvolver as competências necessárias ao cumprimento da missão e da estratégia do SESCOOP.</p> <p>2. Garantir a estrutura organizacional e o quadro de pessoal adequado para o cumprimento dos objetivos do SESCOOP.</p>	<p>Ampliar as competências da equipe do SESCOOP/TO.</p>	<p>Adesão ao Projeto de Gestão por Competência – FGV e SESCOOP Nacional para a Unidade Estadual</p>	R\$ 3.542,36
Assegurar a qualidade e transparência na	<p>1. Estabelecer política de</p>	<p>Dar publicidade as ações e</p>	<p>Elaboração de Material de</p>	R\$ 8.089,33

divulgação das ações e na comunicação dos resultados.	transparência e meios de divulgação de ações e resultados. 2. Implementar ações de marketing institucional.	resultados do SESCOOP Divulgação e doutrina do cooperativismo.	divulgação do SESCOOP/TO, criação do link Transparência SESCOOP, e participação na Feira Agrotins.	
---	--	---	--	--

Fonte: SESCOOP/TO, 2012 – Adaptado dos dados do SAPE, 2012.

Foram realizadas ações de divulgação do nosso plano estratégico junto aos nossos colaboradores internos e junto às cooperativas tocantinenses.

A partir dos fundamentos e dos projetos do Plano Estratégico, o SESCOOP/TO elaborou o seu Plano de Trabalho e Orçamento para o exercício de 2012, contemplando os projetos estratégicos descritos no Plano Estratégico e as demais atividades de apoio ao desenvolvimento de seus objetivos.

Destaque-se que a gestão orçamentária do exercício 2012 encontra-se demonstrada no Capítulo 4 - Programação e Execução Orçamentária e Financeira.

Para a execução de seu plano de trabalho, com destaque para atuação por projetos, foram necessários estudos de ajustes da estrutura organizacional interna do SESCOOP/TO, que abrangeu as seguintes atividades (macroprocessos, estrutura de pessoal, tecnológica, mobiliária, etc.).

Em complemento aos nossos esforços, buscamos parcerias com empresas contratadas para atender as necessidades da Unidade estadual, além de convênios com instituições públicas. Para o desenvolvimento dos projetos e conscientização a respeito dos objetivos estratégicos, além da comunicação interna, adotamos ainda os seguintes procedimentos:

- Divulgação entre as cooperativas por meio de ofício e circulares;
- Divulgação na página www.ocbto.coop.br;
- Divulgação na página www.sescoopto.coop.br
- Parceria com a Secretaria Estadual da Agricultura;

2.3 Demonstração da Execução Física e Financeira (Prestação de Contas)

Conforme mostrado ao longo deste relatório, a atuação do SESCOOP engloba quatro linhas prioritárias de atuação. Três delas estão relacionadas à missão da entidade, por isso são classificadas como áreas finalísticas.

São elas Formação Profissional, Promoção Social, e Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas. A quarta e última área de atuação trata da “Organização e Gestão do Sistema”, ou seja, dos processos que dão suporte às áreas finalísticas, visando atingir os objetivos institucionais do SESCOOP.

Confira, a seguir, o orçamento previsto e o efetivamente realizado pelo SESCOOP/TO, no ano de 2012, por linha de atuação.

Tabela 5 – Realizações Financeiras por Área de Atuação

ÁREAS DE ATUAÇÃO	2011	2012		
		Previsto	Realizado	% Exec.
1 - Atuação Finalística	718.232,24	1.350.121,00	1.258.346,34	93,20%
a- Formação/capacitação profissional	519.845,98	846.707,00	787.932,74	93,05%
b- Promoção Social	119.243,80	253.628,00	244.112,62	96,24%
c- Monitoramento/desenvolvimento de cooperativas	79.142,46	249.786,00	226.300,98	90,59%
2 - Gestão do Sistema – Atividade Meio	260.473,13	345.024,00	317.748,67	92,09%
d- Órgãos Colegiados (CONSAD/CONFISC)	16.381,49	20.344,00	18.540,18	91,13%
e- Diretoria Executiva (PRESI/SUPER)	88.070,70	105.386,00	98.989,45	93,93%
f- Administrativo (Apoio/Informática/jurídico)	143.523,77	208.056,00	192.129,71	92,34%
g- Divulgação/Comunicação	12.497,17	11.238,00	8.089,33	71,98%
TOTAL	978.705,37	1.695.145,00	1.576.095,01	92,97%

Fonte: Orçamento SESCOOP/TO / Relsim_001 (janeiro a dezembro/2012).

Observação: As despesas com o pessoal que atua nas áreas finalísticas foram lançadas nos itens a, b e c do quadro acima.

2.4 Atuação Finalística

A atuação finalística caracteriza-se pelas linhas de formação e capacitação profissional, promoção social e monitoramento e desenvolvimento de cooperativas, conforme descrição a seguir:

A formação e capacitação profissional estão direcionadas aos cooperados e empregados de cooperativas e seus respectivos familiares. Já as atividades de promoção social oferecem aos cooperados, empregados das cooperativas e seus familiares um suporte material básico e, ao mesmo tempo motivar lhes a reflexão e contribuir para a assunção plena da cidadania. E, por sua vez, as ações de monitoramento e desenvolvimento – que resulta na qualidade e no acompanhamento da gestão das cooperativas.

As atividades de formação profissional, monitoramento e promoção social são planejadas em conjunto com as cooperativas, e levam em conta a demanda de cada cooperativa, por meio de circulares e ofícios, reuniões e visitas técnicas. Essa demanda pode ser efetuada: com as cooperativas, mediante a execução de eventos centralizados, que são ações desenvolvidas conjuntamente para diversas cooperativas, promovendo a intercooperação, geralmente, demandas desse tipo são realizadas na sede do SESCOOP/TO. Outra forma é através de eventos descentralizados, desenvolvidos para uma ou duas cooperativas, atendendo às suas necessidades individuais e que geralmente acontece no município sede da(s) cooperativa(s).

Os números, a seguir, demonstram em sua totalidade a atuação da área finalística:

Tabela 6 – Números da Área Finalística

Ações	Beneficiários	Carga horária
235	3.760	2080

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

2.4.1 Investimentos em Formação e Capacitação Profissional

O quadro abaixo apresenta as temáticas que o SESCOOP/TO investiu no ano de 2012 na área de formação profissional. As capacitações foram demandadas pelas próprias cooperativas e executadas, na maioria das vezes na sede da cooperativa e/ou no auditório do SESCOOP/TO.

A maior parte das capacitações oferecidas foi na temática do cooperativismo e em cursos específicos da área de atuação da cooperativa. Grande parte dos cursos foi voltada para a gestão empresarial das organizações.

Tabela 7 - Consolidação das atividades em Formação Profissional – 2012

Temáticas	FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
	Nº de Ações	BENEFICIÁRIOS	CARGA HORARIA
ADMINISTRATIVO	7	144	84
COOPERATIVISMO	20	580	128
CURSOS ESPECÍFICOS	41	1105	306
ESPECIALIZAÇÃO	1	25	360
FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS	1	17	12
GESTÃO	02	42	248
OQS - Organização do Quadro Social	9	94	300
TOTAL	81	2.007	1.438

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As realizações aqui descritas são aquelas vinculadas à **Subfunção "333 - Empregabilidade", Programa "5200 – Profissionalização e Sustentabilidade", ação "5201 – Ampliar o acesso das cooperativas à formação em gestão cooperativista, alinhada as suas reais necessidades, com foco na eficiência e na competitividade"** e concorreram para o alcance do objetivo estratégico:

- Ampliar o acesso das cooperativas à formação em gestão cooperativista, alinhada as suas reais necessidades, com foco na eficiência e na competitividade;
- Contribuir para viabilizar soluções para as principais demandas das cooperativas na formação profissional;

Qualificação Profissional do Trabalhador

Este programa tem como objetivo promover a qualificação social e profissional do trabalhador articuladas com demais ações de integração ao mercado trabalho. O SESCOOP/TO realizou o total de 81 eventos de formação profissional capacitando o total de 2.007 pessoas e

atendendo o total de 23 (vinte e três) cooperativas o que representa aproximadamente 60% das cooperativas registradas na OCB/TO.

Foram capacitados empregados, cooperados e familiares de cooperados de cooperativas de 7 ramos: transporte, mineral, agropecuário, saúde, crédito, educacional, trabalho.

O SESCOOP/TO realizou 01 curso de especialização profissional que destina-se a trabalhadores que buscam aprofundar competências profissionais adquiridas por meio de formação profissional ou no trabalho, 01 curso de qualificação/capacitação profissional que destina-se à preparação do indivíduo para o exercício de uma profissão, de acordo com o perfil requerido no mundo do trabalho com carga horária de 160 horas, e 79 cursos de aperfeiçoamento profissional destinado a trabalhadores que buscam a atualização, ampliação ou complementação de competências profissionais adquiridas por meio de formação profissional ou no trabalho. Não caracteriza uma nova profissão e atende, sobretudo, às necessidades decorrentes de inovações tecnológicas e de novos processos de produção e de gestão.

É importante ressaltar que todas as ações previstas de qualificação profissional, abrangem, em sua maioria, a área do cooperativismo, sendo este o objetivo principal do SESCOOP.

Dentre as atividades relacionadas com o Programa de Qualificação Profissional, destacamos as 3 principais que foram realizadas em 2012 pelo SESCOOP/TO:

- *FORMACOOP*;
- *GESCOOP e*;
- *MBA em Gestão de Cooperativas*.

Formacoop – Programa de Formação Cooperativista.

A atividade tem como objetivo formar dirigentes das cooperativas de pequeno porte para que os mesmos sejam capazes de responder aos desafios das sociedades cooperativas em contínua transformação. O programa teve carga horária total de 88 horas distribuídas em 6 módulos de 12 horas cada e 01 módulo de 16 horas. O quadro abaixo demonstra o tema de cada módulo e o seu objetivo.

Tabela 8 - Módulos do FORMACOOOP/2012

Gestão de Pessoas.	Realizado nos dias 23 e 24 de abril/2012.	Possibilitar a compreensão do conceito e da prática de gestão de pessoas, provocando, contextualizando sua importância e seus impactos na efetividade organizacional. Conteúdos abordados: Gestão de Pessoas: definição, aspectos e subsistemas; Gestão por competências; Cultura organizacional; Gerenciando conflitos; Diversidade e diferenças humanas; Avaliação de desempenho; Educação corporativa.
Cooperativismo como alternativa de desenvolvimento.	Realizado nos dias 17 e 18 de maio/2012	Globalização e Evolução do Pensamento Cooperativo. Tendências do Cooperativismo Contemporâneo: gestão empresarial, gestão social, formação do sentido empreendedor no cooperativismo, cooperativismo solidário contemporâneo, competição e cooperação - vantagens e desvantagens; evolução do cooperativismo; empresa cooperativa e sua estrutura; e direito cooperativista no Brasil - novas tendências.
Análise de Custos e Formação do Preço de Venda.	Realizado nos dias 28 e 29 de junho/2012	Mostrar aos gestores diversos sistemas baseados em custos e auxiliá-los na sua implementação em busca da lucratividade e da melhoria de desempenho de suas cooperativas. Conteúdo programático: Introdução e Conceitos de Custos; As Diversas Formas de Classificação de Custos; Esquema Básico de Custos; A Departamentalização; O Custeio Baseado em Atividades (ABC); Análise de Custos para a Tomada de Decisão; O Ponto de Equilíbrio; O Ponto de Equilíbrio em um ambiente de Mudanças; Método da Unidade de Esforço de Produção (UEP); Contabilidade de Ganhos.
Marketing e Ações Mercadológicas.	Realizado nos dias 30 e 31 de julho/2012	A finalidade é oferecer subsídios para que os participantes possam entender os princípios básicos do marketing e a otimização de resultados gerada pelas ações mercadológicas. Conteúdos abordados: Marketing: definição, características, ferramentas; Endomarketing; Inovação mercadológica; Oficina de marketing.
Plano de Negócios.	Realizado nos dias 23 e 24 de agosto/2012	Apresentar aos participantes instrumentos que possa traçar um retrato do mercado, do produto e das atitudes do empreendedor, que propicie maiores condições de êxito ou mesmo ampliar ou promover inovações na cooperativa.
Aspectos Contábeis, Econômicos e Financeiros.	Realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2012	Apresentar as tendências de mercado sobre os aspectos contábeis, econômicos e financeiros, e seus impactos nas sociedades cooperativas. Conteúdos abordados: Tendências do mercado econômico e financeiro; Fluxo de caixa; Capital de giro; Principais demonstrações contábeis e seus respectivos objetivos; As peculiaridades contábeis das cooperativas; Contabilidade gerencial.
Liderança e Comunicação Organizacional.	Realizado nos dias 04 e 05 de outubro de 2012	Desenvolver as habilidades de liderança necessárias para a otimização de resultados externos e internos. Conteúdos abordados: Definição e abordagens sobre liderança; A relação entre motivação e liderança; O processo de comunicação do verdadeiro líder; O autoconhecimento e o autodesenvolvimento; A cooperação como ferramenta da liderança; Liderança Coaching; Marketing pessoal.

Fonte: Projeto Fundcoop 007/2012 – SESCOOP/TO (2012).

Concluíram o curso 21 participantes entre dirigentes, cooperados e empregados de cooperativas a um valor por beneficiário de cerca de R\$ 2.470,00, que se comparado a cursos similares em mercado, demonstra a economicidade realizada na aplicação dos recursos do SESCOOP. Participaram da capacitação as seguintes cooperativas:

- COOPERNORTE – Cooperativa Agropecuária do Tocantins

- COAPA – Cooperativa Agroindustrial do Tocantins
- COOPERGEMAS – Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Monte Santo.
- COOPERSANTO – Cooperativa dos Garimpeiros de Monte Santo
- COOPERCRISTAL - Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Cristalândia
- COOPERGRIFAT – Cooperativa de Desenvolvimento de Agricultores Familiares dos Trabalhadores Agrícolas no Norte do Tocantins Ltda.
- COOPERLAGO – Cooperativa dos Produtores de Arroz da Lagoa.
- COED – Cooperativa de Educadores de Pedro Afonso
- SICOOB CREDIPAR – Cooperativa de Livre Admissão de Paraíso do Tocantins e Região Ltda

a) Metas Físicas e Financeiras do FORMACOOOP:

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$ 55.235,00	R\$ 51.841,28	93,85%
Física	20	21	105%

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As metas físicas foram realizadas na íntegra com a utilização de menor volume de recursos, devido à economia na aquisição de passagens e locomoções de instrutores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

b) Realizações por Elemento de Despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Passagens e locomoções	2.892,82	Despesas referentes à aquisição de passagens para instrutores contratados para ministrar os módulos
Diárias e hospedagens	31.715,40	Concessão de diárias para participantes para custear alimentação e hospedagem e diária de hospedagem dos instrutores .
Serviços Especializados	11.520,00	Contratação de instrutores para ministrar os módulos
Materiais para Treinamento	1.353,29	Despesa referente à reprodução de apostilas e material para a capacitação (crachá, bloco, pasta).
Material de Consumo	3.874,00	Despesa referente ao coffee-break
Outras Despesas com viagem	215,77	Despesa com alimentação e táxi instrutor
Encargos sobre serviços de terceiros	270,00	INSS s/ contratação de cooperativa de trabalho

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012)

O recurso para o desenvolvimento do FORMACOOP foi advindo do Fundecoop – Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo.

c) Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO	CÁLCULO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO INDICADOR
Valor total de diárias e passagens/número total de beneficiários	Valor total de diárias e passagens: R\$ 34.608,22 / número total de beneficiários: 21 participantes	R\$1.648,01 Custo médio por beneficiário

Fonte: Dados do Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

GESCOOP – Programa de Gestão Empresarial nas Cooperativas

A atividade tem como objetivo capacitar os dirigentes e colaboradores de cooperativas para o desempenho eficaz de suas atribuições e exercício da gestão de cooperativas. É uma formação em 09 módulos que são realizados mensalmente, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 9 - Módulos do GESCOOP/2012

Gestão de Pessoas.	Realizado nos dias 26, 27 e 28 de abril 2012.	Possibilitar a compreensão do conceito e da prática de gestão de pessoas, provocando, contextualizando sua importância e seus impactos na efetividade organizacional. Conteúdos abordados: Gestão de Pessoas: definição, aspectos e subsistemas; Gestão por competências; Cultura organizacional; Gerenciando conflitos; Diversidade e diferenças humanas; Avaliação de desempenho; Educação corporativa.
Planejamento e Gestão Estratégica.	Realizado nos dias 21, 22 e 23 de maio de 2012.	A finalidade do módulo é compreender o ciclo do planejamento estratégico (diagnóstico, elaboração, execução, resultados, mensuração), e principalmente, quais são os benefícios gerados pelo planejamento bem estruturado. O módulo abordará conteúdos como: Estrutura geral de planejamento estratégico: visão, missão, negócio, análise do ambiente, objetivos, metas, orçamento, estratégias competitivas, mensuração de resultados; a necessidade e a importância da cooperativa ser gerida como um negócio estratégico; Governança corporativa/cooperativa.
Cooperativismo, Organização do Quadro Social e Lei 5.764/71.	Realizado nos dias 18 e 19 de junho de 2012.	O objetivo do módulo é compreender as peculiaridades e as tendências do cooperativismo, através de um resgate histórico, sob a regência da legislação vigente, abordando conteúdos como: A filosofia cooperativista; Filosofia, valores e princípios cooperativistas; Organização do quadro social: principais aspectos, estrutura de trabalho, resultado; Lei 5764/71.
Qualidade como ferramenta de Gestão.	Realizado nos dias 03 e 04 de julho de 2012.	Fornecer subsídios para que os participantes busquem mais eficiência e qualidade em todas as ações realizadas pela cooperativa. O módulo abordará temas como: Compreendendo a essência da qualidade; confrontando serviços de qualidade; gestão pela qualidade; ferramentas utilizadas na gestão da qualidade.
Análise de Mercado e Concorrência.	Realizado nos dias 13 e 14 de agosto de 2012.	Entender os princípios básicos do marketing e a otimização de resultados gerada pelas ações mercadológicas. Marketing: definição, características, ferramentas; Endomarketing; Inovação mercadológica; Oficina de marketing.
Contabilidade para Gestores.	Realizado nos dias 11 e 12 de setembro de 2012	Apresentar as tendências de mercado sobre os aspectos contábeis, econômicos e financeiros, e seus impactos nas sociedades cooperativas. Conteúdos abordados: Tendências do mercado econômico e financeiro; Fluxo de caixa; Capital de giro Principais demonstrações contábeis e seus respectivos objetivos; As peculiaridades contábeis das cooperativas; Contabilidade gerencial.
Inovação e Empreendedorismo em Cooperativas.	Realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2012	Fornecer ferramentas para desenvolver a competência de empreendedorismo inovador. Identificar e avaliar fontes de criação de valor e oportunidades para a inovação.
Habilidades e Técnicas de Negociações.	Realizado nos dias 08 e 09 de novembro de 2012.	Proporcionar aos participantes instrumentos e técnicas de planejamento e condução de uma negociação, diante dos diferentes aspectos técnico-operacionais e comportamentais do processo, visando desenvolver habilidades e a otimização de resultados.
Elaboração e Gestão de Projetos.	Realizado nos dias 03, 04 e 05 de 2012.	Dar ao participante o conhecimento e a compreensão dos principais conceitos e práticas utilizados na fase de concepção, “start up”, programação, elaboração, execução e fechamento de um projeto, possibilitando-lhe melhor atuação frente a equipes responsáveis por essa atividade. O módulo irá abordar temas: concepção do projeto; fases de um projeto; “Start-up” do projeto; A formação da equipe; Programação do projeto; Execução do projeto; elaboração do projeto; fechamento do projeto.

Fonte: Projeto Fundecoop 007/2012 – SESCOOP/TO (2012).

Foram capacitados 21 participantes entre dirigente, cooperados e empregados de cooperativas a um valor por beneficiário de cerca de R\$ 4.482,60, que se comparado a cursos

similares em mercado, demonstra a economicidade realizada na aplicação dos recursos do SESCOOP. Participaram da capacitação as seguintes cooperativas:

- COED – Cooperativa dos Educadores de Pedro Afonso.
- VALLECOOP – Cooperativa de Produtores do Vale do Araguaia.
- COOPERNORTE – Cooperativa Agropecuária do Tocantins.
- SICOOB CREDIPAR - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paraíso do Tocantins e Região Ltda.
- COAPA – Cooperativa Agroindustrial do Tocantins.
- UNIMED Palmas – Cooperativa de Trabalho Médico de Palmas.
- COOPERLAGO – Cooperativa dos Produtores de Arroz da Lagoa.
- COOPEFA – Cooperativa dos Educadores de Formoso do Araguaia.
- COOPERCATO – Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique do Sudeste do Tocantins Ltda.

a) Metas Físicas e Financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$107.476,00	R\$94.134,62	87,68%
Física	20	21	105%

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As metas físicas foram realizadas na íntegra com a utilização de menor volume de recursos, devido à economia na aquisição de passagens e locomoções de instrutores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

b) Realizações por Elemento de Despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Passagens e locomoções	10.343,60	Despesas referentes à aquisição de passagens para instrutores que ministraram os módulos.
Diárias e hospedagens	48.819,00	Concessão de diárias para participantes para custear alimentação e hospedagem e diária de hospedagem dos instrutores.
Serviços Especializados	28.060,00	Contratação de instrutores para ministrar os módulos.
Materiais para Treinamento	912,17	Despesa referente à reprodução de apostilas e material para a capacitação (crachá, pasta, caneta e bloco).
Material de Consumo	5.364,00	Despesa referente ao coffee-break.
Outras despesas de viagem	635,85	Despesa com alimentação instrutor.

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012)

O recurso para o desenvolvimento do GESCOOP foi advindo do mesmo projeto Fundecoop que o Formacoop (descrito anteriormente).

c) Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO	CÁLCULO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO INDICADOR
Valor total de diárias e passagens/número total de beneficiários	Valor total de diárias e passagens: R\$ 59.162,60 / número total de beneficiários: 21 participantes	R\$2.817,26 Custo médio por beneficiário

Fonte: Dados do Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

MBA em Gestão de Cooperativas

A atividade teve como objetivo formar os gestores de cooperativas preparando-os para lidar com a especificidade das organizações cooperativas e com as habilidades conceituais e operacionais para a gerência destas organizações. O MBA teve início em maio/2011, e término em setembro/2012. A ação foi coordenada pela Gerencia Técnica do SESCOOP/TO. Dentre as atividades da pós-graduação, realizada em parceria com a Universidade Federal do Tocantins, destacamos:

Figura 2 – Ações do MBA/2012

Aula Magna
Visita Técnica
Publicação do Livro

Fonte: Projeto Fundecoop 002/2011 – SESCOOP/TO (2012).

Foram beneficiados 25 participantes entre dirigente, cooperados e empregados de cooperativas a um valor por beneficiário de cerca de R\$5.130,00 que se comparado a cursos similares em mercado, demonstra a economicidade na aplicação dos recursos do SESCOOP. Os 25 participantes são oriundos das seguintes cooperativas:

- COED – Cooperativa dos Educadores de Pedro Afonso.
- SICOOB CREDIPAR - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Paraíso do Tocantins e Região Ltda.
- COAPA – Cooperativa Agroindustrial do Tocantins.
- UNIMED Palmas – Cooperativa de Trabalho Médico de Palmas.
- COOPEFA – Cooperativa dos Educadores de Formoso do Araguaia.
- COOPAG - Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Guaraí.
- UNICRED CENTRO BRASILEIRA - Cooperativa Centro Brasileira de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde Ltda.

- SICREDI União Cerrado - Cooperativa de Crédito Rural Manoel Alves e dos Servidores do Estado do Tocantins.

Além de representantes deste SESCOOP/TO e da OCB/TO.

a) Metas Físicas e Financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$ 133.315,00	R\$ 128.9230,92	96,18%
Física	25	25	100%

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As metas físicas foram totalmente realizadas com a utilização de menor volume de recursos, devido à economia realizada nas contas: aquisição de passagens e locomoções de instrutores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

b) Realizações por Elemento de Despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Passagens e locomoções	25.823,47	Despesas referentes à aquisição de passagens para professores e alunos (viagem técnica).
Diárias e hospedagens	6.955,57	Diárias (pagamento de hospedagens).
Serviços Especializados	5.925,00	Contratação de professores para administração dos módulos.
Encargos s/ Serv. de Terceiros	750,00	Despesa referente à INSS s/ serviço de terceiros.
Auxílios Educacionais	40.000,00	Mensalidades referentes a 25 alunos.
Materiais de divulgação	396,00	Material de divulgação.
Serviços e divulgações institucionais	4.679,00	Diagramação, revisão gramatical e Confecção de livros.
Transferências para Projetos Específicos	2.637,84	Devolução do valor residual do projeto.

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

Os recursos para o desenvolvimento do MBA em Gestão de Cooperativas advêm do Fundecoop Especial.

c) Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO	CÁLCULO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO INDICADOR
Valor total de diárias e passagens/número total de beneficiários.	Valor total de diárias e passagens: R\$ 32.779,04/ número total de beneficiários: 25 participantes.	R\$1.311,16 Custo médio por beneficiário

Fonte: Dados do Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

2.4.2 Investimento em Promoção Social

As atividades de promoção social do SESCOOP extrapolam a dimensão econômica da atividade associativa. Por meio de projetos educativos, a entidade ajuda a melhorar a qualidade de vida não só dos cooperados e de seus familiares, mas também da comunidade na qual a cooperativa está inserida.

Tabela 10 - Consolidação das atividades em Promoção Social – 2012

TEMÁTICAS	PROMOÇÃO SOCIAL		
	Nº DE AÇÕES	BENEFICIÁRIO	CARGA HORÁRIA
Educação	20	957	212
Gênero	1	35	12
Integração social	2	288	6
Meio ambiente	1	134	2
Saúde	2	120	10
Total	26	1.534	242

Fonte: SESCOOP/TO

As realizações aqui descritas são aquelas vinculadas à Subfunção "366 - Educação de Jovens e Adultos", Programa "5100 – Cultura da Cooperação", ação "5101 – Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo o Brasil".

As realizações aqui descritas são aquelas vinculadas à **Subfunção "331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador", Programa "5300 - Qualidade de Vida", ação "5303 – Intensificar a adoção da responsabilidade socioambiental na gestão das cooperativas brasileiras"**.

Este programa tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida do trabalhador com demais ações de educação, cultura, integração social, meio ambiente e saúde. Foi prevista atividades para beneficiar 1.534 pessoas com um investimento total de R\$ 253.628,00 (duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e oito reais).

É importante ressaltar que todas as ações previstas na promoção social, abrangem, em sua maioria, o cooperado e sua família, tendo ainda atividades de disseminação da cultura cooperativista como registra o objetivo estratégico 1 da área de cultura da cooperação.

Dentre as atividades relacionadas com o Programa 0108 de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador, destacamos 3 principais que foram realizadas em 2012 pelo SESCOOP/TO:

- Programa Cooperjovem;
- Palestra de Desenvolvimento Educacional
- Cooperar VIII Edição

O Programa Cooperjovem no Estado do Tocantins

O Programa Cooperjovem no Tocantins iniciou em maio de 2001, depois de 10 anos estava claro a necessidade de uma atualização, modernização do programa. Em 2011 elaboramos um projeto de reestruturação com foco na cultura da cooperação e na ampliação do método “educação

cooperativa” para toda a Escola. Anteriormente, as escolas tinham “a figura” do professor Cooperjovem, o que dificultava que os objetivos do Programa, de tornar a comunidade escolar inserida na prática pedagógica e promover com isso uma ação coletiva na educação, pudessem de fato ser construída.

Assim, para efetivar esse processo de reestruturação, o SESCOOP/TO contou com apoio financeiro por meio do FUNDECOOP 020/2011. Em 2012, deu-se continuidade a reestruturação e novas atividades metodológicas foram realizadas a fim de elaborar um Programa coeso e participativo, além de suporte didático, como a elaboração de materiais e prêmio para fortalecer a atuação do Programa. O quadro a seguir demonstra as atividades de 2012:

Figura 3 – Reestruturação do Programa Cooperjovem 2012:

<p>Módulo I – Conhecendo o Cooperjovem</p>	<p>Conteúdo: Trata de apresentar o material e o conteúdo metodológico do Programa Cooperjovem aos professores e norteá-los quanto à implantação durante o ano letivo. Desenvolve um plano de trabalho com foco nos capítulos dos Cadernos do Programa. Associação do Plano Pedagógico das escolas aos materiais do Programa Cooperjovem.</p>	<p>Foram realizadas 02 Oficinas do Módulo I sendo uma no município de Gurupi, e 01 no município de Formoso do Araguaia.</p>
<p>Módulo II – Cooperativismo</p>	<p>Conteúdo: Doutrina e Princípios do cooperativismo. Organização da empresa cooperativa. Diferença entre cooperativa, associação e empresa mercantil. Gestão profissionalizada em cooperativas. Perspectivas do Cooperativismo atual.</p>	<p>Foram realizadas 03 Oficinas do Módulo II : sendo 01 no município de Pedro Afonso, 01 no município de Gurupi, 01 de Palmas.</p>
<p>Módulo III – Reflexão Educação Escola</p>	<p>Conteúdo: A transversalidade. O papel do educador na contemporaneidade. Elaboração de projetos educacionais. Mediação do processo pedagógico. Os pilares do desenvolvimento humano (Relatório da UNESCO). Fomentar uma cultura coletiva para a busca de soluções conjuntas na realização de objetivos comuns ao Cooperjovem. Jogos Cooperativos.</p>	<p>Foram realizadas 04 Oficinas do Módulo sendo: 01 em cada um dos municípios de: Palmas, Formoso do Araguaia, Gurupi E Pedro Afonso.</p>
<p>Reprodução de Material Didático</p>	<p>A finalidade desta ação é reproduzir o material didático do Cooperjovem e o Livro "Primeiras Lições" proporcionando subsídios para o professor dentro da sala de aula. Será enviado ofício de superintendente para superintendente requerendo autorização para reprodução dos materiais, cujos títulos são: - Iniciando a Cooperação – 1º ao 4º ano – Caderno do Professor (250 unid.); Iniciando a Cooperação – 5º ao 9º ano e Caderno do Aluno (5000 unid.); Iniciando a Cooperação – 5º ao 9º ano e Caderno do Professor (250 unid.) - Primeiras Lições (1500 unid.).</p>	<p>Foram reproduzidos os seguintes Materiais do Cooperjovem: 5000 Sementes da Cooperação (1 ao 4 ano); 250 unidades Caderno do Professor (1 ao 4 ano); 5000 unidades Caderno do Aluno (5 ao 9 ano); 250 unidades Caderno do Professor (5 ao 9 ano); 1500 unidades Livro Primeiras Lições.</p>
<p>Reprodução de Material Paradidático</p>	<p>O intuito da ação é criar um conjunto de material paradidático (lápiz, borracha, régua, quebra-cabeça e cartilha para colorir) do Programa Cooperjovem para estimular o aprendizado aos educandos em sala de aula.</p>	<p>Produção de 2000 quebra-cabeça; 2000 Kit-escolar (lápiz, borracha e régua); 2000 Cartilhas para colorir; 2000 estojos.</p>
<p>I Prêmio de Desenho</p>	<p>Estimular e fortalecer o conhecimento sobre o</p>	<p>Foram estimulados a desenvolver a</p>

do Programa Cooperjovem no Tocantins	cooperativismo, incentivando os alunos do Programa Cooperjovem para produção cultural. O objetivo do prêmio é instigar o aluno a conhecer/vivenciar a cultura da cooperação é estimulando sua criatividade e expressão através da criação de desenhos relacionados ao cooperativismo.	cultura da cooperação por meio da expressão artística 401 alunos de 02 cooperativas educacionais e 05 escolas públicas, sendo que 36 desenhos foram avaliados e 06 premiados.
Monitoramento e Acompanhamento nas Escolas do Tocantins	A finalidade da atividade é acompanhar o desenvolvimento dos projetos e/ou planos pedagógicos em sala de aula, avaliar as ações do programa, planejamento das atividades e de compartilhamento das experiências dos professores.	Foram realizadas visitas nas escolas/cooperativas pelo coordenador estadual do programa. Nos municípios de Palmas, Gurupi, Marianópolis, Miranorte, Formoso do Araguaia e Pedro Afonso.
Encontro Pedagógico do Programa Cooperjovem	O objetivo é aproximar os professores das diversas escolas participantes, além de proporcionar de maneira vivencial a prática dos valores cooperativos, sensibilizando as pessoas e as instituições para a promoção de valores e relacionamentos cooperativos, com isso pretende-se alinhar as propostas e realizar os ajustes necessários e o intercâmbio maior entre as escolas, que será feita através de trabalhos em grupos que serão coordenados por um moderador Além dos professores, foram convidados técnicos das cooperativas parceiras.	Participaram do encontro 137 pessoas entre professores, coordenadores pedagógicos, diretores, e representantes de cooperativas parceiras.

Fonte: Projeto Fundcoop 007/2012 – SESCOOP/TO (2012).

Foram cadastrados 85 professores, diretores e funcionários de escolas na reestruturação do programa Cooperjovem, sendo que todos esses passaram por alguma formação no Programa. Com o propósito de alcançar a comunidade escolar, foi capacitado entre professores, diretores e técnicos de cooperativas um total de 200 pessoas, sendo calculado o valor por beneficiário de cerca de R\$174,24 (com base nas oficinas oferecidas), que se comparado a cursos similares em mercado, demonstra a economicidade realizada na aplicação dos recursos do SESCOOP. Participaram da capacitação as seguintes cooperativas e escolas:

- COED – Cooperativa dos Educadores de Pedro Afonso.
- COOPEFA – Cooperativa dos Educadores de Formoso do Araguaia.
- Escola Municipal Pastor Paulo Leivas Macalão.
- Escola Municipal Benedita Galvão.
- Escola Municipal Maria Rosa de Castro Sales.
- Escola Estadual Nossa Senhora da Providência.
- Escola Estadual David Rolins.
- Escola Municipal de Tempo Integral Antonio Lino.
- Escola Municipal Vila Nova.
- Escola Municipal Orlindo Pereira da Mota.

- Centro de Educação Infantil Nicolas Quagliariello Vencio.

a) Metas Físicas e Financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$ 163.125,00	R\$ 162.646,09	99,71%
Física ¹	12	11	91,67%

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As metas físicas foram totalmente realizadas com a utilização de menor volume de recursos devido à economia realizada na aquisição de passagens e locomoções de instrutoria. As oficinas de cooperativismo, por exemplo, foram realizadas por um técnico do SESCOOP Nacional e o monitoramento das atividades era conciliado com outras atividades no município onde a escola estava situada, aproveitando assim o veículo do SESCOOP/TO e a diária do técnico. A tabela abaixo apresenta os principais elementos de despesa no ano de 2012:

b) Realizações por Elemento de Despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Passagens e locomoções	12.051,27	Despesas referentes à aquisição de passagens para instrutores.
Diárias e hospedagens	7.447,80	Concessão de diárias para o técnico responsável pela capacitação.
Serviços Especializados	17.480,00	Contratação de instrutores para administração dos módulos.
Materiais para Treinamento	367,85	Despesa referente à reprodução de apostilas e material para a capacitação.
Serviços e Divulgações Institucionais	93.351,00	Reprodução de Material para o Cooperjovem.
Encargos sobre Serviços de Terceiros	1.152,00	INSS s/ Contratação de Terceiros.
Locações	300,00	Despesa com locações para atividades.
Materiais e divulgação	15.498,00	Aquisição de Materiais para composição de kits.
Material de Consumo	11.245,37	Despesa com combustível e fornecimento de lanches e alimentação aos participantes.
Outras despesas de viagem	486,68	Alimentação dos instrutores.
Outros serviços de terceiros	220,32	Cópias e encadernações.
Premiações	3.045,00	Despesa com premiação dos participantes do I Prêmio de Desenho Cooperjovem.

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

O recurso para o desenvolvimento do Programa Cooperjovem é resultante do Fundcoop 020/2011.

¹ Corresponde ao número de escolas beneficiárias no Projeto.

c) Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO	CÁLCULO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO INDICADOR
Valor total de diárias e passagens/número total de beneficiários	Valor total de diárias e passagens: R\$ 19.499,07 / número total de beneficiários: 200 participantes	R\$ 97,49 Custo médio por beneficiário

Fonte: Dados do Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

Palestra de Desenvolvimento Educacional

A palestra é um canal de informação que atinge um público restrito, mas que tem por meio de técnicas dialógicas obter um maior alcance. Nesse sentido, pretende-se utilizar desses recursos para transmissão de conteúdos importantes para a organização cooperativa. O objetivo é elaborar palestras de desenvolvimento educacional para o público das cooperativas tocantinenses segundo demandas requeridas por essas no Plano de Trabalho 2012.

Foram beneficiadas pelas palestras de desenvolvimento educacional 375 pessoas, sendo calculado o valor por beneficiário de cerca de R\$ 17,89 (com base nas palestras oferecidas), que se comparado a valores similares em mercado, demonstra a economicidade realizada na aplicação dos recursos do SESCOOP.

a) Metas Físicas e Financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$ 6.807,00	R\$ 6.790,44	99,75%
Física	270	375	138,89%

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As metas físicas foram totalmente realizadas com a utilização de menor volume de recursos, devido à economia realizada na aquisição de passagens e locomoções de instrutoria. As palestras foram realizadas por profissionais do estado do Tocantins, o que trouxe economicidade para a realização dessas. A tabela abaixo apresenta os principais elementos de despesa no ano de 2012:

b) Realizações por Elemento de Despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Diárias e hospedagens	750,00	Concessão de diárias para o técnico responsável pela capacitação.
Serviços Especializados	5.280,00	Contratação de instrutores para administração dos módulos.
Material de Consumo	344,39	Despesa com combustível.
Encargos sobre serviço de terceiros	400,00	Encargos sobre serviços de terceiros.
Outras despesas de viagem	16,05	Alimentação do instrutor.

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

c) Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO	CÁLCULO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO INDICADOR
Valor total de diárias e passagens/número total de beneficiários	Valor total de diárias e passagens: R\$ 750,00 / número total de beneficiários: 375 participantes	R\$ 2,00 Custo médio por beneficiário

Fonte: Dados do Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

Programa Cooperar – VIII Edição

O Programa Cooperar – é uma ação da Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi em parceria com o SESCOOP/TO e outras instituições e tem por objetivo integrar todos os funcionários e cooperados através de inúmeras ações, tais como: palestras educativas, educação cultural (momentos artísticos), festa para crianças (familiares de empregados e colaboradores) e campanhas que promova o desenvolvimento comunitário.

Em 2012, na sua oitava edição, o Programa contou com projetos voltados para a temática da responsabilidade socioambiental. Foram beneficiados diretamente pelo Programa Cooperar cerca de 600 colaboradores da indústria e comunidade em geral, sendo calculado o valor por beneficiário de cerca de R\$ 24,13, que se comparado a valores similares em campanhas e ações voltadas para o social, demonstra a economicidade realizada na aplicação dos recursos do SESCOOP.

a) Metas Físicas e Financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$ 14.905,00	R\$ 14.478,51	97,13%
Física	600	600	100%

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As metas físicas foram totalmente realizadas com a utilização de menor volume de recursos. As ações do Programa tiveram uma maior amplitude, pois grande parte das ações envolvia a comunidade geral, o que, indiretamente aumenta o número de pessoas envolvidas. A tabela abaixo apresenta os principais elementos de despesa no ano de 2012:

b) Realizações por elemento de despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Material e Divulgação	11.482,50	Material de divulgação (camisas)
Serviços Especializados	2.400,00	Contratação de instrutores
Material de Consumo	41,01	Despesa referente a aquisição de materiais
Diárias e Hospedagens	75,00	Concessão de diárias para o técnico que acompanhou o evento
Encargos s/ Serviços de Terceiros	480,00	Encargos s/ Contratação de Pessoa Física

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

c) Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO	CÁLCULO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO INDICADOR
Valor total de material e divulgação/número total de beneficiários	Valor total de material e divulgação e serviços especializados: R\$14.478,51/ número total de beneficiários: 600 participantes	R\$ 24,13 Custo médio por beneficiário

Fonte: Dados do Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

Como prevê o objetivo estratégico 8 do SESCOOP/TO – *Intensificar a adoção da responsabilidade socioambiental na gestão das cooperativas brasileiras*, uma das linhas de ação adotadas pela Unidade Estadual foi identificar e disseminar conceitos e boas práticas de responsabilidade socioambiental do cooperativismo. Assim, foi elaborado para a VIII Edição do Cooperar um projeto que valorizasse a cooperativa e a sua atuação junto à comunidade local. As ações ocorreram em diversas áreas do município de Gurupi e foram culminadas no período de uma semana. A cooperativa produziu uma cartilha do Programa com informações sobre a dengue e durante uma caminhada ecológica pela cidade, foram arrecadados materiais que pudessem ser reciclados. Os colaboradores da cooperativa estavam identificados (com a camiseta do Cooperar) e se organizaram em mutirão para atender a comunidade.

Além de ações ambientais, ocorreram apresentações culturais na sede da cooperativa e brincadeiras educativas para as crianças. Este Programa cumpre com uma das linhas orientadoras do movimento cooperativista, o sétimo princípio: Interesse pela comunidade.

O Programa Cooperar envolveu outras instituições como: Polícia Militar, Sesc Lazer, Corpo de Bombeiros, Cipama, Prefeitura de Gurupi, Secretaria Municipal de Saúde, Creche Maria Madalena, Associação de Gurupi Amigos Basketball - AGAB, D’Cortes Cabeleireiro, a equipe de maquiagem da Madeireira Santa Rosa e do grupo Abadá Capoeira.

2.4.3 Investimentos em Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas

As atividades de monitoramento e desenvolvimento de cooperativas têm como principal objetivo a manutenção da qualidade da gestão das empresas cooperativas, preservando sua credibilidade perante terceiros e a transparência ante o quadro social. Busca-se, ainda, assegurar a longevidade das cooperativas.

A qualidade da gestão é perseguida mediante processos que envolvem a constituição, o registro, o sistema de acompanhamento e a auditoria de gestão, incluindo também a análise de cenários econômicos e dos meios de conduzir os negócios nos diversos ambientes onde atuam.

Esses processos combinam-se ao monitoramento das cooperativas, que busca proporcionar melhores níveis de eficiência e eficácia, com maiores resultados e menos gastos financeiros. Outra meta é garantir que as cooperativas sejam, de fato, sociedades democráticas atentas aos anseios dos cooperados, sem, contudo, perder de vista o mercado e os condicionantes econômicos.

Tabela 11 - Consolidação das atividades em Monitoramento – 2012

Temáticas	MONITORAMENTO	
	Nº DE COOPERATIVAS POR AÇÃO	CARGA HORÁRIA
ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO COOPERATIVISTA – PAGC	08	14
ORIENTAÇÃO SOBRE O SISTEMA COOPERATIVISTA A GRUPOS INTERESSADOS (CONSTITUIÇÃO E REGISTRO) – POC	10	22
ACOMPANHAMENTO DE ASSEMBLEIAS	24	48
VISITAS TÉCNICAS*	60	120
PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL	04	-
CONSULTORIA E ASSESSORIA	23	128
PROJETO DE VISITA TÉCNICA INTERNACIONAL	06	36
INTERCAMBIO ENTRE COOPERATIVAS	05	32

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

*Em parceria com a SEAGRO, técnicos do SESCOOP/TO visitaram cooperativas que estavam com registro ativo na JUCETINS, no entanto após visita, muitas dessas cooperativas tiveram seus registros cancelados pela Jucetins e/ou foram verificadas estão inativas.

As realizações aqui descritas são aquelas vinculadas à **Subfunção "333 - Empregabilidade", Programa "5200 – Profissionalização e Sustentabilidade", ação "5204-Monitorar desempenho e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas"**.

As realizações aqui descritas são aquelas vinculadas à **Subfunção "366 - Educação de Jovens e Adultos", Programa "5100 – Cultura da Cooperação", ação "5101 – Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo o Brasil"**.

Dentre as atividades relacionadas com o Programa de Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas, destacamos 4 ações que foram realizadas em 2012 pelo SESCOOP/TO:

- Programa de Orientação Cooperativista (POC)
- Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista (PAGC)
- Consultoria e Assessoria
- Acompanhamento de Assembleias

Programa de Orientação Cooperativista - POC.

O programa de orientação cooperativista tem como proposta garantir o conhecimento dos grupos interessados, que são pessoas da comunidade já organizadas, em constituir cooperativas, quanto da doutrina, dos princípios, dos valores e das características da sociedade cooperativa desde o momento da criação, por meio da disseminação da cultura cooperativista.

As ações deste programa não podem ser confundidas com as do fomento, conforme já definida na diretriz, pois o fomento é a atividade que tem o intuito de estimular um grupo de pessoas a organizar suas atividades econômicas por meio de cooperativas, sem que haja esse interesse, por parte do grupo. O fomento às pessoas da comunidade, sem formação do grupo interessado, realizadas por meio de palestras, teatros, eventos são atividades que devem ser realizadas conforme as diretrizes de Formação e Promoção Social do SESCOOP.

Este programa visa aumentar os níveis de conhecimento em cooperativismo para a sociedade, preparando estes grupos interessados para constituir ou fazer parte de cooperativas de forma consciente e responsável.

As ações para a aplicação desse programa são:

- atendimento não presencial com orientações telefônicas, e-mail, fax e outros.
- atendimento presencial com reuniões na Unidade Estadual com o grupo ou seus representantes;
- visitas técnicas: quando há o deslocamento do técnico da Unidade Estadual para atendimento presencial ao grupo ou seus representantes.

Para aplicação do programa deve ser utilizado o Instrumento de Orientação Cooperativista – IOC que é a ferramenta que evidência os resultados das ações do programa. Cada IOC deve ser utilizado para cada grupo interessado independente da quantidade de ações necessárias para orientá-lo corretamente e repassar o conhecimento com qualidade.

No estado do Tocantins foram realizadas 10 aplicações do IOC. As despesas realizadas com essa atividade de monitoramento seguem abaixo:

a) Metas Físicas e Financeiras do POC

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$ 1.950,00	R\$ 1.800,00	92,30%
Física	10	10	100%

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As metas físicas foram totalmente realizadas com a utilização de menor volume de recursos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

b) Realizações por Elemento de Despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Diárias e hospedagens	1.500,00	Concessão de diárias para o técnico responsável pela aplicação do instrumento.
Material de Consumo	300,00	Despesa com combustível

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012)

Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista - PAGC

Os Programas de Acompanhamento da Gestão Cooperativista – PAGC são atividades voltadas para o desenvolvimento de cooperativas e devem promover a manutenção das características enquanto sociedade cooperativa, aumentar o nível de percepção da necessidade de mercado quanto ao aprimoramento dos seus mecanismos de governança e torná-las autogeridas.

Este programa disponibiliza instrumentos para as cooperativas realizarem seu próprio diagnóstico, contribuindo para a construção de planos de melhorias e apoio a suas decisões e consequentemente, fornecendo subsídios e informações para o SESCOOP nas áreas finalísticas – monitoramento, formação e promoção social.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO COOPERATIVISTA – PAGC	
Público Alvo	Cooperativas
Quando aplicar	Aplicar nas cooperativas aptas conforme sugerida em cada programa
Conteúdo	Diagnóstico e acompanhamento com orientações e planos de melhorias quando necessário.
Instrumento	Instrumento de acompanhamento da gestão cooperativista – IAGC.
Resultado Esperado	Cooperativas com características de sociedade cooperativa, com mecanismos de governança aplicados e autogestionada.

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

Para os programas de acompanhamento da gestão cooperativista, foram identificadas três características importantes a serem trabalhadas: enquanto sociedade cooperativa, nos mecanismos de governança e econômico financeiro.

Os programas são desenvolvidos conforme a profundidade dos temas:

	Na gestão enquanto sociedade cooperativa	Na Gestão da Governança Corporativa	Na Gestão Econômica Financeira
Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista I	Foco		
Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista II		Foco	
Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista III			Foco

O SESCOOP/TO aplicou em 2012 apenas o PAGC I que tem foco na gestão enquanto sociedade cooperativa e espera-se como resultado a manutenção das características da sociedade. No estado do Tocantins foram realizados 08 aplicações do IAGC. Abaixo, as despesas realizadas com essa atividade de monitoramento:

a) Metas Físicas e Financeiras do PAGC:

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$ 1.425,00	R\$ 646,35	45,35%
Física	10	08	80%

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

Foram realizadas 80% das metas físicas previstas com a utilização de menor volume de recursos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

b) Realizações por Elemento de Despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Diárias e hospedagens	150,00	Concessão de diárias para o técnico responsável pela aplicação do instrumento.
Material de Consumo	496,35	Despesa com combustível.

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

Nota-se que a partir dos elementos de despesa do PAGC, pode se verificar uma economia de recurso, devido às aplicações do instrumento ocorrerem concomitantemente à ida do técnico às cooperativas para acompanhar algum evento e/ou realizar algum outro trabalho, demandando assim menos diárias e hospedagens até o município de origem das cooperativas.

Consultorias e Assessorias

No estado do Tocantins foram realizadas consultorias técnicas para 04 cooperativas com foco na área de recursos humanos e financeiro (COOPAG, COAPA, VALLECOOP e SICOOP CREDIPAR) e 20 consultorias na área de cooperativismo (orientação para elaboração de ata, contabilidade, registro de documentos). As despesas realizadas com essa atividade de monitoramento seguem abaixo:

a) Metas físicas e financeiras:

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$ 35.325,00	R\$ 26.344,01	74,57%
Física	24	23	95,83%

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As metas físicas foram totalmente realizadas com a utilização de menor volume de recursos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

b) Realizações por Elemento de Despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Auditoria e Consultoria	25.900,00	Contratação de serviços de consultoria e assessoria
Materiais de Consumo	144,01	Despesa com combustível
Diárias e Hospedagem	300,00	Diárias do Técnico

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

a) Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO	CÁLCULO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO INDICADOR
Valor total de despesa/número total de beneficiários	Valor total: R\$26.344,01 / número total de beneficiários: 24 cooperativas	R\$ 1.097,66 Custo médio por beneficiário

Fonte: Dados do Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

Acompanhamento de Assembleias

O SESCOOP/TO tem em seu plano de trabalho 2012 o acompanhamento das assembleias gerais das cooperativas tocantinentes. A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes (art. 38 da lei 5.764/71).

a) Metas físicas e financeiras:

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeira	R\$ 3.758,00	R\$ 3.482,51	92,67%
Física	18	24	133,33%

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

As metas físicas foram realizadas 33,33% acima do previsto, sendo realizadas com 92,67% de utilização dos recursos previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

b) Realizações por elemento de despesa

ELEMENTO DE DESPESA	R\$	CONTEXTUALIZAÇÃO
Diárias e hospedagens	1.875,00	Concessão de diárias para o técnico.
Material de Consumo	1.607,51	Despesa com combustível.

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012)

c) Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO	CÁLCULO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO INDICADOR
Valor total de despesa/número total de beneficiários	Valor total: R\$3.482,51 / número total de beneficiários: 24 cooperativas	R\$ 145,10 Custo médio por beneficiário

Fonte: Dados do Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

2.5 Gestão do Sistema

2.5.1 Gestão Interna

Nesse tópico, será mostrado como o SESCOOP/TO utiliza o orçamento que recebe anualmente para administrar seus processos que dão suporte à atividade finalística. Em linhas gerais, os recursos foram executados, entre outras, nas seguintes áreas:

As realizações descritas são aquelas vinculadas às seguintes subfunções:

- a) **122 – Administração Geral, Programa "0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego", ação "8911 - Gestão Administrativa";**
- b) **122 – Administração Geral, Programa "0750 – Apoio Administrativo", ação "8901 - Manutenção de Serviços Administrativos;**
- c) **122 – Administração Geral, Programa "5400 – Administração e Apoio", ação "5401 - Intensificar o desenvolvimento de competências alinhadas à estratégia do SESCOOP";**
- d) **125 – Normatização e Fiscalização, Programa "0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego", ação "8938 - Gestão do Processo de Planejamento Institucional;**
- e) **125 – Normatização e Fiscalização, Programa "0773 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno", ação "8914 – Serviços de Administração e Controle Financeiro”.**

Em linhas gerais, os recursos foram executados, entre outras, nas seguintes áreas:

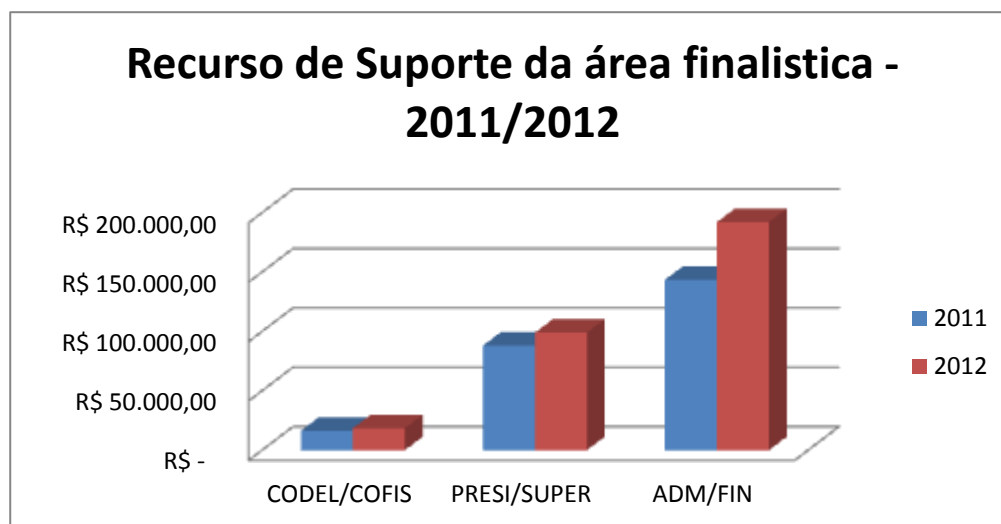
I. Aprimoramento da Gestão

Os recursos foram utilizados na Modernização Organizacional – Revisão da Estrutura e Gestão por Competências. O SESCOOP/TO iniciou, em parceria com o SESCOOP Nacional, o Projeto de Gestão de Pessoas atendendo ao objetivo estratégico 09 - *Intensificar o desenvolvimento de competências alinhadas à estratégia do SESCOOP*, tendo como linha de ação a garantia de uma estrutura organizacional e o quadro de pessoas adequadas para o cumprimento dos objetivos da organização.

O projeto de Gestão por Competências do SESCOOP/TO está sendo executado por meio do contrato com a Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Além do projeto específico na área de gestão de pessoas o SESCOOP/TO aumentou o recurso em 2012 destinados às áreas de suporte que favorecem o aprimoramento da gestão. A figura abaixo apresenta quanto de recurso foram destinados 2011/2012:

Gráfico 01: - Recurso de Suporte a Área Finalística



Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

II. Tecnologia da Informação

Apesar do SESCOOP/TO não possuir uma área específica de TI, a equipe de colaboradores avaliam a gestão de tecnologia da informação conforme o Anexo V. Sendo que a manutenção e reparos de equipamentos eletrônicos são feita por terceiros.

Os softwares que são utilizados foram adquiridos pela Unidade Nacional, que repassou as licenças de utilização ao SESCOOP/TO. Em 2010 iniciou-se a infraestrutura para viabilização de reuniões remotas e transmissão de eventos via internet (videoconferência), o sistema foi comprado pela unidade nacional e instalado em nossa unidade.

III. Controle Interno

A Diretoria Executiva e Conselho de Administração do SESCOOP/TO tem ciência que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. O SESCOOP/TO vem realizando esforços para adoção de instrumentos e estratégias visando orientar a execução eficiente e oportuna das atividades voltadas ao controle interno.

Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo SESCOOP/TO, os mecanismos adotados de um modo geral são percebidos pelos colaboradores e em todas as áreas.

O sistema de controle interno do SESCOOP/TO está avaliado conforme Anexo VI, os itens 12, 13, 14, 15 e 28, 29 e 30, deste anexo são controlados e monitorados pela Assessoria de Auditoria e Controle da Unidade Nacional.

Até o momento não recebemos recomendações dos órgãos de Controles – TCU e CGU.

IV. Divulgação/Comunicação

Nesse tópico, serão mostradas as ações de divulgação/comunicação institucional do SESCOOP/TO. As realizações aqui descritas são aquelas vinculadas à **Subfunção "131 - Comunicação Social", Programa "5400 – Administração e Apoio ", ação "5405 – Assegurar qualidade e transparência na divulgação das ações e na comunicação dos resultados "**.

A comunicação é uma importante ferramenta para disseminação e consolidação da filosofia cooperativista, tanto na mídia como também nos veículos internos das próprias sociedades cooperativas, o SESCOOP/TO se destaca a cada ano com novas iniciativas.

Durante o ano de 2012 a principal meta foi ações voltadas para divulgar programas, resultados e a prática da cooperação e do cooperativismo desenvolvidas pelo SESCOOP/TO. Entre os principais trabalhos desenvolvidos destaca-se:

- **Plano de Comunicação e Marketing**

Estratégia de comunicação tem por objetivo comunicar de forma clara e compreensiva a proposta de valor de uma instituição, ou seja, “o que” a empresa, por meio de seus produtos e serviços, tem para oferecer ao seu público-alvo.

Os benefícios gerados pelo plano de marketing e comunicação são perceptíveis além da redefinição da logomarca e padronização da identidade visual, houve um acréscimo do número de pessoas interessadas em obter informações sobre cooperativismo e constituição de cooperativas, e consequentemente, aumento da demanda para realização de palestras e cursos de cooperativismo.

a) Realizações por elemento de despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Serv. e Divulg. Institucionais	R\$ 3.351,40	Serviços de Divulgação

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012).

- **Feira Agrotins**

As novidades no setor do agronegócio brasileiro ganham mais evidência na Agrotins – Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins. A cada edição, a maior feira da região norte do Brasil, leva informações para milhares de pecuaristas, agricultores, empresários e é responsável pela movimentação de milhões em negócios. Para facilitar o acesso a essas novas tecnologias, instituições financeiras presentes na feira oferecem condições especiais de financiamento (Fonte: <http://agrotins.to.gov.br/apresentacao/>).

A Agrotins permite a difusão e a transferência do conhecimento científico e tecnológico, divulgando as potencialidades produtivas do Estado para o setor agropecuário. É uma grande oportunidade para divulgação das ações do sistema cooperativista do Tocantins.

a) Realizações por elemento de despesa

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR (R\$)	CONTEXTUALIZAÇÃO
Material de Consumo	R\$ 849,93	Materiais para utilização na feira.
Locações	R\$ 3.888,00	Locação do espaço

Fonte: Orçamento Relsim_001 (SESCOOP/TO, 2012)

As metas financeiras foram utilizadas em quase sua totalidade 99,99% do previsto.

A Agrotins foi um espaço importante para o cooperativismo tocantinense, um canal de comunicação de visibilidade para o SESCOOP/TO além de abrir espaço para que produtores cooperados pudessem expor seus produtos, realizassem reuniões no local e ainda que o público em geral pudesse visitar o estande e conhecer mais sobre o movimento cooperativista. As escolas do Programa Cooperjovem também puderam visitar o espaço do cooperativismo na Feira e receber informações sobre educação cooperativa.

2.6 Indicadores de Desempenho Operacional

Segue abaixo alguns indicadores utilizados pelo SESCOOP/TO para verificar o desempenho operacional da Unidade Estadual durante o exercício de 2012, principalmente, no que se refere ao monitoramento e avaliação da gestão, bem como acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados.

Indicadores de Eficácia

Nome: Índice de Aplicação dos Recursos (IAR)

Descritivo: calcula o percentual de investimento total realizado em relação ao previsto, excluindo-se recursos provenientes do Fundecoop.

Fórmula:
$$\frac{\text{Investimento total realizado}}{\text{Investimento total previsto}}$$

Elementos	Em R\$		
	2010	2011	2012
Investimento Total Realizado	865.086,44	817.010,22	987.865,01
Investimento Total Previsto	925.788,00	950.376,00	1.069.177,00
Índice de aplicação dos Recursos (IAR)	93,44%	85,97%	92,39%

Fonte: SESCOOP/TO.

O índice demonstra boa aplicabilidade do recurso nas ações desenvolvidas pelo SESCOOP/TO, como apresenta o índice de eficácia calculado em 92,39%. O SESCOOP/TO teve um recurso total no valor de R\$ 1.069.177,00 e aplicou R\$ 987.865,01.

Nome: Média de Participantes por Evento (MPE)

Descritivo: calcula o número médio de participantes por evento.

Fórmula:
$$\frac{\text{Total de participantes}}{\text{Total de Eventos}}$$

Elementos	2010	2011	2012
Total de Participantes	6.878	4.316	3.760
Total de Eventos	304	226	235
Média de Participantes por Evento (MPE)	22,62	19,09	16

Fonte: SESCOOP/TO.

Comparando o índice referente ao ano de 2010, 2011 houve um decréscimo de 6,62 e 3,09 respectivamente essa alteração nos últimos dois anos ocorreu, pois o SESCOOP/TO optou em diminuir o número de eventos e aumentar a carga horária dos mesmos, investindo na educação continuada, pois acredita ser um recurso permanente que proporciona desenvolvimento e aprimoramento ao profissional.

Nome: Índice de Aceitação de Apontamentos (IAA)

Descritivo: calcula o percentual dos apontamentos que foram acatados pelas unidades estaduais em relação aos apontamentos realizadas pelos órgãos de controle (TCU, CGU e Auditoria Interna).

Fórmula:
$$\frac{\text{Apontamentos acatados}}{\text{Apontamentos realizados}}$$

Elementos	2010	2011	2012
Apontamentos Acatados	0	11	16
Apontamentos Realizados	0	10	16
Índice de Aceitação de Apontamentos (IAA)		90,90	100

Fonte: SESCOOP/TO.

As recomendações da auditoria foram acatadas em 100% no de 2012, pois o SESCOOP/TO visa resguardar a instituição de qualquer risco e contingências trabalhistas.

Indicadores de Eficiência

Nome: Investimento Médio por Participante (IMP)

Descritivo: calcula o valor médio investido em eventos por participante.

Fórmula:
$$\frac{\text{Investimento total}}{\text{Total de participantes}}$$

Elementos	2010	2011	2012
Investimento Total	657.433,55	356.838,51	856.042,53
Total de Participantes	6.878	4.316	3.760
Investimento Médio por Participante (IMP)	R\$ 95,58	R\$ 82,68	R\$ 227,67

Fonte: SESCOOP/TO.

O investimento médio por participante nas ações do SESCOOP/TO apresentou acréscimo de uma media de 36 % comparado ao ano de 2011 e de 41,98%.Esse acréscimo é justificado devido aos programas de formação continuada (FORMACOOP e GESCOOP, MBA.

Nome: Investimento Médio por Evento Realizado (IME)

Descritivo: calcula o valor médio investido por evento.

Fórmula:
$$\frac{\text{Investimento total em eventos}}{\text{Total de eventos}}$$

Total de eventos realizados

Em R\$

Elementos	2010	2011	2012
Investimento Total em Eventos	657.433,55	356.838,51	856.042,53
Total de Eventos Realizados	304	226	235
Investimento Médio por Evento Realizado (IME)	R\$ 1.251,17	R\$ 2.162,61	R\$ 3.642,73

Fonte: SESCOOP/TO.

O cálculo do índice de investimento médio por evento aumentou nos últimos dois anos, e em especial no ano de 2012, devido o investimento em formação continuada, como já mencionado anteriormente neste relatório, os eventos de 2012 promovidos pelo SESCOOP/TO pautaram em maior carga horária para os participantes o que acarretou num custo maior em alguns eventos.

Indicadores de Efetividade

Nome: Índice de Fortalecimento do Sistema (IFS)

Descritivo: calcula relação entre o valor investido pelo SESCOOP (em ações finalísticas) e a variação do valor arrecadado pelo SESCOOP no último período, em relação ao período anterior.

Fórmula:
$$\frac{\text{Variação do valor arrecadado}}{\text{Valor investido}}$$

Elementos	2010	2011	2012
Variação do Valor Arrecadado	213.576,75	-63.740,19	654.647,84
Valor Investido	923.442,51	730.729,41	1.258.346,34
Índice de Fortalecimento do Sistema (IFS)*	0,23	-0,09	0,52

Fonte: SESCOOP/TO.

Para cada R\$1,00 investido pelo SESCOOP nas ações finalísticas foi obtido um incremento de R\$0,52 no valor arrecadado pela instituição, entre os anos de 2012 e 2011.

A avaliação utilizada nos eventos foi individual e grupal, por escrito/formal e informal. No aspecto individual, foi aplicada uma avaliação de reação com os seguintes indicadores: relevância do tema; conteúdo do curso; carga horária do curso; domínio do assunto pelo moderador; dinâmica de exposição de conteúdo; capacidade de esclarecer dúvidas; qualidade dos recursos utilizados; qualidade do material distribuído; carga horária e comentários e sugestões.

De um modo geral, os resultados das avaliações foram entre BOM e OTIMO pelos participantes.

Referente as parcerias, em 2012, buscamos com instituições públicas e privadas que pudessem contribuir de alguma forma. Abrimos um espaço para órgão/entidades que trabalham também com o cooperativismo, com destaque para a SEAGRO, que possibilitou visitas a cooperativas externa ao nosso quadro e também na articulação para aprovação por parte do Governo do Estado da Lei Estadual nº 2594/12, que instituiu a Política de Apoio ao Cooperativismo – PEAC.

CAPÍTULO 3: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

A estrutura de gestão do SESCOOP obedece às melhores práticas de governança corporativa, respeitando os quatro princípios básicos desse modelo de administração:

- a) **Transparência** – não só em relação aos dados contábeis, mas a todos os assuntos que possam gerar conflitos de interesses internos ou externos.
- b) **Equidade** - igualdade de tratamento a todos os grupos, sejam eles conselheiros, governo, cooperados, empregados etc.
- c) **Prestação de contas** – os gestores do SESCOOP prestam contas à sociedade, ao sistema cooperativista e ao governo sobre todos os atos praticados no exercício de seu mandato.
- d) **Responsabilidade** – conjunto de ações que garantam a sustentabilidade do negócio, o desenvolvimento da comunidade e a preservação do meio ambiente.

A entidade é administrada de forma colegiada e conta com a seguinte estrutura: um Conselho Nacional, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva, composta por um presidente e um superintendente.

A Presidência da entidade é cargo privativo do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Esse modelo de gestão é reproduzido nas unidades estaduais, onde as atividades são definidas e fiscalizadas pelos respectivos conselhos deliberativos e fiscais, em consonância com as diretrizes nacionais da instituição.

O SESCOOP/TO conta com a seguinte estrutura de gestão:

- a) Conselho Administrativo, órgão máximo, composto por cinco membros titulares e igual número de suplentes, com mandato de quatro anos;
- b) Conselho Fiscal, composto por três membros titulares e igual número de suplentes, indicados pela Diretoria Estadual da OCB, com mandato de quatro anos;
- c) Diretoria Executiva, órgão gestor e de Administração, composta pelo Presidente do Conselho Administrativo, como seu presidente e pelo Superintendente.

3.1 Relação de Dirigentes e Conselheiros

Relação dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração			
Nome	Início	Fim	Entidade que representa
Presidente do Conselho de Administração			
Ricardo Benedito Khouri	“-“	“-“	OCB/TO
Conselho Administração – Membros Efetivos			
Carlos Camblor Suarez	“-“	“-“	Sicredi União Cerrado
Tarcizio Goiabeira de Souza	“-“	“-“	Coopersul
Ruiter Luiz Andrade Padua	“-“	“-“	Sescoop Nacional
Guiomar Schmitt Flores	“-“	24/08/2012	Unimed Palmas
Maria Irisvane Rodrigues de Oliveira	23/11/2012	“-“	Unimed Palmas
Conselho de Administração – Membros Suplentes			
Luana Alves Feitoza Wahlbrink	“-“	“-“	Unicred PAC Palmas
Virgilio Amaral	“-“	“-“	Coapa
Renata Christine Boaro de Oliveira	“-“	“-“	Sescoop Nacional
Janilton Gomes Leite	“-“	“-“	Coopanest

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

Conselho Fiscal			
Nome	Início	Fim	Entidade que representa
Conselho Fiscal – Membros Efetivos			
Maria Silvana Ramos	“-“	“-“	Ceduc/Coed
Evanis Roberto Lopes	“-“	“-“	Coapa
Marcio Adriano Ferreira	“-“	“-“	Unimed Palmas
Conselho Fiscal – Membros Suplentes			
Elton de Souza	“-“	“-“	Coopersul
Patrícia Crisanto G. Silva	“-“	“-“	Coopanest
Admivair Silva Borges	“-“	“-“	Sicredi União Cerrado

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

Diretoria Executiva		
Nome	Início	Fim
Ricardo Benedito Khouri	“-“	“-“
Maria José Leão Andrade de Oliveira	“-“	“-“

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

3.2 Remuneração de Membros da Diretoria e de Conselhos

Os integrantes dos Conselhos Administrativo, Fiscal e o Presidente do SESCOOP/TO, de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 3.017, de 06.04.1999, não recebem remuneração e sim, cédula de presença e, quando for o caso, ajuda de custo pela sua participação nas reuniões, cujos valores fixados são: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Com relação ao Superintendente apresentamos no quadro a seguir dos valores totais pagos nos últimos três exercícios.

Tabela 12 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Órgão: Diretoria Executiva (Superintendência)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros: 01			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	114.731,20	102.300,90	92.095,40
<i>a) salário ou pró-labore</i>	109.801,18	97.405,60	88.665,24
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	4.930,02	4.895,30	3.430,16
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	-	-	-
<i>d) outros</i>	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
<i>e) bônus</i>	Não ocorreu no período.		
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	-	-	-
IV – Benefícios pós-emprego	Não se aplica à natureza jurídica		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: SESCOOP/TO, 2012.

3.3 Estrutura de Controles Internos Administrativos

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva tem ciência que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. O SESCOOP/TO vem realizando esforços para adoção de instrumentos e estratégias visando orientar a execução eficiente e oportuna das atividades voltadas ao controle interno. Tais procedimentos e instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais como: portarias e resoluções.

Os mecanismos de controle instituídos pelo SESCOOP/TO são percebidos por todos os empregados nos diversos níveis da estrutura da unidade.

Durante o ano de 2012 recebemos auditoria operacional realizada pelo SESCOOP Nacional, conforme quadro do Anexo VI e a auditoria externa, esta contratada também pela Unidade Nacional.

3.4 Estrutura e Atividades do Sistema de Correição da Unidade

Quando é necessário ajustes e correções em processos do SESCOOP/TO, é adotada a hierarquia por responsabilidade e em casos específicos como no caso de sindicância, a mesma é normatizada através de portaria (01/2007).

3.5 Funcionamento do Sistema de Controle Interno da Unidade

“A área de auditoria interna está estruturada no SESCOOP Nacional e realiza trabalhos nas Unidades Estaduais, conforme previsto em seu Regimento Interno.

O resultado dos trabalhos de auditoria interna é monitorado com auxílio de uma matriz de riscos, baseada nas melhores práticas geralmente aceitas, que permite visualizar a evolução dos controles internos dos processos operacionais e são atualizados ao final de cada trabalho.

A área de auditoria interna do SESCOOP Nacional também possui controle sobre o andamento das implementações dos planos de ação referentes às recomendações dos trabalhos realizados, que são avaliados em testes específicos a cada auditoria executada, após os quais, os registros são atualizados em base de dados.

Após cada trabalho realizado, a Auditoria Interna do SESCOOP Nacional emite um relatório contendo recomendações/sugestões de melhoria, que é enviado para a diretoria da Unidade Estadual auditada, bem como para os Conselhos Fiscal e Nacional da Entidade.

No corpo do relatório é solicitado que seu teor seja formalmente comunicado aos Conselhos Fiscal e de Administração da Unidade Estadual auditada, bem como seu registro em ata e o envio de planos de ação relativos às recomendações sugerida”.

O sistema de controle interno do SESCOOP/TO está avaliado conforme Anexo VII. Os itens 12, 13, 14, 15 e 28, 29 e 30, deste anexo são controlados e monitorados pela Assessoria de Auditoria e Controle da Unidade Nacional.

Até o momento não recebemos recomendações dos órgãos de Controles – TCU e CGU.

CAPÍTULO 4: PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Fonte de Recursos

A principal fonte de recursos do SESCOOP é a contribuição social em percentual de 2,5%, incidente sobre as folhas de pagamento das cooperativas.

A distribuição orçamentária da contribuição social está prevista em Regimento Interno e obedece a seguinte diretriz:

- 10% (dez por cento) são destinados ao custeio e à aplicação na Unidade Nacional do SESCOOP;
- 2% (dois por cento) do orçamento é enviado à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) a título de taxa de administração pela utilização de sua estrutura institucional, de representação, de informação e de logística disponível no Sistema OCB/OCEs.
- 20% (vinte por cento) irão compor o Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (FUNDECOOP), administrado pela Unidade Nacional, conforme resolução do Conselho Nacional do SESCOOP.
- 68% (sessenta e oito por cento) são aplicados diretamente pelas unidades estaduais ou regionais, nas atividades relativas aos objetivos fins, despesas de caráter geral e investimentos necessários para atingir seus objetivos, conforme normas definidas pelo Conselho Nacional do SESCOOP.

Tabela 13 - Receitas Realizadas

Receita	2010	2011	Variação 2011/2010	2012	Variação 2012/2011
Contribuições	252.719,75	259.493,44	2,68%	364.336,58	40,40%
Financeiras	10.364,59	14.255,69	37,54%	17.470,03	22,55%
Outras Receitas	18.019,74	35.565,64	97,37%	228,35	-99,36%
Receitas de Transferências	829.562,06	737.611,14	-11,08%	1.319.538,79	78,89%
TOTAL	1.110.666,14	1.046.925,91	-5,74%	1.701.573,75	62,53%

Fonte: Reslim_004 (Orçamento Integrado – Sistema Zeus)

A gestão orçamentária e o planejamento institucional do SESCOOP têm por finalidade contribuir para a transparência e o aperfeiçoamento das práticas de governança corporativa.

O programa de trabalho/orçamento do SESCOOP/TO, na forma da reprogramação aprovada pelo Conselho Nacional, envolveu recursos no total de R\$ 1.695.145,00. As receitas atingiram o valor de R\$ 1.701.573,75 o que representou variação positiva de 62,53% em relação ao ano de 2011.

As aplicações alcançaram o montante de R\$ 1.576.095,01, correspondente a 92,98% do previsto para o exercício. Frente a essas realizações, o resultado orçamentário foi de aproximadamente R\$ 125.478,74.

4.1 Receitas

O quadro a seguir demonstra as Receitas em 2012, discriminando por natureza, previsão e arrecadação efetiva.

Tabela 14 - Demonstrações das Receitas em 2012.

RECEITAS					
ORIGENS	Prevista		Realizada		Variação %
	R\$	%	R\$	%	
<i>Receitas de Contribuições</i>	295.453,00	17,43	364.336,58	21,41	23,31
<i>Receitas Patrimoniais</i>	16.500,00	0,97	17.470,03	1,03	5,88
<i>Transferências Correntes</i>	1.357.837,00	80,10	1.319.538,79	77,55	-2,82
<i>Outras Receitas Correntes</i>	25.355,00	1,50	228,35	0,01	-99,10
T O T A L	1.695.145,00	100%	1.701.573,75	100%	0,38

Fonte: SESCOOP, 2012.

Observa-se que 77,55% das receitas auferidas pelo SESCOOP/TO em 2012 provêm de Transferências Correntes (repasso SESCOOP Nacional, através do FUNDECOOP e Projetos Específicos), as Receitas de Contribuição representam 21,41% do total realizado e teve uma variação positiva de 23,31% em relação ao valor previsto.

4.2 Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira

Quadro 01 - Evolução das Despesas.

Despesas	2010	2011	2011/2010	2012	2012/2011
Correntes	R\$ 1.143.806,38	R\$ 927.771,05	-18,89%	R\$ 1.518.235,01	63,64%
- Pessoal e Encargos	R\$ 362.406,91	R\$ 394.641,55	8,89%	R\$ 457.913,56	16,03%
- Outras Despesas Correntes	R\$ 781.399,47	R\$ 533.129,50	-31,77%	R\$ 1.060.321,45	98,89%
De Capital	R\$ 10.842,32	R\$ 54.858,68	405,97%	R\$ 57.860,00	5,47%
- Investimentos	R\$ 10.842,32	R\$ 54.858,68	405,97%	R\$ 57.860,00	5,47%
TOTAL	1.154.648,70	982.629,73	-14,90%	1.576.091,01	60,40%

Fonte: SESCOOP, 2012.

Observa-se que em 2012 houve uma variação positiva de 60,4% na execução das despesas em relação ao período de 2011. As despesas com Pessoal e Encargos tiveram variação positiva de 16,03% devido ao reajuste no salário e a ocupação de um maior número de empregados durante todo o período de 2012. As Outras Despesas Correntes tiveram variação positiva de 98,89%, devido principalmente à execução de quatro Projetos Especiais através do Fundecoop.

Quadro 02 - Comparação das Despesas 2012 – Previstas x Realizadas

DESPESAS					
GRUPOS	Prevista		Realizada		Variação %
	R\$	%	R\$	%	
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	468.980,00	27,67	457.913,56	29,05	-2,36
<i>Outras Despesas Correntes</i>	1.165.470,00	68,75	1.060.321,45	67,28	-9,02
<i>Investimentos</i>	60.695,00	3,58	57.860,00	3,67	-4,67
RESULTADO	1.695.145,00	100%	1.576.095,01	100%	-7,02%

Fonte: SESCOOP, 2012.

Verifica-se que o índice de realização das despesas foi satisfatório, pois houve uma aplicação de aproximadamente 93% do previsto para a execução do plano de trabalho.

4.3 Execução das Despesas por Modalidade de Licitação, por Natureza e por Elementos de Despesa

Durante o ano de 2012 o SESCOOP/TO realizou dois processos de licitação na modalidade pregão presencial, que resultou na execução de 17,77% das despesas totais, as contratações diretas na modalidade de dispensa apresentaram 29,76%, conforme se verifica no Anexo VIII Despesa por modalidade de contratação.

As despesas de pessoal foram de 29,05% da realização total, as outras despesas correntes representaram 67,27% e as despesas de capital foi de apenas 3,67% da execução total. O detalhamento destas despesas pode ser verificado no Anexo X.

4.4. Transferências regulamentares de convênios e outros instrumentos análogos.

Durante o exercício de 2012 não houve transferência de recursos para terceiros. No anexo III consta a identificação do último Termo de Parceria realizado junto à EMBRAPA em 2010, para a realização da atividade de Implantação e Manutenção do PIF no Estado do Tocantins.

Projetos Fundcoop – projetos especiais firmados entre SESCOOP/ Nacional e SESCOOP/TO vigentes no exercício de 2012:

Projeto Fundcoop nº 008/2010 – Organização do Quadro Social – Elemento de Sustentação das Cooperativas do Tocantins.

Projeto Fundcoop nº 002/2011 – Gestão profissionalizada das Cooperativas do Tocantins.

Projeto Fundcoop nº 019/2011 – Gestão Profissionalizada do Cooperativismo de Crédito.

Projeto Fundcoop nº 020/2011 – Reestruturação do Programa Cooperjovem no Estado do Tocantins.

Projeto Fundcoop nº 007/2012 – Profissionalização das Cooperativas Tocantinenses.

Projeto Fundcoop nº 028/2012 – Visita Técnica Internacional das cooperativas Tocantinenses.

CAPÍTULO 5: GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Um ambiente de trabalho saudável, atrativo e motivador impulsiona a produtividade organizacional e aumenta o nível de satisfação de seus colaboradores. Por isso, o SESCOOP investe constantemente na valorização e na melhoria da qualidade de vida do seu quadro de pessoal.

A Unidade do SESCOOP/TO dedica ao público interno atenção e cuidado semelhantes aos destinados às cooperativas e a seus associados e empregados. Uma das prioridades é a capacitação e o desenvolvimento de seus colaboradores.

Paralelamente, procura-se criar um clima organizacional positivo, que estimula a confraternização, o trabalho em equipe e o envolvimento das equipes em ações de voluntariado.

Com pouco mais de dez anos de atuação, o SESCOOP vê-se diante de desafios comuns a organizações que se relacionam com um cenário dinâmico, exigindo contínuo aprimoramento dos processos de trabalho. Por isso, a entidade vem crescendo e se desenvolvendo no sentido de melhor atender aos seus objetivos organizacionais. Em junho de 2012, iniciou-se com o aporte financeiro do SESCOOP Nacional, o projeto gestão por competência, que prevê além de uma nova estrutura de pessoal, a possibilidade de implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Em 2012, não houve alteração do número de empregados no SESCOOP/TO.

O número de empregados não alterou em 2012.

5.2 Qualificação da Força de Trabalho (Perfil do Corpo Funcional)

Quadro 3 - Descrição do Corpo Funcional do SESCOOP/TO

Itens	Descrição	Quantidade
Empregados	Quantitativo	8
Gênero	Masculino	3
	Feminino	5
Faixa Etária (idade)	Até 30	4
	De 31 a 40	3
	De 41 a 50	1
Faixa salarial (salário mínimo)	Até 2.000,00	3
	De 2.001,00 a 3.000,00	2
	De 3.001,00 a 4.000,00	2
	Acima de 7.001,00	1
Escolaridade	Graduados	4

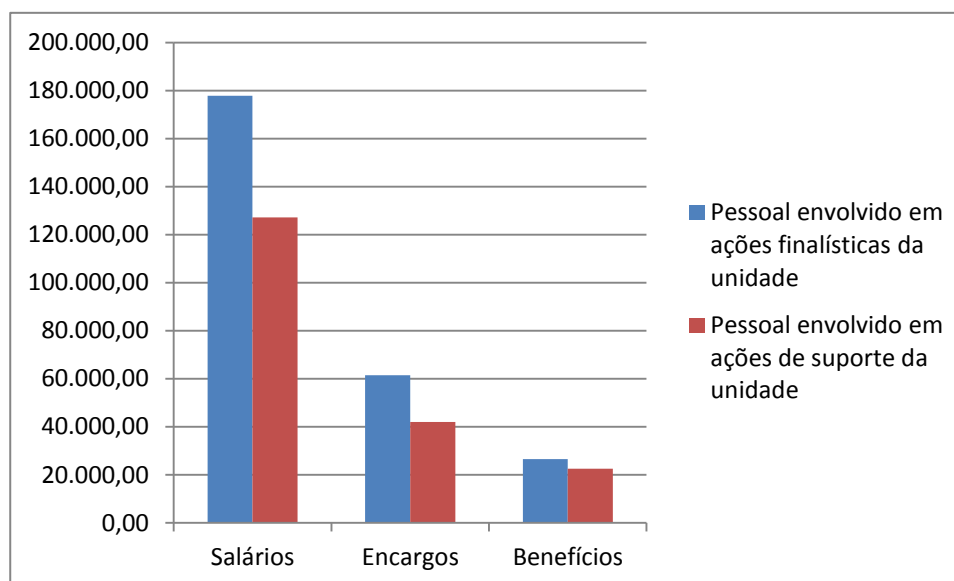
	Pós-graduado	4
Tempo de Trabalho (ano)	De 1 a 5	5
	De 5 a 10	2
	Acima de 10	1

Fonte: Departamento de Pessoal – dez/2011.

Dos oito funcionários do SESCOOP/TO cinco são mulheres e três homens, sendo que quatro estão no setor de capacitação, três no administrativo financeiro e um na superintendência. Considera-se que a unidade possui uma equipe jovem, sendo que dos oito funcionários sete estão entre 30 e 40 anos. A faixa salarial é dividida da seguinte forma: Auxiliar administrativo, Analista de Capacitação, Gerente Técnico e Contador, e Superintendente.

Dentre o grupo o nível de escolaridade é alto o que favorece a execução dos serviços com qualidade.

Figura 05 – Comparativo: Pessoal Envolvido em Ações Finalística/ações de Suporte



Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Sistema Zeus

Comparando os gastos referentes ao quadro de pessoal do SESCOOP/TO, fica evidente um maior investimento na área finalística, podendo ser observado no Anexo IV, onde demonstra que 58,10% da despesa com pessoal referem-se à pessoal envolvido com ações finalísticas e 41,82% refere-se à pessoal envolvido em ações de suporte da unidade. O Anexo IV demonstra também a composição e evolução das despesas com recursos humanos nos períodos de 2009 a 2012.

Capacitações

Em suas estratégias de desenvolvimento de pessoal, o SESCOOP identifica necessidades, promove e gerencia ações em favor do desenvolvimento pleno das atividades profissionais, buscando manter o quadro de colaboradores capacitado e motivado.

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Conforme tabela a seguir verifica-se que para a manutenção dos recursos humanos em 2012 houve uma aplicação de 97,64% em relação ao valor previsto. Sobre o valor realizado verifica-se que 66,63% referem-se a Vencimentos e Remunerações, 22,61% a Encargos Sociais e 10,76% e Benefícios (vale transporte, vale alimentação, plano de saúde, seguro de vida).

Tabela 15- Folha de Pagamento Exercício 2012

DETALHAMENTO		TOTAL	% Part.	%Real.
Vencimentos e Remuneração	Orçado	310.951,00	66,30	98,11
	Realizado	305.099,83	66,63	
Encargos Sociais Patronais	Orçado	104.898,00	22,38	98,70
	Realizado	103.539,97	22,61	
Benefícios (VT+VA+Pl.Saúde+Seg.Vida)	Orçado	53.131,00	11,32	92,74
	Realizado	49.273,76	10,76	
TOTAL	Orçado	468.980,00	100	97,64
	Realizado	457.913,56	100	

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Sistema Zeus

Legenda:

VT – Vale-transporte; VA – Vale-alimentação; Pl. Saúde – Plano de Saúde; Seg. Vida – Seguro de Vida

5.3 Terceirização de Mão de Obra e Quadro de Estagiários

O SESCOOP/TO não manteve terceirização de mão de obra nem contrato de estagiários no período de 2012. O Histórico das composições e das despesas com recursos podem ser verificadas no Anexo IV.

CAPÍTULO 6: GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

O SESCOOP/TO adota a Resolução 25/2002, que orienta sobre a aquisição e utilização de veículo próprio. Sendo que todos os veículos são segurados.

O controle de veículos é feito em planilha própria, que possibilita o acompanhamento da quilometragem e abastecimento. É adotado também um Termo de Responsabilidades para os condutores. As revisões são feitas periodicamente visando tanto a conservação dos veículos como a segurança dos condutores/passageiros.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

O controle dos bens patrimoniais é realizado em conformidade com a Portaria 07/2008, editada pelo SESCOOP/TO, a qual tem por objetivo definir critérios e procedimentos para a administração dos bens patrimoniais.

A comissão responsável pelo Patrimônio é nomeada através de portaria que realiza a verificação física dos bens. Atestando seu estado de uso e conservação, bem como sugerindo reparos, baixas ou aquisições. Elabora o inventário anual dos bens e fornece laudos que subsidia o relatório interno do SESCOOP/TO para revisão do tempo de vida útil, valor residual e teste de indícios impairment sobre os grupos de imobilizado e intangível.

Referente ao imóvel sede do SESCOOP/TO, o mesmo é locado, mediante Contrato de locação, tendo sido avaliado por membros da Comissão de Valores Imobiliários do Tocantins.

CAPÍTULO 7: GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Apesar do SESCOOP/TO não possuir uma área específica de TI, a equipe de colaboradores avaliam a gestão de tecnologia da informação conforme o Anexo V. A manutenção e reparos de equipamentos eletrônicos são feita por terceiros.

Os softwares que são utilizados foram adquiridos pela Unidade Nacional, que repassou as licenças de utilização ao SESCOOP/TO. Hoje contamos com uma infraestrutura para viabilização de reuniões remotas e transmissão de eventos via internet (videoconferência), o sistema e equipamentos foram comprados pela unidade Nacional e instalados em nossa unidade.

CAPÍTULO 8: GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Critérios de Sustentabilidade Adotados

O SESCOOP/TO reconhece a importância de programas voltados para a sustentabilidade ambiental, porém até o momento não foi possível formalizar projetos específicos com objetivos de mensurar o uso racional dos recursos renováveis. Mas para 2013 pretende-se incluir no planejamento a realização de projetos com tais finalidades, inclusive buscando parcerias para o desenvolvimento das ações.

8.2 Medidas para Uso Racional dos Recursos

Durante o exercício de 2012 adotamos ações educativas no sentido de estimular o reaproveitamento de papel, evitar o uso de copos descartáveis, evitar o desperdício de água e energia.

CAPÍTULO 9: CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Atendimento às Deliberações do TCU

Até o final do exercício de 2012 o SESCOOP/TO não recebeu qualquer deliberação do TCU e CGU. Porém recebemos recomendações para aprimoramento da gestão por parte de auditoria do SESCOOP Nacional, conforme Anexo VI.

9.2 Estrutura da Área de Auditoria Interna

A área de auditoria interna está estruturada no SESCOOP Nacional e realiza trabalhos nas Unidades Estaduais, conforme previsto em seu Regimento Interno.

O resultado dos trabalhos de auditoria interna é monitorado com auxílio de uma matriz de riscos, baseada nas melhores práticas geralmente aceitas, que permite visualizar a evolução dos controles internos dos processos operacionais e são atualizados ao final de cada trabalho.

A área de auditoria interna do SESCOOP Nacional também possui controle sobre o andamento das implementações dos planos de ação referentes às recomendações dos trabalhos realizados, que são avaliados em testes específicos a cada auditoria executada, após os quais, os registros são atualizados em base de dados.

Após cada trabalho realizado, a Auditoria Interna do SESCOOP Nacional emite um relatório contendo recomendações/sugestões de melhoria, que é enviado para a diretoria da Unidade Estadual auditada, bem como para os Conselhos Fiscal e Nacional da Entidade.

No corpo do relatório é solicitado que seu teor seja formalmente comunicado aos Conselhos Fiscal e de Administração da Unidade Estadual auditada, bem como seu registro em ata e o envio de planos de ação relativos às recomendações sugeridas.

9.3 Informações sobre o Cumprimento da Lei 8.730/93

Cumpri-nos informar que os responsáveis pela gestão do SESCOOP/TO (Presidente, Superintendente, Conselheiros administrativos efetivos e suplentes, Conselheiros fiscais efetivos e suplentes e contador) estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendimentos, conforme estabelece a Lei 8.730/93.

CAPÍTULO 10: INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 Critérios e Procedimentos Adotados

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), homologados pelos órgãos reguladores e normativos voltados para entidades sem fins lucrativos - NBC T 10.19, NBC T 3 e NBC T 6.

10.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações Contábeis da entidade, previstas na Lei 6.404/76, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa e respectiva Notas Explicativas e Relatório da Auditoria independente estão apresentadas no anexo XIV.

10.3 Parecer da Auditoria Independente

As demonstrações contábeis do SESCOOP/TO foram auditadas pela Grant Thornton, a qual emitiu o relatório em 01 de fevereiro de 2013, conforme consta no Anexo XIII, manifestando a seguinte opinião:

“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”

As demonstrações foram verificadas também pelo Conselho Fiscal em 22 de março de 2013, que emitiu Parecer, recomendando a aprovação pelo Conselho de Administração, conforme se verifica no Anexo XIV.

O Conselho de Administração verificou e aprovou as Demonstrações Contábeis em 25 de março de 2013, conforme Anexo XV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2012 foi marcado por conquistas importantes para o cooperativismo no Tocantins, entre elas, a aprovação da Lei Estadual nº 2594/12, que instituiu a Política de Apoio ao Cooperativismo – PEAC, e possibilitou a instalação do Conselho Estadual de Cooperativismo – CECOOP/TO, que tem como objetivo a formulação de políticas públicas a serem adotadas pelo estado para o desenvolvimento e fortalecimento das cooperativas tocantinenses.

Outro fator importante foram às demandas advindas das cooperativas por formação continuada, o que demonstra amadurecimento por parte dos gestores das nossas cooperativas, que veem nas ações do SESCOOP/TO a possibilidade de aperfeiçoamento dos seus quadros social e funcional. Nesse sentido, cabe destacar algumas ações realizadas em 2012, como o GESCOOP e FORMACOOOP; o MBA em Gestão de Cooperativas em parceria com a UFT; continuidade do projeto de Organização do Quadro Social (OQS); a missão tocantinense ao ICA Expo 2012, além de várias ações de capacitação e educação cooperativista que primaram pela excelência.

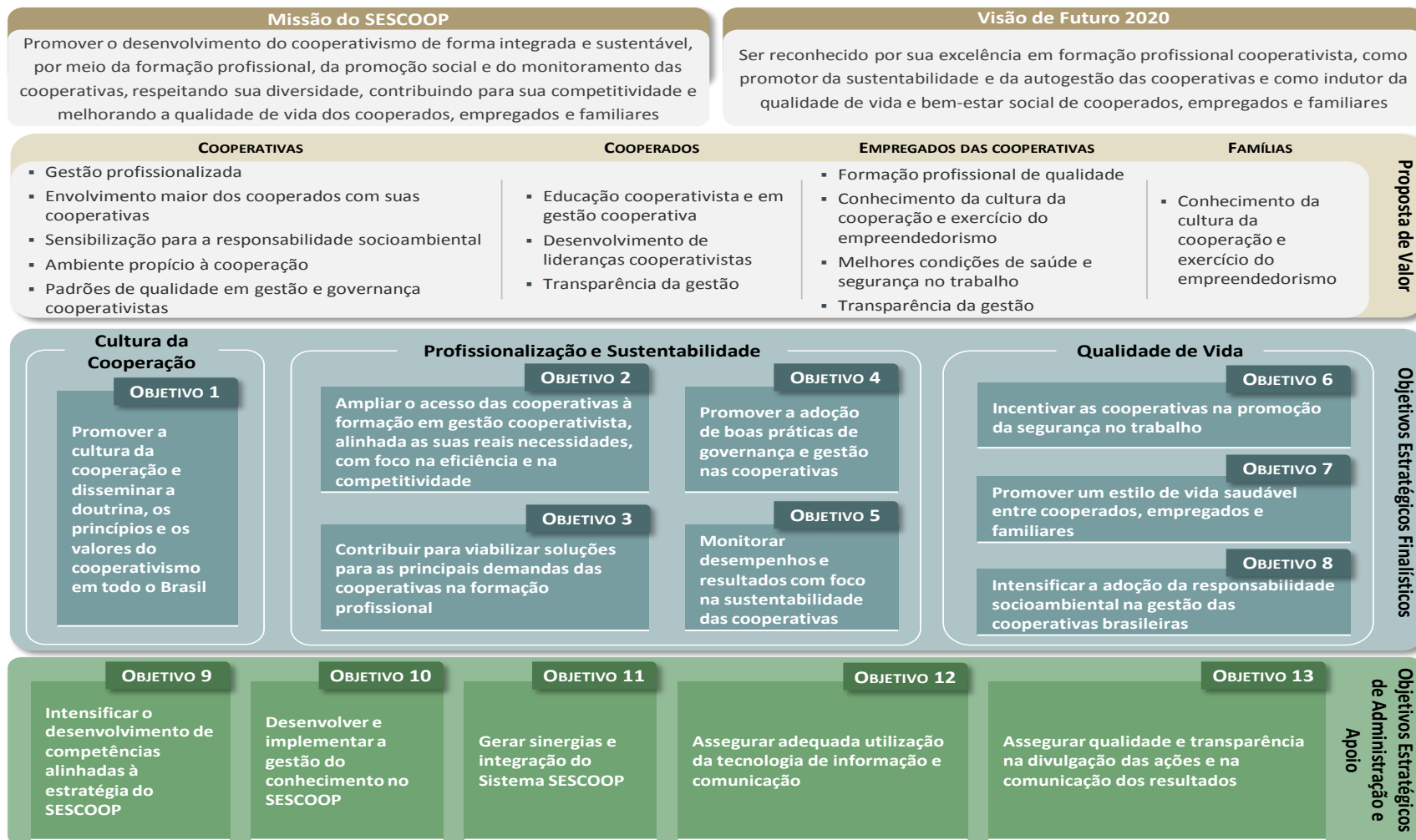
Para 2013, esta prevista a continuidade dos programas de formação continuada, como o GESCOOP – Gestão Empresarial das Cooperativas Tocantinenses, com o objetivo de capacitar os dirigentes, cooperados e colaboradores de cooperativas para o desempenho eficaz de suas atribuições e exercício da gestão de cooperativas; e o MBA - Gestão Empreendedora Sustentabilidade e Inovação em Cooperativas, cujo objeto é a formação de gestores capazes de empreender e inovar, atuando dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável em cooperativas. E ainda o projeto Lidercoop – que busca estimular e revelar novos líderes e gestores para as cooperativas do Tocantins.

O SESCOOP/TO acredita que o processo de formação continuada é uma ferramenta importante e que agregará valores às cooperativas, com um maior comprometimento de seus cooperados e colaboradores, bem como a conscientização de que o resultado econômico é tão importante quanto os aspectos sociais, afinal cooperativas são feitas de pessoas e para pessoas, baseadas em valores e princípios cooperativistas.

Ricardo Bendito Khouri
Presidente do Conselho de Administração

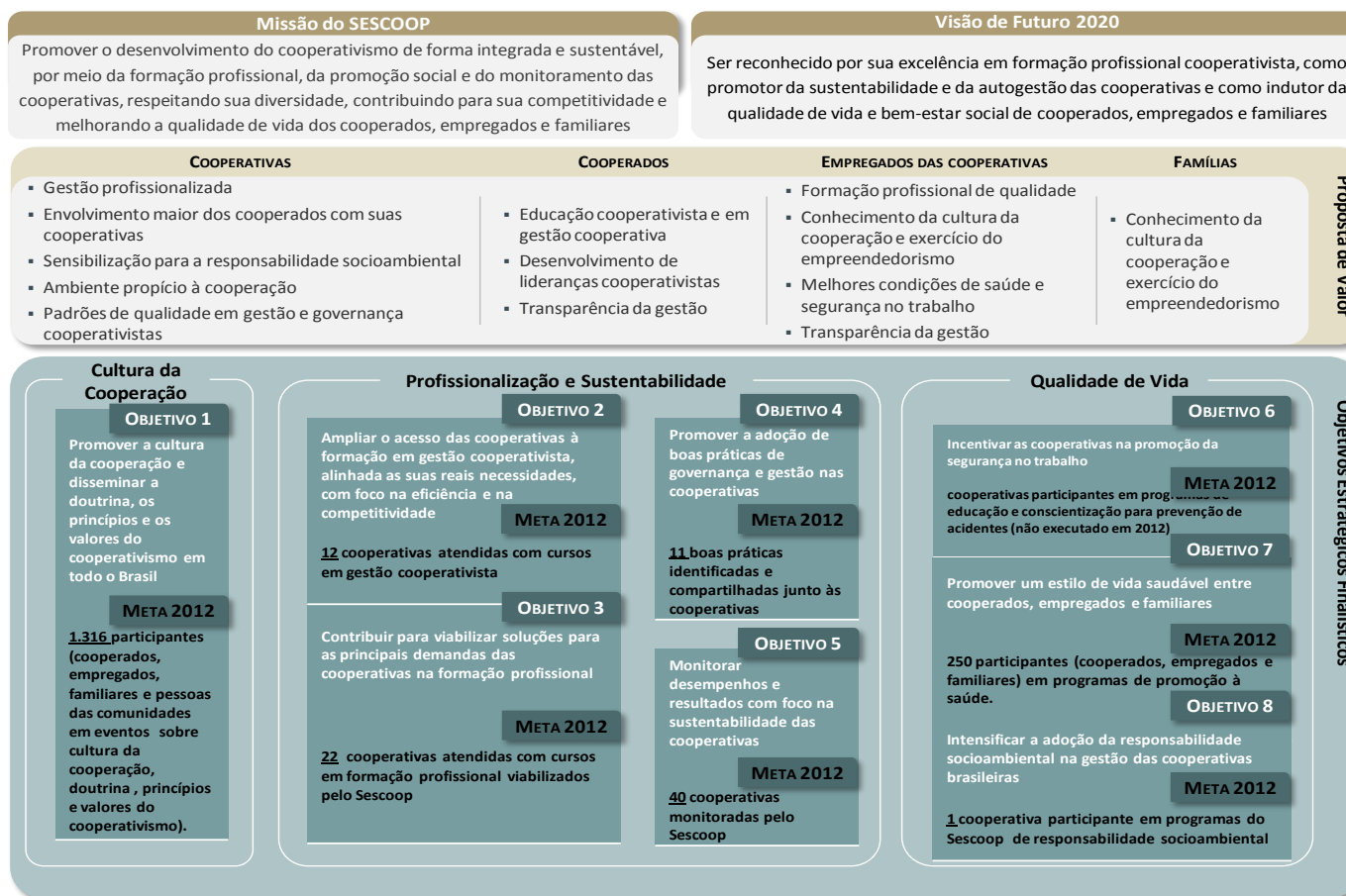
ANEXOS

ANEXO I - ÁRVORE ESTRATÉGICA DO SESCOOP 2010-2013



Fonte: SESCOOP – Unidade Nacional/AGEST

ANEXO II - ÁRVORE ESTRATÉGICA DO SESCOOP/TO 2011-2013



Fonte: SESCOOP/TO - Plano Estratégico 2011-2013.

ANEXO III – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO									
CNPJ: 07.330.977/0001-16				UG/GESTÃO: SESCOOP/TO					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	01/2010	Produtores Rurais e Técnicos de Cooperativas	8.539,44	-	8.539,44	8.539,77	04/2010	12/2010	4
6	008/2010	5 Cooperativas	266.583,00	20.300,00	47.702,77	244.815,48	04/2010	08/2012	4
6	002/2011	25 Colaboradores e/ou Dirigentes de Cooperativas	143.335,00	8.720,00	87.166,88	133.561,32	04/2011	03/2013	4
6	019/2011	12 Empregados de Cooperativas	77.874,00	4.620,00	31.585,06	72.572,62	07/2011	05/2012	4

6	020/11	10 Escolas, 2 Cooperativas Educativas e 80 Educadores	186.865,00	11.150,00	162.646,09	191.626,97	07/2011	03/2013	4
6	007/2012	40 Empregados e Cooperados de Cooperativas	161.515,00	8.100,00	145.975,90	145.975,90	04/2012	03/2013	4
6	028/2012	10 Participantes (Cooperados e Empregados de Cooperativas)	111.405,00	5.985,00	111.057,37	111.057,37	08/2012	03/2013	4
<u>LEGENDA</u>									
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 - Convênio			1 - Adimplente						
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente						
3 - Termo de Parceria (item 38 Parte B DN 119)			3 - Inadimplência Suspensa						
4 - Termo de Cooperação			4 - Concluído						
5 - Termo de Compromisso			5 - Excluído						
6 - Transferências Projetos Especiais			6 - Rescindido						
			7 - Arquivado						

Fonte: Departamento de Contratos

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO						
CNPJ: 07.330.977/0001-16				UG/GESTÃO: SESCOOP/TO		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (independente do ano de celebração) (Valores em R\$ 1,00)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Termo de Cooperação	1	-	-	8.539,44	-	-
Transferências Projetos Especiais	1	3	2	266.583,00	408.074,00	272.920,00
Totais	1	3	2	275.122,44	408.074,00	272.920,00

Fonte: Departamento de Contrato

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Unidade na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente				
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO				
CNPJ: 07.330.977/000116			UG/GESTÃO: SESCOOP/TO	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termo de Cooperação
2010 e 2012	Contas prestadas	Quantidade	6	1
		Montante Repassado (R\$)	947.577,00	8.539,44
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO				
CNPJ: 07.330.977/0001-16		UG/GESTÃO: SESCOOP/TO		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	Termos de Cooperação
			Convênios	
2010 e 2012	Quantidade de contas prestadas		6	1
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	6	1
		Quantidade Reprovada		-
		Quantidade de TCE		-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-
		Montante repassado		-

Fonte: Departamento de Contrato

ANEXO IV - HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO E DAS DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS - 2009 A 2012

Descrição	2009			2010			2011			2012		
	Quant.	Despesa	Valor	Quant.	Despesa	Valor	Quant.	Despesa	Valor	Quant.	Despesa	Valor
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade	8	Salários	189.514,93	8	Salários	240.352,73	8	Salários	257.032,74	8	Salários	305.099,83
		Encargos	65.028,62		Encargos	82.677,80		Encargos	91.580,36		Encargos	103.539,97
		Benefícios	27.811,58		Benefícios	39.376,38		Benefícios	46.028,45		Benefícios	49.273,76
Total pessoal próprio	8		282.355,13	8		362.406,91	8		394.641,55	8		457.913,56

Fonte: Relsim_004 Módulo Orçamento Integrado – Sistema Zeus / Departamento de Pessoal

Descrição	2012		
	Quantidade	Despesa	Valor
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	4	Salários	177.866,82
		Encargos	61.495,97
		Benefícios	26.637,93
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	4	Salários	127.233,01
		Encargos	42.044,00
		Benefícios	22.635,83
Total Geral	8		457.913,56

Fonte: Relsim_001 Módulo Orçamento Integrado / Departamento de Pessoal

ANEXO V - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO SESCOOP/TO

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		x			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a Unidade.		x			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	0				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais: Os itens acima foram respondidos pela superintendência com consulta aos técnicos da UJ. Esta em andamento na Unidade Nacional, projeto que apoiará os estados na elaboração de seus planos referente à gestão de TI.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

ANEXO VI – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU E DEMAIS ÓRGÃOS DE CONTROLE ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.

Até o final do exercício de 2012 o SESCOOP/TO não recebeu qualquer deliberação do TCU e CGU. As recomendações dos órgãos de controles internos de exercícios anteriores foram atendidas, de forma que não constam pendências. A auditoria externa realizada através da empresa Grant Thornton, contratada pela unidade Nacional não mencionou nenhuma recomendação. Quanto às recomendações da auditoria operacional realizada pelo SESCOOP Nacional consta no quadro a seguir:

Quadro - Relatório de cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO			Código SIORG
			002844
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	015/2012	Conforme descrição abaixo	23/01/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Audit – Sescoop Nacional			002844
Descrição da Recomendação:			
I GOVERNANÇA CORPORATIVA			
1.1 Atuação dos órgãos de deliberação interna			
1.1.1 Adequar o Regimento Interno da Unidade às definições do Sescoop Nacional.			
1.1.2 Registrar o Regimento em cartório após a alteração.			
1.2 Conselheiros de Cooperativas irregulares			
1.2.1 Avaliar a pertinência da não contribuição das 02 cooperativas citadas.			
1.2.2 Balizar a participação de conselheiros que não pertencem a cooperativas inscritas e adimplentes com o sistema OCB, de forma a atender definição do seu Regimento Interno.			
1.3 Contrato de Gestão			
1.3.1 Definir as atividades compartilhadas entre o SESCOOP e a OCB no contrato de gestão.			
II GESTÃO FINALÍSTICA			
2.1 Oportunidade de melhoria na Formalização do Plano Anual de Trabalho – PAT			
2.2 Oportunidade de melhoria na documentação suporte dos eventos realizados			
IV LICITAÇÕES e CONTRATOS			
4.1 Ausência de parecer jurídico em processos.			
4.1.1 Submeter todas as licitações bem como os casos de dispensa à Assessoria Jurídica, de forma que estejam respaldadas em pareceres, resguardando o Sescoop quanto à legalidade dos atos.			
4.2 Ausência de documentação essencial em processos realizados.			
4.2.1 Aprimorar controle nos processos licitatórios para assinatura de documentação.			
4.2.2 Aprimorar o mecanismo para controle e numeração dos processos licitatórios.			
4.2.3 Aprimorar controle para cumprir exigências de apresentação de documentos assinados de adjudicação e homologação dos processos.			
VI GESTÃO ORÇAMENTÁRIA			

- 6.1.1 Implantar controle de acompanhamento mensal do Orçamento.
- 6.1.2 Aperfeiçoar controle no sentido de formalizar as transposições com as devidas justificativas e aprovação da Superintendência.
- 6.1.3 Implantar controle para manter memória de cálculo da elaboração orçamentária.

VII GESTÃO FINANCEIRA

- 7.2 Despesa com combustível indenizada via Verba de Representação, desprovida de justificativa formal para sua realização.
- 7.3 Despesas com assistência médica de empregados respaldada por contrato em vigência desde 2006
- 7.4 Retenção de pagamento a fornecedor, em virtude de ausência de Certidão Negativa válida
- 7.6 Ausência de relatório de viagem
 - 7.6.1. Solicitar e pensar, nos processos de concessão de diárias referentes aos beneficiários citados, o respectivo relatório de viagem.
 - 7.6.2. Cumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a para apresentação do relatório de viagem pelo respectivo beneficiário, em atendimento ao disposto no artigo 9º da Resolução SESCOOP/TO nº 09.

VIII GESTÃO CONTÁBIL

- 8.2 Ausência de acompanhamento de eventuais contingências.
- 8.3 Saldo paralisado relativo a Outras Contribuições a Recuperar

IX GESTÃO PATRIMONIAL

- 9.1 Realizar e documentar inventário anual de bens.
- 9.2 Termos de Responsabilidade

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação: Superintendência (I, II, IV, VI, VII e IX) Contadora (VI, VII e VIII) ; Gerencia Técnica (II)	Código SIORG
	002844

Síntese da providência adotada:

- 1.1. A versão do Regimento Interno foi analisada e sugerida pela assessoria jurídica do SESCOOP Nacional, por ocasião da última alteração. Mas, havendo necessidade de adequação iremos providenciar e registrar em Cartório. Prazo máximo para adequação e registro em cartório - 6 meses.
- 1.2 Encaminhamos ofício as Cooperativas a fim de identificar o motivo de não haver o recolhimento da contribuição para o SESCOOP Tocantins.
- 1.3. Estamos formalizando o termo aditivo ao contrato de gestão, no qual constará a definição dos critérios para o rateio das despesas, bem como quais despesas serão rateadas/e ou compensadas. Previsto para aprovação na próxima Reunião do Conselho Administrativo do SESCOOP/TO e da OCB/TO a ser realizada no dia 25/01/2013.
- 2.1. As fotos comprovando a aplicação da ferramenta IAGC, foram tiradas, porém não foram arquivadas (impressas junto com relatório). A providência para adequação foi realizada e os documentos analisados estão assinados pela cooperativa, técnico do SESCOOP/TO e todos contem foto de entrega e aplicação da ferramenta de monitoramento.
- 2.2. Estamos adotando na íntegra tal recomendação. Inclusive na última Reunião do Conselho de Administração em 23/11/2012 apresentamos o Plano Anual de 2013 em forma de processo, o qual foi assinado pelos Conselheiros. Todos os relatórios de eventos (dossiês) referente a promoção social e formação profissional são arquivados com fotos (no mínimo 5), lista de presença do evento, ficha de avaliação, ficha de inscrição (contendo todos os dados do participante), ficha de avaliação do instrutor (devidamente assinada pelo mesmo), material do evento, dados do para tabulação referente ao MTE, e lista de certificados emitidos. Na primeira página dos relatórios (dossiês) temos o nome do curso que corresponde ao centro de custo e na página seguinte têm o índice dos (anexos), com o resumo do evento, objetivo, data e local de realização, carga horária, mini currículo do instrutor.
Ressalta-se que o nome do curso/evento corresponde ao centro de custo, (o mesmo do relsim 001 e 004) e ao final

de todo quadrimestre enviamos ao SESCOOP NACIONAL o relatório (quadrimestral) contendo nome do curso (centro de custo), valor gasto (realizado), carga horária, data da realização, objetivo da mesma.

O SESCOOP/TO entende que o papel da auditoria é aprimorar ainda mais os processos, com a finalidade de atingir a excelência, e a partir de janeiro/2013 incluirá nos relatórios além de todas as informações hora citadas o número do centro custo.

4.1 O Processo de Licitação nº 02/2012 foi regularizado conforme parecer jurídico. A partir da aprovação da Resolução SESCOOP/TO 05/2012 pelo Conselho de Administração em 23/11/2012 todos os processos de dispensa são respaldados com Parecer Jurídico.

4.2 O Processo de Licitação nº 01/2012 foi regularizado conforme Requisição assinada.

O Processo de Licitação nº 01/2011 foi regularizado conforme Homologação e Adjudicação assinadas, e a sequência numérica continuada.

Além da Comissão de Licitação os processos de compras e licitações serão verificados e analisados pela Contabilidade e Superintendência, a fim de aprimorar o controle e cumprir todas as exigências do processo.

6.1 O controle de acompanhamento do orçamento é realizado no encerramento da contabilidade, quando se verifica o saldo das contas orçamentárias. No entanto, iremos emitir relatório mensal do orçamento a fim de comprovar o acompanhamento.

As transposições eram autorizadas informalmente. Durante o trabalho desta auditoria iniciamos o procedimento formal para transposição.

Para elaboração Orçamentária das ações finalísticas, utilizamos as planilhas de cálculo construídas pelas áreas de capacitação, monitoramento e promoção social. A partir da orientação desta auditoria iremos elaborar memória de cálculo para todas as ações do orçamento.

7.1 Estamos formalizando o termo aditivo ao contrato de gestão, no qual constará a definição dos critérios para o rateio das despesas, bem como quais despesas serão rateadas/e ou compensadas, inclusive quanto ao pagamento de aluguel. Previsto para aprovação na próxima Reunião do Conselho Administrativo do SESCOOP/TO e da OCB/TO a ser realizada no dia 25/01/2013.

7.2 Os relatórios foram elaborados pelo Presidente e verificados pela Superintendência e Departamento Financeiros, conforme orientação da Auditoria.

7.3 Estamos elaborando o Edital de Licitação para ser realizada nos próximo 60 dias.

7.4 A data de vencimento do título era de 14/11/2012 em contato com a empresa solicitamos que regularizasse a situação fiscal, prorrogando o vencimento do título. Em contato posterior a empresa nos informou que não havia interesse em contratar com o SESCOOP/TO no caso de ser obrigatória a regularidade fiscal. Como no ato da Contratação a empresa se encontrava regular e o fornecimento foi efetuado, decidimos por realizar o pagamento em 20/11/2012, conforme comprovante de pagamento.

7.6 Os relatórios foram apensados no processo, conforme recomendação.

8.2 O Relatório referente a outubro foi apresentado à Auditoria durante os trabalhos. O Relatório está sendo emitido mensalmente, conforme recomendação – Anexo XIII.

O registro contábil será contabilizado no momento em que constar contingências no Laudo.

8.3 O Crédito refere-se a pagamento em duplicidade no exercício de 2004 e consta no CNPJ do SESCOOP Nacional e o SESCOOP Tocantins somente pode questionar este crédito junto à Receita Federal na Jurisdição do Distrito Federal. Por tanto foi realizado a baixa do crédito – Anexo XIV.

9.1 O relatório anual é elaborado, mas precisamos aprimorar e adotar as ferramentas disponíveis no Zeus. Solicitamos aos Técnicos do Sistema Zeus para disponibilizar o manual do Inventário que nos foi enviado e para o encerramento do Exercício de 2012 estamos utilizando os relatórios disponíveis no Sistema, conforme orientação da Auditoria.

9.2 O SESCOOP emite relatório por Responsável e colhe assinatura de cada responsável. Porém identificamos no Sistema Zeus Relatório do Termo de Responsabilidade recomendado por esta auditoria, o qual será adotado na íntegra.

Síntese dos resultados obtidos: As recomendações foram acatadas visando sanar eventuais erros e dessa forma resguardar a instituição de qualquer risco e contingências trabalhistas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Não colocar a instituição em risco, emvidar esforços para executar as ações programadas, adotar e adequar nossos procedimentos as norma e resoluções do Sescop Nacional. Aprimoramento dos nossos processos.

ANEXO VII - INFORMAÇÕES SOBRE ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DO SESCOOP/TO

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais: Os quesitos acima foram avaliados pela diretoria executiva e responsáveis pelas áreas meio e finalística. Informamos que os itens 12, 13, 14, 15 e 28, 29, 30, foram respondidos com base na matriz de risco da Assessoria de Auditoria e Controle da Unidade Nacional do Sescop, além dos critérios utilizados pela UJ para responder os demais itens do anexo supracitado.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ANEXO VIII – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a)	280.120,21	135.091,91	280.120,21	135.091,91
a) Pregão	280.120,21	135.091,91	280.120,21	135.091,91
2. Contratações Diretas (b+c)	509.072,76	397.783,47	506.908,55	397.783,47
b) Dispensa	469.072,76	365.783,47	466.908,55	365.783,47
c) Inexigibilidade	40.000,00	32.000,00	40.000,00	32.000,00
3. Pagamento de Pessoal (d+e)	457.913,56	457.991,55	457.913,56	457.991,55
d) Pagamento em Folha	457.913,56	394.641,55	457.913,56	394.641,55
4. Diárias	196.262,50	63.350,00	196.262,50	63.350,00
5. Outros	132.725,98	157.382,31	125.085,09	157.382,31
6. Total (1+2+3+4+5)	1.576.095,01	1.148.249,24	1.566.289,91	1.148.249,24

Fonte: Sistema Zeus, SESCOOP/TO, 2012.

ANEXO IX - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS SESCOOP/TO

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Aquisição de lâmpadas frias e ar condicionado split.			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		x			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? na aquisição de veículo flex.			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Cartuchos de impressoras			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Nas reuniões internas e mensagens via net; fixação de faixas educativas: ao sair apague a luz e desligue o ar, adote um copo, entre outras.				x	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? nas reuniões internas; e troca de mensagens via net.					
Considerações Gerais: Os itens acima foram avaliados pela superintendência e equipe técnica (comissão de licitação e compras). Para 2013, pretendemos separar pelo menos os papéis possíveis de reciclagem e entregar na associação de catadores. A partir do momento que for adotado a coleta seletiva em Palmas, com certeza será possível adotar					

medidas de proteção e respeito ao meio ambiente de forma mais contundente.					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p><i>Níveis de Avaliação:</i></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO X - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA UNIDADE

1. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pelo SESCOOP/TO

FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	TIPO DE AÇÃO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2013	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2013
11	125	0106	8938	A	1	Planejamento Institucional	1	1	1	11.654,00	10.823,82	12.660,00
11	125	0773	8914	A	1	Serviço Mantido	1	1	1	8.690,00	7.716,36	9.960,00
11	122	0106	8911	A	1	Entidade Mantida	1	1	1	105.386,00	98.989,45	203.940,00
11	122	0750	8901	A	1	Serviço Mantido	1	1	1	200.056,00	188.587,35	213.119,00
11	122	5400	5401	A	1	PCCS Implantados	1	-	1	8.000,00	3.542,36	14.000,00
11	131	5400	5405	A	1	Modelo de Padrões	1	1	1	11.238,00	8.089,33	24.100,00
11	331	5300	5301	A	1	Cooperativas e prog educ	-	-	1	-	-	3.150,00
	331	5300	5302	A	1	Participantes Atendidos	250	120	220	1.660,00	1.005,00	15.300,00
11	331	5300	5303	A	1	Coop Atendidas	1	1	1	14.905,00	14.478,51	13.575,00
11	333	5200	5201	A	1	Coop Atendidas	18	18	4	636.846,00	601.395,82	274.263,00

11	333	5200	5202	A	1	Coop Atendidas	22	23	18	187.397,00	170.751,86	283.601,00
11	333	5200	5203	A	1	Quant. Boas Praticas	11	11	5	134.313,00	130.618,42	6.000,00
	333	5200	5204	A	1	Coop Monitorada s	40	40	32	98.643,00	84.948,65	80.189,00
11	366	5100	5101	A	1	Particip. em eventos	1316	967	998	276.357,00	255.148,08	125.197,00

Fonte: Módulo Orçamento Integrado / Sistema Zeus

2. Demonstrativo da Programação de Despesas Correntes

Origem orçamentária	1 - Pessoal e encargos		2 - Juros e encargos da dívida		3 – Outras despesas		
	Exercícios	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Dotação Proposta		397.085,00	469.085,00		-	598.306,00	585.311,00
Orçamento Aprovado		397.085,00	469.085,00	-	-	598.306,00	585.311,00
Orçamento Reformulado		419.391,00	468.980,00	-	-	754.198,00	1.165.470,00
TOTAL		419.391,00	468.980,00	-	-	754.198,00	1.165.470,00

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relsim_004

3. Demonstrativo da Programação de Despesas de Capital

Origem s orçamentária	4 - Investimentos		5 – Inversões financeiras		6 – Outras despesas de capital		
	Exercícios	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Dotação Proposta		-	53.446,00	-	-	-	-
Orçamento Aprovado			53.446,00	-	-	-	-
Orçamento Reformulado		94.745,00	60.695,00	-	-	-	-
TOTAL		94.745,00	60.695,00	-	-	-	-

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relsim_004

4. Demonstrativo das Despesas Correntes Realizadas por Grupo e Elemento de Despesa

GRUPOS DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2011	2012
1 - Despesas de Pessoal	394.641,55	457.913,56
Vencimentos e Remunerações	257.032,74	305.099,83
Encargos Sociais Patronais	86.061,92	103.539,97
Indenizações Trabalhistas	5.518,44	-
Benefícios Sociais	46.028,45	49.273,76
2 - Outras Despesas Correntes	533.129,50	1.060.321,45
Despesas com Dirigentes e Conselheiros	14.350,00	23.069,54
Ocupação e Serviços Públicos	68.228,47	69.026,99
Despesas de Comunicação	11.092,55	5.213,86
Material de Consumo	68.254,45	87.911,75
Material de Consumo Durável	357,00	556,97
Passagens e Locomoções	70.646,45	202.351,79
Diárias e Hospedagens	54.498,76	218.771,37
Outras Despesas de Viagem	4.132,62	6.366,76
Locações	3.617,00	4.488,00
Materiais e Divulgação	28.535,00	28.866,50
Materiais para Treinamento	12.497,93	10.967,40
Premiações	-	3.842,66
Serviços de Divulgação Institucional	15.707,22	111.396,40
Auxílio Financeiro a Estudante	34.544,36	-
Auxílios Educacionais	1.380,00	40.150,00
Auditoria e Consultoria	9.000,00	25.900,00
Serviços Especializados - PJ	111.051,92	188.718,00
Serviços de Transportes	7.874,72	12.063,20
Serviços Gerais - PJ	5.474,65	7.676,12
Outros Serviços de Terceiros - PJ	492,92	383,09
Encargos s/ Serviços de Terceiros	5.470,55	4.548,35
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	2.899,69	3.445,60

Impostos, Taxas e Contribuições Estaduais	1.706,01	749,30
Impostos, Taxas e Contribuições Municipais	115,50	123,20
Outras Despesas Tributárias	900,50	500,00
Despesas Financeiras	551,23	596,76
Transferências para Projetos Especiais	-	2.637,84

Fonte: Módulo Contabilidade – Balancete

5. Demonstrativo de Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

GRUPOS DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2011	2012
3 - Investimentos	54.858,68	57.860,00
Bens Móveis	54.858,68	57.860,00

Fonte: Módulo Contabilidade – Balancete

6. Demonstrativo da Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2010	2011	2012
1. Passagens	111.832,45	59.786,59	179.085,21
2. Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens	114.529,75	45.232,62	196.262,50
TOTAIS	226.362,20	105.019,21	375.347,71

Fonte: Modulo Contabilidade – Balancete

7. Demonstrativo das Despesas por Natureza

Rubricas	Realizado		Orçado	Realizado	%	%
	2010	2011	2012	2012	Partic.	Realiz.
Pessoal, Encargos e Indenizações	362.406,91	394.641,55	468.980,00	457.913,56	29,05	97,64
Despesas de Viagem	262.963,72	129.277,83	457.598,00	427.489,92	27,12	93,42
Outras Despesas Variáveis	144.629,94	156.066,40	298.708,00	260.105,95	16,50	87,08
Auxílio Financeiro a Estudante	2.490,32	34.544,36	40.150,00	40.150,00	2,55	100,00
Material de Consumo	89.543,64	68.254,45	102.987,00	88.468,72	5,61	85,90
Serviços de Terceiros	261.456,91	139.364,76	259.383,00	239.288,76	15,18	92,25
Obrigações, Tributos e Contribuições	20.674,94	5.621,70	6.644,00	4.818,10	0,31	72,52
Equipamentos e Materiais	10.482,32	54.858,68	60.695,00	57.860,00	3,67	95,33

Permanentes						
Total Geral	1.154.648,70	982.629,73	1.695.145,00	1.576.095,01	100	92,98

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relsim_016

8. Resumo das Programações de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes		Despesas Capital		
	Exercícios	2011	2012	2011	2012
Dotação proposta pela UJ		995.391,00	1.054.396,00	0,00	53.446,00
Orçamento Aprovado		995.391,00	1.054.396,00	0,00	53.446,00
Orçamento Reformulado		1.173.589,00	1.634.450,00	94.745,00	60.695,00
Total		1.173.589,00	1.634.450,00	94.745,00	60.695,00

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relsim_016

9. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UJ concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
			1 - Pessoal e Encargos	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	SESCOOP Nacional (Projetos Especiais)	5101	-	-	166.731,59
			5201	-	-	279.034,67
			5203	-	-	104.573,62

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relsim_001

10. Quadro “Despesa por Modalidade de Contratação” – Crédito Originários do SESCOOP/TO

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida		Despesa Paga	
	2011	2012	2011	2012
Licitação				
Pregão	104.044,59	72.785,86	104.044,59	72.785,86
Contratações Diretas	291.730,67	329.068,46	291.730,67	326.904,25
Dispensa	291.730,67	329.068,46	291.730,67	326.904,25
Pagamento de Pessoal	394.641,55	457.913,56	394.641,55	457.913,56
Pagamento em Folha	394.641,55	457.913,56	394.641,55	457.913,56
Diárias	41.100,00	41.583,75	41.100,00	41.583,75
Outras	151.112,92	124.403,50	151.112,92	116.762,61

Fonte: Sistema Zeus

11. Quadro “Despesa por Modalidade de Contratação” – Crédito Recebidos pela UJ (convênios e Fundecoop Projetos Especiais)

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida		Despesa Paga	
	2011	2012	2011	2012
Licitação				
Pregão	31.047,32	207.334,35	31.047,32	207.334,35
Contratações Diretas	96.302,80	180.004,30	96.302,80	180.004,30
Dispensa	74.052,80	140.004,30	74.052,80	140.004,30
Inexigibilidade	32.00,00	40.000,00	32.00,00	40.000,00
Diárias	22.250,00	154.678,75	22.250,00	154.678,75
Outras	6.269,39	8.322,48	6.269,39	8.322,48

Fonte: Sistema Zeus

12. Quadro “Despesas Correntes e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa” – Créditos Recebidos pela UJ. (convênios e Fundecoop projetos especiais)

GRUPOS DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2011	2012
1 - Outras Despesas Correntes	165.619,51	550.339,88
Despesas de Comunicação	300,00	-
Material de Consumo	7.712,91	2.771,97
Passagens e Locomoções	32.435,82	120.212,38
Diárias e Hospedagens	27.862,75	167.927,52
Outras Despesas de Viagem	1.728,97	5.571,19
Locações	1.700,00	-
Materiais e Divulgação	18.535,00	16.688,00
Materiais para Treinamento	2.990,02	4.842,50
Serviços de Divulgação Institucional	1.687,12	105.810,00
Auxílio Financeiro a Estudante	32.000,00	-
Auxílios Educacionais	-	40.000,00
Serviços Especializados - PJ	37.174,92	84.120,00
Serviços de Transportes	25,00	4,00
Outros Serviços de Terceiros - PJ	-	220,32
Encargos s/ Serviços de Terceiros	1.467,00	2.172,00

13. Quadro “Despesa Corrente e Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa” – Créditos Originários da UJ

GRUPOS DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2011	2012
1 - Despesas de Pessoal	394.641,55	457.913,56
Vencimentos e Remunerações	257.032,74	305.099,83
Encargos Sociais Patronais	86.061,92	103.539,97
Indenizações Trabalhistas	5.518,44	-
Benefícios Sociais	46.028,45	49.273,76
2 - Outras Despesas Correntes	367.509,99	509.981,57
Despesas com Dirigentes e Conselheiros	14.350,00	23.069,54
Ocupação e Serviços Públicos	68.228,47	69.026,99
Despesas de Comunicação	10.792,55	5.213,86
Material de Consumo	60.541,54	85.139,78
Material de Consumo Durável	357,00	556,97
Passagens e Locomoções	38.210,63	82.139,41
Diárias e Hospedagens	26.636,01	50.843,85
Outras Despesas de Viagem	2.403,65	795,57
Locações	1.917,00	4.488,00
Materiais e Divulgação	10.000,00	12.178,50
Materiais para Treinamento	9.257,91	6.124,90
Premiações	-	3.842,66
Serviços de Divulgação Institucional	14.020,10	5.586,40
Auxílio Financeiro a Estudante	2.544,36	-
Auxílios Educacionais	1.380,00	150,00
Auditoria e Consultoria	9.000,00	25.900,00
Serviços Especializados - PJ	73.877,00	104.598,00
Serviços de Transportes	7.849,72	12.059,20
Serviços Gerais - PJ	5.474,65	7.676,12
Outros Serviços de Terceiros - PJ	492,92	162,77

Encargos s/ Serviços de Terceiros	4.003,55	2.376,35
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	2.899,69	3.445,60
Impostos, Taxas e Contribuições Estaduais	1.706,01	749,30
Impostos, Taxas e Contribuições Municipais	115,50	123,20
Outras Despesas Tributárias	900,50	500,00
Despesas Financeiras	551,23	596,76
Transferências para Projetos Especiais	-	2.637,84

Fonte: Módulo Contabilidade – Balancete

ANEXO XI – PROJETOS POR OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS 2012 SESCOOP/TO

Objetivos Estratégicos Finalísticos	Projetos/Iniciativas	Orçamento (R\$)			Indicador do Objetivo Estratégico	Metas Físicas		
		Previsto	Realizado	% realiz.		Prevista	Realizada	% Realiz.
Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo Brasil	Divulgação da Doutrina do Cooperativismo Projeto OQS – Elemento de sustentação das Cooperativas Tocantinenses Divulgação da Doutrina do Cooperativismo Programa Cooperjovem	R\$ 276.357,00	R\$ 255.148,08	92,32%	Numero de participante (cooperados, empregados, familiares e pessoas da comunidade) em eventos sobre cultura da cooperação, doutrina, princípios e valores do cooperativismo	1316	1158	88%
Ampliar o acesso das cooperativas à formação em gestão cooperativista, alinhada as suas reais necessidades, com foco na eficiência e na competitividade.	Diagnóstico das reais necessidades das cooperativas	R\$ 636.846,00	R\$ 601.395,82	94,43%	Numero de cooperativas atendidas com curso em gestão cooperativista.	18	18	100%
Contribuir para viabilizar soluções para as principais demandas das cooperativas na formação profissional	Diagnóstico das reais necessidades das cooperativas Formalizar termo de cooperação entre parceiros	R\$ 187.397,00	R\$ 170.751,86	91,11%	Numero de cooperativas atendidas com curso de formação profissional viabilizados pelo SESCOOP Número de horas de cursos em formação	22	23	104%

					profissional viabilizados pelo SESCOOP			
Promover a adoção de boas práticas de governança e gestão nas cooperativas	Intercâmbios e Visita Técnica Internacional	R\$ 134.313,00	R\$ 130.618,42	97,24%	Numero de cooperativas que aderiram ao índice de SESCOOP de Governança Cooperativista. Numero de boas práticas identificadas e compartilhadas junto as cooperativas.	11	6	54%
Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas	Programa de Orientação a Cooperativas Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativa I	R\$ 98.643,00	R\$ 84.948,65	86,11%	Número de cooperativas monitoradas pelo SESCOOP.	40	40	100%
Promover um estilo de vida saudável entre cooperados, empregados e familiares.	Campanha Qualidade de vida	R\$ 1.660,00	R\$ 1.005,00	60,54%	Numero de participante (cooperados, empregados, familiares atendidos em programas de promoção social)	250	93	37,20%
Intensificar a adoção da responsabilidade socioambiental na gestão das cooperativas brasileiras		R\$ 14.905,00	R\$ 14.478,51	97,13%	Numero de cooperativas participantes de programas SESCOOP de responsabilidade socioambiental.	1	1	100%
Intensificar o desenvolvimento de competências alinhadas à	Ampliar as competências da equipe	R\$ 8.000,00	R\$ 3.542,36	44,27%	Numero de UE	0	1	100%

estratégia do SESCOOP	do SESCOOP/TO				do SESCOOP.			
Assegurar a qualidade e transparência na divulgação das ações e na comunicação dos resultados	Dar publicidade as ações e resultados do SESCOOP Divulgação e doutrina do cooperativismo	R\$ 11.238,00	R\$ 8.089,33	71,98%	Numero de adoção de padrões estabelecidos.	1	2	200%

Fonte: Dados do SESCOOP/TO, 2012 (Adaptado do SAPE).

ANEXO - XII - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SESCOOP/TO

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - CNPJ: 07.330.977/0001-16							
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011							
(Valores Expressos em Reais)							
ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2012	2011		2012	2011	
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	355.376	500.425	Contas a pagar	10	10.205	7.177
Outros créditos	6	4.575	4.174	Salários, encargos sociais e imposto a pagar	11	308	42
Estoques	-	4.836	2.917	Provisões trabalhistas e outras	12	53.183	40.377
Despesas pagas antecipadamente	7	3.765	2.483	Obrigações com convênios, acordos e projetos	14	44.476	327.266
Total do ativo circulante		<u>368.551</u>	<u>509.998</u>	Total do passivo circulante		<u>108.172</u>	<u>374.862</u>
Ativo não circulante				Patrimônio Social			
Imobilizado	8	221.139	205.010	Superávit acumulado integral dos exercícios	16	481.678	340.627
Intangível	9	160	481	findos em 31/12/2012 e 31/12/2011		481.678	340.627
Total do ativo não circulante		<u>221.299</u>	<u>205.491</u>	Total do patrimônio social		<u>481.678</u>	<u>340.627</u>
Total do ativo		<u>589.850</u>	<u>715.489</u>	Total do passivo		<u>589.850</u>	<u>715.489</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Selma dos Reis Silva
Contadora

Serv. Nac. de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - CNPJ: 07.330.977/0001-16
Demonstrações do Superávit em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita operacional líquida	18	1.683.875	997.104
Custos/ despesas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	19	(457.914)	(394.640)
Administrativas	20	(613.269)	(291.560)
Institucionais	21	(199.711)	(96.031)
Serviços de terceiros	22	(239.289)	(139.365)
Tributárias	-	(4.818)	(5.622)
Transferências e convênios	-	(2.638)	-
Despesas com Provisões	-	(236)	-
Despesas com depreciações e amortizações	-	(39.167)	(32.622)
Outras Despesas Operacionais	-	(2.885)	
Outras receitas operacionais	-	228	2.625
		(1.559.698)	(957.215)
Resultado financeiro líquido	23	16.873	13.704
Superávit/ (déficit) do exercício		<u>141.051</u>	<u>53.593</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri
 Presidente

Selma dos Reis Silva
 Contadora

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - CNPJ: 07.330.977/0001-16			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011			
(Valores expressos em reais)			
	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Superávit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldo acumulado de superávit integral em 31/12/2010 com incorporação do superávit do exercício findo em 31/12/2010	287.034	-	287.034
Superávit do exercício findo em 31/12/2011	-	53.593	53.593
Saldos acumulados de superávit parcial e integral do exercício findo em 31/12/2011	287.034	53.593	340.627
Superávit do exercício findo em 31/12/2012		141.051	141.051
Saldos acumulados de superávit parcial e integral do exercício findo em 31/12/2012	<u>340.627</u>	<u>141.051</u>	<u>481.678</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Selma dos Reis Silva
Contadora

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins –
CNPJ: 07.330.977/0001-16
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Valores expressos em reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit líquido/ (déficit) do exercício	141.051	53.593
Ajustes para reconciliar o superávit/déficit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	39.167	32.621
Baixas do ativo imobilizado	2.884	32.941
	183.102	119.155
Redução/ (aumento) nos ativos		
Outros créditos	(402)	(1.570)
Estoques	(1.919)	767
Despesas pagas antecipadamente	(1.282)	260
	(3.603)	(544)
Aumento/ (redução) nos passivos		
Contas a pagar	3.028	4.738
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	266	42
Provisões trabalhistas e outras	12.808	1.220
Outras obrigações	(282.790)	194.781
	(266.688)	200.780
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	(87.189)	319.391
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(57.860)	(54.859)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(57.860)	(54.859)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(145.049)</u>	<u>264.532</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	500.425	235.893
No final do exercício	355.376	500.425
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(145.049)</u>	<u>264.532</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Selma dos Reis Silva
Contadora

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins -
SESCOOP/TO**
**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.**
(Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do SESCOOP TO evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema SESCOOP opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional - o SESCOOP NA, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O SESCOOP está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos art. 70 e 71 da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins (SESCOOP TO) é segundo a Lei nº 9.532/1997, Artigo 12:

“uma entidade imune do imposto de renda por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída.”

“Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos. (Vide artigos 1º e 2º da MP 2.189-49, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

“§ 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferido em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; (Vide Lei nº 10.637, de 2002)
- b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g) assegurar à destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

§ 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. (Redação dada pela Lei nº 9.718, de 1998).”

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003)- VI - Instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

As operações dos SESCOOPs estaduais são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse de recursos efetuados pelo SESCOOP Nacional. Havendo déficit técnico apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração, por meio do colegiado e Conselho Fiscal da Entidade, no dia 25 de março de 2013.

Todos os valores são apresentados em reais, exceto de outro modo indicado, arredondados o valor mais próximo de mil reais ou milhares de reais.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), homologados pelos órgãos reguladores e normativos voltados para entidades sem fins lucrativos - NBC T 10.19, NBC T 3 e NBC T 6.

Até 31 de dezembro de 2010 as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), aprovadas pelo CFC, alinhadas às normas internacionais de Contabilidade para o setor público, emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC) e adaptadas aos regulamentos instituídos pelo SESCOOP.

Em 01 de janeiro de 2011 as práticas contábeis foram modificadas de NBCASP para as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo as NBC T voltadas para entidades sem fins lucrativos.

A Administração entende que esta mudança é requerida, tanto que o órgão regulamentador permite a adoção e é adequada a atividade desenvolvida pelo SESCOOP TO.

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 são as primeiras preparadas pela Administração da Entidade que consideram a adoção emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tendo como data de transição 01 de janeiro de 2011.

Com a alteração da Lei nº 4.320/1964 para Lei nº 6.404/1976 cabe salientar que, como a Entidade recebe recursos à conta do orçamento fiscal e da seguridade social, era obrigada a apresentar a execução da referida parcela de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), conforme estabelecido no Artigo 101., que descreve que os resultados do exercício serão demonstrados no balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais. Em 2011, com a adoção às práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976, alteradas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normativos específicos às demonstrações contábeis a serem apresentadas são: balanço patrimonial, demonstração do superávit/ déficit do exercício, demonstração da mutação do patrimônio social e demonstração do fluxo de caixa- método indireto, essas demonstrações contábeis devem ser complementadas com as notas explicativas.

As alterações mencionadas no parágrafo anterior são os únicos efeitos advindos da mudança de prática contábil no exercício de 2011, conforme resultado de diagnóstico efetuado por empresa especializada no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do SESCOOP TO, especificamente as suas receitas e despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao SESCOOP Nacional pelos empregadores, incidentes sobre a folha de salário são por ele reconhecidos contabilmente no momento do efetivo recebimento financeiro.

2.2.2. Estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas, para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisões para contingências, perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, vida útil dos bens do imobilizado, classificações de curto e longo prazo, entre outros. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores registrados nas demonstrações contábeis. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços”.

2.2.4. Estoques

Os materiais para expediente e consumo estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado.

2.2.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 8.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.6. Impairment

O SESCOOP TO avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o SESCOOP TO reconheceria no resultado a perda por impairment. Foi elaborado um relatório interno pelo SESCOOP TO, visando atender as exigências contidas no CPC PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2011.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos, separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 9.

2.2.8. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.9. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.10. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a entidade tiver uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Caso haja diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos a ser exigida para a liquidação será determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões, quando existentes, são mensuradas pelo valor presente das despesas que se esperam ser exigidas para liquidar a obrigação a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira, quando aplicável.

2.2.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.12. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor do SESCOOP TO e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o SESCOOP TO possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3. Estimativa e julgamentos contábeis essenciais

O SESCOOP TO realizou determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. Essas estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir:

- **Reconhecimento de receitas**

As receitas são preponderantemente relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) que são reconhecidas diretamente no resultado do exercício no momento do efetivo recebimento financeiro, pois em consonância ao princípio de conservadorismo não poderiam ser apropriadas com base orçamentária.

- **Vidas úteis de ativos intangíveis e imobilizados**

Os ativos intangíveis e imobilizados são amortizados ou depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. As alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

- **Processos legais**

De acordo com o CPC-PME, o SESCOOP TO reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Entidade. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle. O SESCOOP Tocantins revisou as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações contábeis. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, a reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações contábeis, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração do SESCOOP Tocantins sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

4. Instrumentos financeiros - gestão de risco

O SESCOOP Tocantins poderá estar exposto, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- risco de crédito;
- risco de taxa de juros de valor justo ou de fluxo de caixa;
- risco de câmbio;
- outros riscos de mercado.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, o SESCOOP Tocantins está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do SESCOOP Tocantins para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros do SESCOOP Tocantins, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela o SESCOOP Tocantins, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- valores a receber;

- caixa em bancos;
- aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros;
- investimentos em títulos patrimoniais negociados ou não em bolsa;
- contas a pagar a fornecedores e outras.

Objetivos, políticas e processos gerais

O SESCOOP Tocantins possui os seguintes órgãos colegiados:

- **Conselho Deliberativo**

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano do SESCOOP Tocantins.

- **Conselho Fiscal**

É o órgão de assessoramento do Conselho Deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira.

- **Diretoria Executiva**

É o órgão de gestão administrativa do SESCOOP Tocantins.

Risco de crédito

O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros. O SESCOOP Tocantins aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A.

O SESCOOP Tocantins não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito:

	Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	355.376	500.425
Outros créditos	4.575	4.174
Total de ativos financeiros	359.951	504.599

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). O SESCOOP Tocantins não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco de câmbio

A SESCOOP TO não está sujeita ao risco de câmbio, tendo em vista que o mesmo não possui operações localizadas em outras partes do mundo, cuja moeda funcional não seja a mesma.

Outros riscos de mercado

O SESCOOP TO não possui participação em fundos de investimentos financeiros que possuem lastro em títulos e valores mobiliários de empresas emergentes.

Divulgações sobre o patrimônio

Os bens da Entidade somente poderão ser utilizados para a realização dos seus objetivos, permitida a aplicação de uns e outros para a obtenção de rendimentos destinados às suas finalidades estatutárias.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Bancos	32.129	19.509

Aplicações financeiras (a)	323.247	480.916
Total	355.376	500.425

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

Instituição financeira	Modalidade	31/12/2012	31/12/2011
Banco do Brasil	CDB	323.247	480.916
Total		323.247	480.916

6. Outros créditos

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Créditos e valores - terceiros	4.575	3.896
Outros créditos	-	237
Adiantamentos a empregados	-	41
Total	4.575	4.174

Os créditos e valores - terceiros representam valores de passagens aéreas a restituir ou compensar, mais valores debitados indevidamente pelo Banco do Brasil.

7. Despesas pagas antecipadamente

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Seguros a apropriar	3.321	1.739
Outros valores a apropriar	444	744
Total	3.365	2.483

8. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2012	31/12/2011
Móveis e utensílios	10%	95.526	107.948
Veículos	20%	74.529	42.566
Máquinas e equipamentos	10%	26.344	30.033
Equipamentos de informática	20%	22.845	23.075
Equipamentos de comunicação	10%	1.893	1.382
Biblioteca	10%	2	6
Outros bens móveis	10%	-	-
		221.139	205.010

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2012:

Descrição	Saldo líquido em		Baixa	Depreciação	Saldo líquido em
	31/12/2011	Adição			
Móveis e utensílios	107.948	2.078	282	14.218	95.526
Veículos	42.566	42.230	-	10.267	74.529
Máquinas e equipamentos	30.033	2.280	1.730	4.239	26.344
Equipamentos de informática	23.075	10.382	872	9.740	22.845
Equipamentos de comunicação	1.381	890	-	378	1.893
Biblioteca	6	-	-	4	2
Outros bens móveis	1	-	-	1	-

205.010	57.860	2.884	38.847	221.139
----------------	---------------	--------------	---------------	----------------

Impairment e vida útil estimada

A revisão das taxas de depreciação pela vida útil econômica dos bens foi definida, com base no último inventário físico realizado em dezembro de 2011, e em informações históricas de baixas, doações e reposições de bens. O trabalho e relatório de revisão baseiam-se em documentos (notas fiscais de aquisição, processos de baixa, relatório dos bens) fornecidos pelas áreas de patrimônio, financeira e contábil. Contudo, foi concluído que com base nos Laudos emitidos pela equipe técnica, não houve indícios de perda por impairment, bem como, não houve mudanças nas vidas úteis e os respectivos valores residuais dos bens do ativo imobilizado e intangíveis.

9. Intangível

A seguir, demonstramos a composição do ativo intangível, conforme determinado no CPC 04 e NBC T 19.8 “Resolução CFC nº 1.139/2008”:

	% – Taxas anuais de amortização	2011	2010
Direitos de uso de software	20%	160	481
Total		160	481

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2012:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2011	Adição	Baixa	Amortizaçã o	Saldo líquido em 31/12/2012
Direitos de uso de software	481	-	-	321	160
Total	481	-	-	321	160

10. Contas a pagar

As obrigações referentes a aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio do SESCOOP Tocantins, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estão descritas a seguir:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores - pessoa jurídica	10.205	7.177
Total		7.177

A apropriação na conta “Fornecedores” foi efetuada em bases confiáveis para mensuração do valor e documentos hábeis para o devido registro contábil, que no caso específico é suportada em contratos firmados entre as partes, ou seja o SESCOOP Tocantins e os fornecedores.

11. Salários, encargos sociais e impostos a recolher

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes de pagamento a pessoas jurídicas prestadoras de serviços, cuja posição e comentários analíticos estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Consignáveis de terceiros	308	42
Total	308	42

12. Provisão e encargos sociais trabalhistas e previdenciários

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Férias e abonos pecuniários com respectivos adicionais de 1/3	40.078	30.428

INSS sobre férias	9.498	7.211
FGTS sobre férias	3.206	2.434
PIS sobre férias	401	304
Total	53.183	40.377

13. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme a sua administração e seus assessores jurídicos, o SESCOOP TO não possui processos administrativos ou judiciais com probabilidade de perda classificada como provável ou possível.

14. Obrigações com convênios, acordos e projetos

Referem-se a saldos de recursos provenientes de convênios, ainda não utilizados ou aguardando finalização da prestação de contas efetuada, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Projeto Especial – Fundcoop 20/2011	11.968	154.224
Projeto Especial – Fundcoop 08/2010	-	96.059
Projeto Especial – Fundcoop 02/2011	13.770	38.345
Projeto Especial – Fundcoop 19/2011	-	38.638
Projeto Especial – Fundcoop 07/2012	17.652	-
Projeto Especial – Fundcoop 28/2012	1.086	-
	44.476	327.266

15. Transações com partes relacionadas

O SESCOOP TO mantém contrato de gestão junto ao Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins (OCB TO), compartilhando estruturas e algumas despesas operacionais. E mediante contrato de locação o SESCOOP TO paga a OCB TO o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por mês a título de Aluguel.

16. Remuneração do pessoal-chave da Administração

É princípio sistêmico do SESCOOP TO a não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Presidente.

17. Patrimônio social

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit e/ ou déficit acumulados:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Superávit acumulado	340.627	287.034
Superávit do exercício	141.051	53.593
	481.678	340.627

Conforme preceitua a Lei nº 9.532/1997, caso presente em determinado exercício superávit, o mesmo destina-se, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

18. Receita de contribuição bruta

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Receita de contribuições (a)	364.336	259.493
Receitas de transferências dos Estados (a)	769.199	588.000
Receitas de convênio (b)	550.340	149.611
Total	1.683.875	997.104

(a) A seguir os valores mensais de contribuição social, repassados pelo SESCOOP Nacional no decorrer do exercício de 2012 (Receitas de contribuições mais recursos suplementares):

Mês	Receita de contribuições	Fundecoop
Janeiro	43.368	64.100
Fevereiro	22.703	64.000
Março	22.058	64.000
Abril	23.371	64.000
Maio	35.534	64.000
Junho	27.819	64.000
Julho	30.120	64.000
Agosto	35.599	64.000
Setembro	30.968	64.000
Outubro	31.592	64.000
Novembro	30.877	64.000
Dezembro	30.327	65.099
	364.336	769.199

(b) Receita de convênios

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Projeto Especial – Fundecoop – 08/2010	49.798	38.659
Projeto Especial – Fundecoop – 02/2011	80.758	47.155
Projeto Especial – Fundecoop – 19/2011	31.585	36.358
Projeto Especial – Fundecoop – 20/2011	146.887	27.439
Projeto Especial – Fundecoop – 07/2012	136.738	-
Projeto Especial – Fundecoop – 28/2012	104.574	-
Total	550.340	149.611

19. Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Salários e proventos	247.853	208.020
13º salário	23.473	19.341
Férias e abono constitucional	33.774	29.671
Encargos trabalhistas	103.540	91.580
Benefícios	49.274	46.028
Total	457.914	394.640

20. Administrativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Passagens e locomoções	202.352	70.646
Ocupação e serviços públicos	69.027	68.228
Material de consumo	88.468	68.611
Diárias e hospedagens	218.771	54.499
Despesas com dirigentes e conselheiros	23.070	14.350
Despesas de comunicação	5.214	11.093
Outras despesas de viagens	6.367	4.133
Total	613.269	291.560

21. Institucionais

	31/12/2012	31/12/2011
Auxílios financeiros a estudantes	-	34.544
Materiais e divulgação	28.867	28.535
Serviços e divulgações institucionais	111.396	15.707
Materiais para treinamento	10.967	12.248
Premiações	3.843	-
Locações	4.488	3.617
Auxílios educacionais	40.150	1.380
Total	199.711	96.031

22. Serviços de terceiros

	31/12/2012	31/12/2011
Serviços especializados	188.718	111.052
Auditoria e consultoria	25.900	9.000
Serviços de transportes	12.063	7.875
Serviços gerais	7.676	5.474
Outros serviços	383	383
Outros serviços de terceiros - PF e PJ	-	110
Encargos sobre terceiros	4.549	5.471
Total	239.289	139.365

23. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	17.470	14.255
Juros ativos	-	-
	17.470	14.255
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(597)	(551)
	(597)	(551)
Resultado financeiro	16.873	13.704

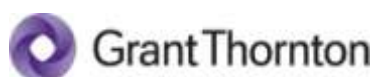
24. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Selma dos Reis Silva
Contadora

ANEXO – XIII – PARECER AUDITORIA EXTERNA



Relatório dos Auditores Independentes

Aos:

Administradores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins
Palmas – TO

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins (SESCOOP TO ou Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido social e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do SESCOOP TO é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do SESCOOP TO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do SESCOOP TO. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis:

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do

Cooperativismo no Estado do Tocantins em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Goiânia, 01 de fevereiro de 2013.

Marcos Venicio Sanches
Contador CRC SP-218.030/O-9 “S” – GO

Otaniel Junior Martins Rosa
Contador CRC GO-013.972/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 “S” – GO

ANEXO – XIV - PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL – SESCOOP/TO

Os membros abaixo-assinados do CONSELHO FISCAL do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - SESCOOP/TO, no desempenho de suas funções e atribuições legais e regimentais, declaram para os fins que se fizerem necessários, que examinaram minuciosamente a prestação de contas do exercício de 2012, compostas pelas peças contábeis e administrativas exigidas pela legislação pertinente, e, após análise da regularidade dos processos de gestão praticados, incluindo contratos e convênios firmados, documentos de caixa, Balancetes e Demonstrativos Financeiros, Relatório de previsão e realização do orçamento (relsim_001 e relsim_009), Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Recomenda ao Conselho Administrativo do SESCOOP/TO, a aprovação das contas do exercício de 2012, sem ressalvas.

Palmas/TO, 22 de março de 2013.

Maria Silvana Ramos
Representante da CEDUC

Evanis Roberto Lopes
Representante da COAPA

Marcio Adriano Ferreira
Representante da UNIMED Palmas

ANEXO - XV - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SESCOOP/TO

RESOLUÇÃO 02/2013 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SESCOOP/TO

Dispõe sobre o Balanço Patrimonial, as demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e Relatório de Gestão, referentes exercício de 2012.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO, na forma do inciso I do art. 3º do seu Regimento Interno, torna público que seu Conselho de Administração, em suas 85ª e 86ª Reuniões Ordinárias, realizadas respectivamente, em 25 de março e 24 de abril de 2013, tendo em vista as disposições do art. 13, inciso I e III do referido Regimento Interno.

RESOLVEU:

Art. 1º - Aprovar o Balanço Patrimonial, as demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório de Gestão, referentes ao exercício de 2012.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Palmas/TO, 24 de abril de 2013.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

ANEXO - XVI – RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SESCOOP



RESOLUÇÃO Nº 1027/2013 - CONSELHO NACIONAL DO SESCOOP

Dispõe sobre o Relatório de Gestão, o Balanço Geral e as demais demonstrações financeiras da Unidade Estadual do SESCOOP/TO.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, na forma do art. 3º do Regimento Interno da Unidade Nacional, torna público que o Conselho Nacional, em sua 78ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de maio de 2013, tendo em vista as disposições do art. 23, inciso III e do art. 33, inciso III do referido Regimento Interno, bem como da Resolução nº 05/2000,

RESOLVEU

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão, o Balanço Geral e as demais demonstrações financeiras do exercício de 2012 da Unidade Estadual do SESCOOP/TO.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília, 21 de maio de 2013.


MÁRCIO LOPES DE FREITAS
Presidente



“O presente documento foi analisado pela ASAJR e guarda regularidade em seus aspectos jurídicos”.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SAUS (Setor de Auparquias Sul) Quadra 4, Bloco 1
CEP. 70070-936 - Brasília - DF - Brasil

www.brasilcooperativo.coop.br